UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

ALINE FARIAS FIALHO

MEMÓRIA E IDEOLOGIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
ABRIL DE 2018

ALINE FARIAS FIALHO

MEMÓRIA E IDEOLOGIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
ABRIL DE 2018

Fialho, Aline Farias.

F464m Memória e ideologia da agricultura familiar no Assentamento Cangussu - BA. / Aline Farias Fialho – Vitória da Conquista, 2018.
161 f.

Orientador: João Diógenes Ferreira dos Santos.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

Inclui referência F. 148 - 156.

1. Agricultura familiar – Assentamento Cangussu. 2. Memória e luta pela terra – Reprodução Camponesa. 3. Ideologia. I. Santos, João Diógenes Ferreira dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 338.1

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890
UESB – Campus de Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Memory and ideology of family agriculture in the Cangussu Setting – BA.

Palavras-chaves em inglês: Family agriculture - Cangussu Settlement. Memory and struggle for land - Peasant reproduction. Ideology. Memory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (presidente); Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (titular); Profa. Dra. Raimunda Áurea Dias de Sousa (titular).

Data da Defesa: 23 de abril de 2018.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

ALINE FARIAS FIALHO

MEMÓRIA E IDEOLOGIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 23 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (Presidente)
Instituição: UESB
Ass.:

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos
Instituição: UESB
Ass.:

Profa. Dra. Raimunda Áurea Dias de Sousa
Instituição: UPE
Ass.: Raimunda Áurea Dias de Sousa

Dedico esta dissertação a minha amada mãe Antonia Rosa Farias Dias, verdadeira companheira em todas as batalhas e amiga valorosa em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Chegando à etapa final de uma jornada cheia de desafios, é uma honra poder dedicar um espaço para agradecer às pessoas que foram fundamentais para essa vitória. Meus sinceros agradecimentos:

Sempre, em primeiro lugar, ao meu Deus, sem o qual a concretização dessa conquista não seria possível. Obrigada, Senhor Jesus, pela força concedida em todos os momentos, por suprir todas as minhas necessidades, por permanecer comigo até o fim e por investir na minha vida, mudando a minha história. Obrigada por ser o meu rochedo, o meu lugar forte e o meu libertador. Palavras me faltam para agradecer.

Aos meus pais, Rosa, Edilson e Jorge, que, com bastante dedicação e afinco, se sacrificaram de muitas formas para que eu conseguisse chegar até aqui. Obrigada pelo amor, pela confiança e pelo incentivo que me deram em todos os momentos. Obrigada por sofrerem comigo todas as angústias e se alegrarem comigo em todas as vitórias. A eles, minha eterna gratidão.

Agradeço aos meus irmãos Anderson e Rafael, pelo incentivo e pela compreensão quanto as minhas constantes ausências e isolamentos. Agradeço pela ajuda que nunca me negaram nas ocasiões em que necessitei.

Agradeço profundamente ao meu orientador, Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos, por ter acolhido a minha proposta de pesquisa e a mim, no momento em que mais precisei. Tenho absoluta convicção de que, sem a sua ajuda, a pesquisa jamais seria concluída. Obrigada pelo respeito, pelos ensinamentos, pela paciência e por compartilhar seus conhecimentos comigo. Foi uma honra poder aprender e avançar no processo árduo de escrita sob sua orientação. Jamais me esquecerei de toda a ajuda que me disponibilizou.

Agradeço de maneira especial à Profa. Dra. Suzane Tosta Souza, que, além de ser orientadora da pesquisa, é uma amiga por quem nutro um enorme carinho e afeição. Professora admirável pelo caráter, inteligência e solicitude, que não dissocia a luta e a resistência revolucionária da prática diária. Sei que é impossível retribuir toda a ajuda que me disponibilizou, não só neste momento, mas durante toda a minha caminhada acadêmica. Obrigada por me incentivar nos momentos mais

difíceis do mestrado e por me ajudar a não desistir. Por sua paciência, sabedoria e humanidade, é uma professora como poucas.

Agradeço ao Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos, por toda a ajuda, incentivo e inspiração durante toda minha trajetória acadêmica e na construção da dissertação. Sua sabedoria, amizade e confiança permanecerão sempre comigo.

Agradeço à Banca de Qualificação e Defesa, composta pelos professores Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos, Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos e pela professora Dra. Raimunda Áurea Dias de Sousa, pela leitura dedicada do texto e pelos valiosos questionamentos e contribuições que certamente fizeram toda a diferença na elaboração da dissertação.

À Profa. Dra. Geísa Flores Mendes, uma das pessoas mais maravilhosas que tive a graça de conhecer, agradeço de forma muito especial por toda a ajuda e incentivo concedidos em diferentes momentos da minha vida. Muito obrigada por ouvir meus desabafos e por todos os sábios conselhos que me deu. Você é um presente de Deus na minha vida.

Sou muito grata aos colegas do Departamento de Geografia, principalmente aos professores das áreas de Geografia Regional, Geografia Humana e Ensino de Geografia. Muito obrigada por toda a compreensão e sensibilidade que viabilizaram a realização deste mestrado de forma conciliada com as disciplinas ministradas por mim no curso de Geografia. Estendo também estes agradecimentos ao Colegiado de Geografia, especialmente na figura da coordenadora Andrecksa Viana Oliveira Sampaio, pela paciência e disponibilidade em todos os momentos que precisei. Sem a organização e apoio dela, seria impossível conciliar os horários das disciplinas do mestrado com minhas atividades docentes no curso de Geografia.

Agradeço às professoras Dayse Maria Souza, Greiziene Araújo Queiroz e Miriam Cléa Coelho Almeida, pelas contribuições, instigações e encorajamento, que, certamente, estão presentes nesta dissertação.

E o que seria dessa jornada sem a presença dos meus companheiros? Certamente não teria chegado nem na metade! Minha mais profunda gratidão às pessoas que sempre farão parte da minha vida: Mariana, Thaianna, Joelisa Cristiane, Claudete, Pr. Marcone, Pr. Edmar, Lóide, Andréia, Fátima, Victor, Ione, Veranilza, Lana, Renata e juventude Betel. Obrigada pelas risadas, conselhos e apoio que fizeram dessa árdua caminhada muito mais divertida e prazerosa.

Agradeço profundamente à turma de mestrado e doutorado (período 2016) do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, certamente, a turma mais incrível que alguém poderia desejar conhecer! Robertas e Robertos do meu coração, foi maravilho conviver com pessoas tão diferentes, mas, ao mesmo tempo, tão brilhantes, leves e companheiras! Vocês arrasam!

Agradeço a todos os camponeses do Assentamento Cangussu, que aceitaram expor suas histórias de vida e me receberam com muito carinho em suas casas. Foi uma honra poder ouvir as dificuldades e as conquistas que marcam o processo de luta pela/na terra e compartilhar com vocês a esperança de dias melhores. Agradeço a Seu Alvino, camponês batalhador que luta pela condição de permanência na terra de trabalho e inspira resistência com sua trajetória de vida. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), especialmente, a Valter e a Dany, agradeço pela disponibilidade e atenção durante a pesquisa de campo.

Agradeço a Talis, Carla, ao Pr. Jadiel e a Luciene, pelo auxilio disponibilizado em diferentes momentos do processo de realização da pesquisa de campo.

À colega Débora Oliveira, agradeço pela valiosa contribuição cartográfica e pelo carinho de todos os momentos.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS) pelas discussões realizadas durante as disciplinas ministradas. Agradeço à secretaria do PPGMLS, especialmente as colegas Tâmara e Vilma, por toda a ajuda, amabilidade, paciência, competência e atenção dispensadas durante o mestrado.

Ao Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos (LEAU), agradeço pelos debates e momentos de leitura que foram fundamentais para o meu amadurecimento acadêmico.

Ao Grupo de Pesquisa “Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade na Produção do Espaço” (LEAU/UESB-CNPq), agradeço pelas discussões riquíssimas que certamente influenciaram no conteúdo desta dissertação.

Aos discentes do curso de Geografia, agradeço pelos constantes debates em sala de aula, que também influenciaram o conteúdo desta dissertação.

Enfim, a todos os que estiveram presentes nesta caminhada: MUITO OBRIGADA!

[...] camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

José de Souza Martins. **Os camponeses e a política no Brasil**, 1983.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de refletir sobre como o discurso da agricultura familiar, analisado pelas relações sociais presentes no Assentamento Cangussu, localizado no município de Barra do Choça – BA, se caracteriza como uma forma de ideologia da classe dominante e estabelece relações com a construção das memórias que se opõem a tal ideologia ou a endossam. Dessa forma, para alcançar este objetivo, considerou-se que as questões concernentes à agricultura familiar, a ideologia, a memória e a reprodução camponesa são indissociáveis das contradições do sistema capitalista e do processo de luta de classes presentes no assentamento. Os conflitos entre a classe dominante e a classe camponesa existentes no campo brasileiro materializam os interesses antagônicos que elas apresentam. No caso do campesinato, a luta pela terra é estratégia de enfrentamento aos projetos do capital e garantia da perpetuação do seu modo de vida. Os camponeses do Assentamento Cangussu constituem parte desta totalidade e, no processo de luta pela conquista do assentamento, também expressado na dimensão da memória, evidenciam as contradições do sistema vigente na dinâmica de sua reprodução social. A classe dominante, com o discurso ideológico da agricultura familiar difundido pelo Estado em sua fase neoliberal e instrumentalizado pelas políticas de desenvolvimento para o espaço rural, visa garantir o processo de acumulação do capital nos espaços de reprodução camponesa, em um contexto de crise estrutural e reestruturação do paradigma produtivo capitalista. No assentamento, *locus* da pesquisa, esse discurso ideológico se evidencia pela atuação do Pronaf, programa que difunde a retórica da agricultura familiar como modelo de produção agrícola “desenvolvido”, totalmente subordinado ao mercado e enaltece a dinâmica do “empreendedorismo” nas unidades de produção familiares. O Pronaf também cumpre uma função ideológica no âmbito da memória, ao institucionalizar uma memória coletiva afinada com os interesses da classe dominante, que nega a existência dos antagonismos entre as classes sociais e oculta as desigualdades existentes na apropriação da riqueza no espaço agrário. A realidade apresentada no Assentamento Cangussu permite afirmar que o discurso da agricultura familiar se caracteriza como ideologia dominante, na medida em que

oculta as relações de precarização do trabalho praticadas pelos assentados e promove a captura de parte da produção agrícola desses sujeitos em função do financiamento concedido pelo Pronaf para cultivo de café nas unidades produtivas dos assentados.

Palavras-chave: Reprodução camponesa. Agricultura familiar. Ideologia. Memória.

ABSTRACT

This dissertation has as objective the reflection about how the speech on family agriculture, analysed from actual social relations at the rural settlers “Assentamento Cangussu,” located in the municipality of Barra do Choça, Bahia, is configured as a form of the ruling class ideology and establishes relations with the construction of memories that oppose and/or endorse such ideology. Thus, to achieve this objective, it was considered that questions concerning family agriculture, ideology, and memory and peasant reproduction are inseparable from the contradictions of the capitalist system and the process of class struggle. Conflicts between the ruling and the peasant classes in Brazilian rural areas materialize antagonistic interests that they represent. In the case of the peasantry, the struggle for land is a strategy for confronting projects of capital and guaranteeing the perpetuation of their way of life. Rural workers at Assentamento Cangussu are part of this totality, and through the process of conquering the land, also expressed in memory dimension, make it evident the contradictions in present system in its dynamic of social reproduction. The ruling class, through the ideological discourse of family agriculture disseminated by the State in its neoliberal phase and instrumented by the development policies for rural space, aims to ensure the process of capital accumulation in the peasant reproduction spaces in a context of structural crisis and restructuring of the productive paradigm capitalist. In the settlement in question, this ideological discourse is evidenced by PRONAF, a program that disseminates the rhetoric of family agriculture as a model of ¨developed” agricultural production totally subordinated to the market and which enhances the dynamics of “entrepreneurship” in family production units. PRONAF also holds an ideological function in the context of memory, by institutionalizing a collective memory in tune with the interests of the ruling class that denies the existence of antagonisms between social classes, as well as mystifies the existing inequalities in the appropriation of wealth in the agrarian space. The reality, presented in the settlement being studied, allow us to affirm that the family agriculture discourse is configured as a dominant ideology, insofar as it mystifies the precarious relations of work carried out by the settlers and promotes the

capture of part of the agricultural production of these individuals through the financing granted by PRONAF for the cultivation of coffee in the productive units of the settlers.

Keywords: Family agriculture - Cangussu Settlement. Memory and struggle for land - Peasant reproduction. Ideology. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização do Assentamento Cangussu no Município de Barra do Choça - BA, 2018..... 22

Figura 1 - Cultivo consorciado no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 52

Figura 2 - Café produzido no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017 55

Figura 3 - Entrada do Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017 75

Figura 4 - Sala de aula com o nome de camponês que foi assassinado durante processo de luta pela terra, Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 76

Figura 5 - Sala de aula com o nome de camponesa que faleceu durante conflito de luta pela terra, Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 77

Figura 6 - Colégio Estadual do Campo Lúcia Macedo no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 78

Figura 7 - Produção de feijão no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 95

Figura 8 - Produção de mandioca no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 95

Figura 9 - Produção de laranja no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 95

Figura 10 - Produção de abacate no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 95

Figura 11 - Produção de café direcionada para a comercialização no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Formas de trabalho utilizadas nas unidades produtivas no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017..... 54

Tabela 2 - Formas de trabalho desenvolvidas fora da unidade produtiva durante o período em que reside no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017 100

LISTA DE SIGLAS

BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FMI	Fundo Monetário Internacional
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LEAU	Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
Planaf	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
Pronaf	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 18

2. LUTA DE CLASSES, REPRODUÇÃO CAMPONESA E MEMÓRIA NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA 33
2.1. A QUESTÃO DA LUTA DE CLASSES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 33
2.2. LUTA DE CLASSES NAS CONTRADIÇÕES DO SISTEMA CAPITALISTA: A PERMANÊNCIA DO CAMPONÊS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA 36
2.3. CONFLITOS POR TERRA NO CAMPO BRASILEIRO COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSE 56
2.4. MEMÓRIA E LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA 63

3. IDEOLOGIA, AGRICULTURA FAMILIAR E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA 78
3.1. ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR..... 78
3.2. O DISCURSO DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE IDEOLOGIA DOMINANTE E A MOBILIDADE DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PRECARIZAÇÃO: A QUESTÃO DA "PLURIATIVIDADE" NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA..... 88
3.3. MEMÓRIA, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E RESISTÊNCIA NA TERRA: NARRATIVAS DOS CAMINHOS PERCORRIDOS 105

4. MEMÓRIA, ESTADO E DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR 110
4.1. A QUESTÃO DO ESTADO E O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA NA SOCIEDADE CAPITALISTA..... 110

4.2. AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E A ELABORAÇÃO DO PRONAF: A TENTATIVA DE CAPTURA DA REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA..... 118
4.3. MEMÓRIA INSTITUCIONALIZADA E DISCURSO IDEOLÓGICO DA AGRICULTURA FAMILIAR: A TENTATIVA DA NEGAÇÃO DO CONFLITO DE CLASSES NO CAMPO BRASILEIRO 133

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 144

REFERÊNCIAS 148

APÊNDICES..... 157

1. INTRODUÇÃO

As reflexões que compõem esta dissertação têm sua gênese em estudos realizados desde o ano de 2012, quando, durante o curso de graduação em Geografia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), surgiu o interesse pelas temáticas “Mobilidade do trabalho” e “Reprodução social da classe camponesa na contemporaneidade”. A partir daquele momento, iniciamos estudos em assentamentos de reforma agrária na região Sudoeste da Bahia, com destaque para os assentamentos presentes no município de Vitória da Conquista e Barra do Choça.

O andamento das pesquisas relacionadas à mobilidade do trabalho e à reprodução camponesa culminaram na realização de dois trabalhos monográficos: “*A questão da sobrevivência e permanência dos assentados do Projeto Casulo de Vitória da Conquista – BA: um estudo da mobilidade do trabalho e reprodução camponesa”* e a “*Reprodução camponesa e mobilidade do trabalho: a questão da permanência no Assentamento Amaralina de Vitória da Conquista – BA*”, ambos elaborados, respectivamente, durante a graduação em Geografia e durante a especialização em Análise do Espaço Geográfico, cursados na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Os resultados centrais das pesquisas mostravam que a reprodução social da classe camponesa constitui parte das contradições existentes no sistema capitalista e, portanto, só podem ser entendidas, em sua essência, à luz do desenvolvimento desigual e contraditório do capital. A mobilidade do trabalho praticada pelos sujeitos dos assentamentos estudados é um dos aspectos dessas contradições, uma vez que, mesmo disponibilizando, por ora, a força de trabalho à produção do valor fora da unidade produtiva, os assentados não perderam a condição de classe camponesa.

Percebemos, no entanto, que um número cada vez maior de pesquisas, tais como as desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), organismo integrante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visa negar a existência das contradições existentes no espaço agrário com o discurso da agricultura familiar (BOMBARDI, 2003). Esta retórica, baseada na negação do conflito de classes, apresenta a superação da reprodução camponesa na sociedade

capitalista e a substituição pela agricultura familiar, lógica de produção agrícola “desenvolvida” e afinada com a dinâmica expansiva de acumulação do capital como características centrais.

Em meio a tais constatações, optamos por aprofundar os estudos acerca da luta de classes no campo brasileiro, tendo como ponto de partida a análise das contradições presentes no desenvolvimento do modo de produção capitalista, no que concerne ao campesinato, e entender a construção de ideologias e memórias que legitimam os interesses do capital, ou resistem a esses interesses, segundo as relações presentes nos espaços de reprodução camponesa.

Nesse sentido, os estudos tiveram como principal objetivo compreender como a questão da agricultura familiar, analisada à luz das relações sociais presentes no Assentamento Cangussu – BA, se caracteriza como discurso ideológico da classe dominante e estabelece relações com a construção das memórias que se opõem a tal ideologia ou a endossam.

Para a consecução do objetivo proposto, fez-se necessário refletir sobre o próprio processo de constituição do Assentamento Cangussu, relacionando-o às contradições que permeiam o sistema capitalista e que se expressam no espaço agrário brasileiro.

A década de 1970 marca o início de uma crise estrutural no sistema capitalista, definida por Mészáros (2011) como uma crise que afeta a estrutura radical do sistema do capital. Caracteriza-se pelo “caráter global” (por atingir todas as esferas necessárias ao processo de acumulação), apresenta um “escopo universal” (ou seja, engloba o conjunto de países do globo) e uma “escala de tempo extensa” ou “permanente” (isto é, sua abrangência não é limitada nem “cíclica”), atingindo, dessa forma, a totalidade do complexo social “em todas as suas relações” (MÉSZÁROS, 2011, p. 3-4).

Na tentativa de mitigar os efeitos “negativos” que solapam a constante valorização do valor, o capital coloca em andamento um processo de reestruturação de paradigma produtivo. Essa reestruturação, inicialmente evidenciada “no centro dinâmico do sistema mundial do capital, com destaque para EUA, Europa Ocidental e Japão”, (ALVES, 2007, p. 155), reorganiza em diversas dimensões a produção agrícola mundial:

> Desde o final dos anos 1970, tem-se verificado uma série de mudanças econômicas e institucionais vinculadas ao processo de liberalização dos mercados e de crescimento do domínio do capital financeiro em escala global, com impactos diversos sobre a produção agrícola. Verifica-se a reestruturação de cadeias produtivas do sistema agro-alimentar em nível global, sob a coordenação de cada vez mais poderosas corporações transnacionais envolvidas com a produção de insumos, processamento e comercialização da produção, e o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho (MARQUES, 2008, p. 53).

A reestruturação produtiva do capital, que engloba a difusão das diretrizes neoliberais[1] em âmbito mundial, repercute diretamente na forma de organização da produção agrícola, promovendo a subordinação cada vez mais intensificada das cadeias produtivas do sistema agroalimentar e reformulando as relações de trabalho sob a égide da flexibilidade.

No Brasil, esse processo assume relevância a partir da década de 1990, período em que a precarização do trabalho do proletariado rural e do campesinato, o crescimento da concentração de terra e a atuação do Estado em sua fase neoliberal, seguindo os ditames de organismos internacionais de controle, tais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), se agudizam.

Para dar suporte a tal dinâmica, uma série de ideologias é disseminada pela classe dominante no espaço agrário brasileiro. No agronegócio, o discurso do "desenvolvimento" expressa-se pela necessidade constante do "aumento da produção e da produtividade", retórica que suplanta "a necessária revisão da estrutura fundiária brasileira" e promove a destruição da natureza e da força de trabalho em escalas cada vez mais ampliadas (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 104). No que concerne aos espaços de reprodução camponesa, esse discurso de cunho desenvolvimentista aparece em forma de promoção da agricultura familiar que, "ideologicamente, visa demonstrar que o camponês (atrasado segundo esta vertente) se modernizou, ou seja, se inseriu no circuito do capital" e se encontra

---

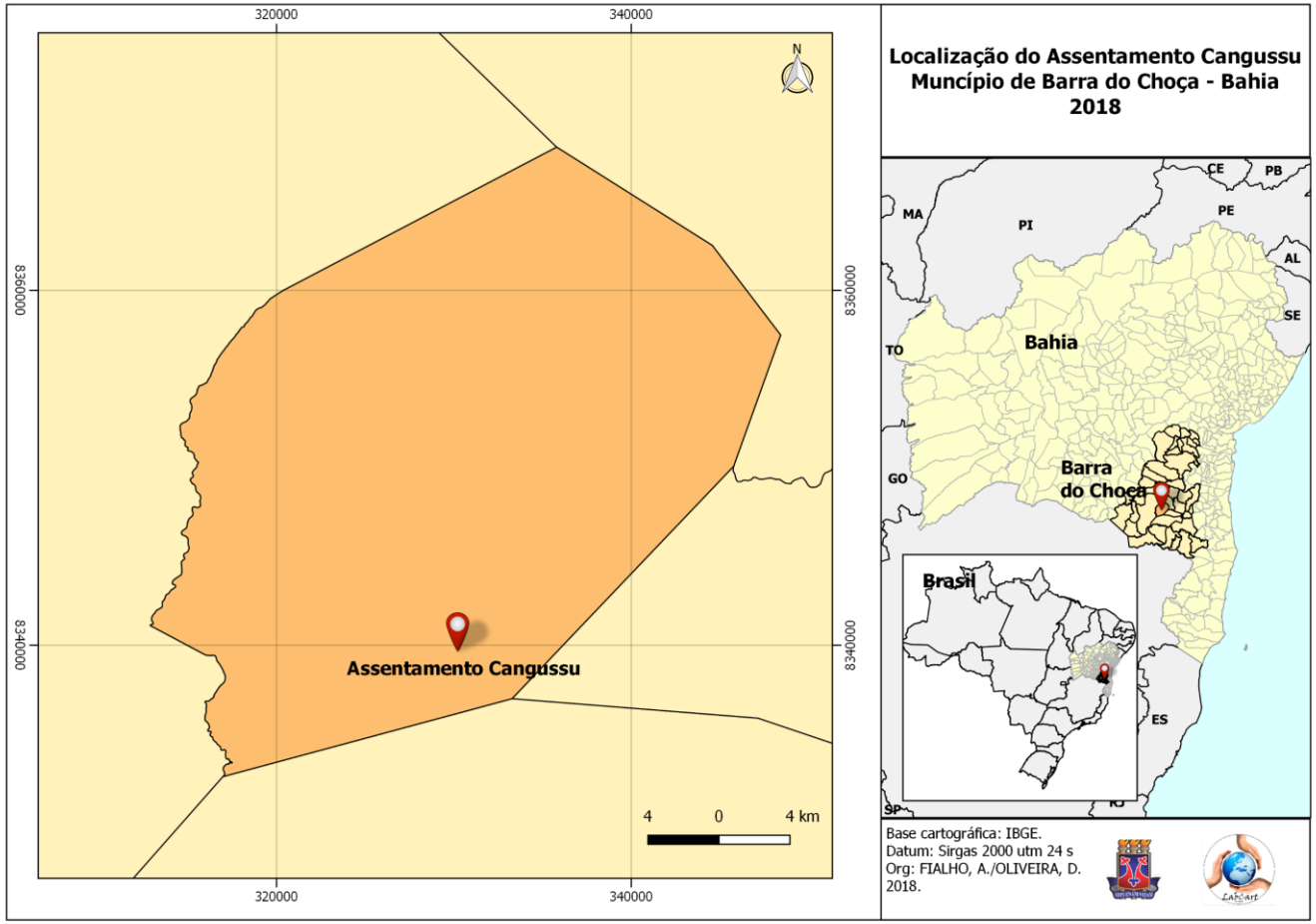
[1] As diretrizes neoliberais podem ser compreendidas como um conjunto de estratégias ideológicas, políticas e econômicas difundidas pelo capital para viabilizar o seu processo de acumulação no contexto de sua crise estrutural (ANTUNES, 1999). De acordo com Antunes (2006), a expansão das diretrizes neoliberais "têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada" (ANTUNES, 2006, p. 165).

totalmente “sujeitado as demandas do agronegócio” (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 107).

A dinâmica de reorganização do capital vai transformando, assim, as relações que caracterizam o espaço agrário brasileiro, garantindo a “manutenção de uma estrutura agrária extremamente concentrada e a precarização das condições de trabalho” dos sujeitos que dependem da terra para sobreviver (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 121).

As relações que constituem o Assentamento Cangussu, localizado no município de Barra do Choça – BA (Mapa 1), materializam, na essência, processos concernentes à reestruturação do sistema capitalista, sobretudo no que se refere ao papel da ideologia dominante para manutenção do seu *status quo,* e à relação existente entre a construção das memórias que resistem e/ou endossam as formas ideológicas. Tais relações, no entanto, remetem ao próprio processo histórico de formação e consolidação do assentamento, numa conjuntura marcada pela intensificação da acumulação capitalista no espaço agrário da região, decorrente da expansão da monocultura do café (SOUZA; SANTOS, 2013).

Mapa 1 - Localização do Assentamento Cangussu no Município de Barra do Choça – BA, 2018.



Fonte: Bases Cartográficas do Laboratório de Cartografia UESB e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018.

Assim, inicialmente, observamos que o contexto de construção do Assentamento Cangussu – BA é indissociável das contradições e dos conflitos gerados pela expansão da monocultura do café na região. O município de Barra do Choça localiza-se na região Sudoeste do estado da Bahia[2], onde o processo de implantação do café ocorreu de forma mais efetiva em 1970, direcionado pelas diretrizes do governo federal, que visavam identificar as áreas mais favoráveis ao plantio de café:

> [...] já em inícios da década de 70, o Governo federal alterou planos quanto à cafeicultura na região do Planalto da Conquista: Passou a realizar mapeamento de áreas com altitudes iguais ou superiores a 700 metros e a verificar se seus solos eram adequados ao plantio de café, com mudas resistentes. Isso ocorreu principalmente porque o governo, premido por dificuldades, pretendia ampliar a exportação de grãos e porque nas tradicionais áreas produtoras (São Paulo e Paraná, principalmente) os cafezais passaram a sofrer mais os efeitos de geadas e da doença da ferrugem. Em consequência disso, áreas em Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia (Planalto da Conquista, Chapada Diamantina, superfície Jequié-Jaguaquara) foram consideradas adequadas ao plantio do café, especialmente dos tipos catuaí e mundo novo (MEDEIROS, 2003, p. 5).

Assim, conforme análise de Medeiros (2003), o município de Barra do Choça passou a integrar as áreas consideradas “adequadas” ao plantio de café. O Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC)[3], acionado em 1971, manifesta a atuação do Estado objetivando o estabelecimento da produção de café nesse espaço (SOUZA, 2008).

A implantação do café em Barra do Choça gerou profundas reestruturações no que concerne à configuração do espaço agrário do município. Nos períodos anteriores à década de 1970, especialmente entre as décadas de 1910 e 1960, predominavam, no município, sobretudo as atividades relacionadas à pecuária e à agricultura de subsistência:

---

[2] Utilizou-se nesta pesquisa a concepção de regionalização elaborada pela Superintendência de Estudos Econômicos (SEI) que, por meio de critérios econômicos, define a abrangência da Região Sudoeste da Bahia, composta por 39 municípios (http://www.sei.ba.gov.br/).

[3] O Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC) pode ser entendido como uma medida de cunho estatal que visava à descentralização da produção de café e sua expansão pela região do Nordeste (SOUZA, 2008).

> Durante muito tempo, predominou em Vitória da Conquista e em Barra do Choça a pecuária. Esta atividade rural absorvia – durante todo o ano – pouquíssima mão-de-obra e o trabalhador deixava envolver-se, não faz muito tempo, por tratamento em que o "paternalismo" escamoteava a dura exploração. A ideologia do favor preponderava. O dono da fazenda batizava o filho do vaqueiro e dos "agregados" e o compadrio mascarava a relação de emprego entre ambos: em lugar do empregado, estava o compadre. [...] Além da pecuária, existia (e ainda existe, em menor escala) a agricultura de subsistência feita por pequenos proprietários ou ocupantes de terras devolutas ou mesmo posseiros em terras alheias (MEDEIROS, 2002, p. 1-2).

O advento do café reconfigurou tais relações em Barra do Choça (embora não as tenha extinguido), com a utilização de mecanismos técnicos voltados para o aprimoramento da produção (MEDEIROS, 2003). No que concerne especificamente às relações de trabalho, Medeiros (2002) também salienta que, em 1972, houve formação de um proletariado rural vinculado à agricultura cafeeira:

> A agricultura cafeeira começa a estabelecer-se em Vitória da Conquista e Barra do Choça em 1972. É ela que vai ser responsável pela formação de um proletariado rural, pois absorve maior quantidade de mão-de-obra, é atividade mais moderna, em que a relação entre o "fazendeiro" e o trabalhador é somente contratual [...] (MEDEIROS, 2002, p. 2).

As mudanças que ocorreram no mundo do trabalho com a expansão do café em Barra do Choça são fundamentais para o entendimento da luta que culminou na construção do Assentamento Cangussu. Essa expansão gerou, contraditoriamente, um conjunto de camponeses e proletários rurais com condições de trabalho e vida cada vez mais pauperizadas.

A necessidade de áreas para o cultivo dessa monocultura foi sanada pela apropriação de terras, onde se reproduziam "centenas de famílias camponesas" (SOUZA, 2008, p. 394), e que gerou uma crescente dinâmica de valorização e titulação, culminando na expropriação violenta[4] de um grande número de camponeses.

---

[4] A apropriação de terras para a expansão da cafeicultura no município de Barra do Choça gerou intensos conflitos, cuja marca central foi a violência, como o conflito de Matas de Pau-Brasil, iniciado a partir de 1973. De acordo com Souza e Santos (2013), em razão da intensa valorização de terras que compreendem os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, "velhos imóveis rurais, praticamente abandonados, começaram a ser reocupados por "seus donos", que se colocavam como "proprietários", ocasionando diversas disputas" SOUZA; SANTOS, 2013, p. 3). É isso "o que acontece

Aliado a esse processo, um grande contingente de camponeses e proletários rurais passou a ser utilizado em condições de trabalho temporário. Esses sujeitos, embora com perfis diversificados[5], apresentavam uma constante: a pauperização da condição de vida e de trabalho.

De acordo com Souza (2008), as famílias de camponeses e proletários rurais inseridas no processo de expansão cafeeira é "que vão incrementar o crescimento urbano desordenado", tanto em Vitória da Conquista, quanto em Barra do Choça[6], onde "diversos loteamentos são abertos, sem a menor infra-estrutura" (SOUZA, 2008, p. 394). É importante salientar que

> [...] não se trata de um processo natural, de um crescimento que conduz ao ideário de desenvolvimento difundido a partir de então, mas que repercute no empobrecimento e no agravamento das condições de vida de centenas de famílias que perderam a condição central de sua reprodução social – a terra (SOUZA, 2008, p. 394).

De fato, a questão da inserção do município de Barra do Choça no circuito do café manifesta as contradições referentes ao modo capitalista de produção. O dito processo de "modernização", difundido pelas classes hegemônicas não só na região, mas em todo o país, reproduz de maneira contraditória o subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 2003), expresso, nesse caso específico, pela contradição entre a riqueza produzida pelas lavouras cafeeiras e a precarização da vida de camponeses e do proletariado rural.

---

na região de Matas de Pau-Brasil, onde se encontravam, no ano de 1973, assentadas mais de uma centena de famílias, muitas com mais de 80 anos de posse da terra" (SOUZA; SANTOS, 2013, p. 3). O conflito se "encerra" após 12 anos, e parte dos posseiros que ali se reproduzia foi expropriada (SOUZA; SANTOS, 2013).

[5] Segundo Medeiros (2002), a partir de 1972, os trabalhadores temporários que realizavam atividades nas colheitas de café em Barra do Choça e Vitória da Conquista, possuíam perfis diferenciados, tanto em relação a condição do trabalho, quanto em relação às origens. Com relação a condição do trabalho, existiam os "biscates", os chamados "bóias frias" (os trabalhadores rurais que nada possuíam, a não ser a sua força de trabalho), bem como os camponeses que possuíam "pequena propriedade ou posse rural" e trabalhavam na colheita de café com a finalidade "de ganhar alguma coisa a mais, pois a época da colheita do café coincide com o período que não precisa trabalhar a própria terra" (MEDEIROS, 2002, p. 2). No que se refere às origens, Medeiros (2002) destaca que os que não possuíam terra, "são vindos de outra região (Vitória da Conquista é polo de atração de migrante)", "outros foram expulsos do campo" e "muitos vêm da periferia das cidades da região, aproveitando a oferta de trabalho na época da colheita de café" (MEDEIROS, 2002, p. 2). Os camponeses eram "habitantes da região da mata-de-cipó ou da caatinga" da região (MEDEIROS, 2002, p. 2).

[6] Os municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça são espacialmente próximos, com distância de 31 quilômetros entre os mesmos.

Muitos desses sujeitos veem, na luta pela terra e pelo trabalho, a saída para sua condição de precariedade, que, durante esse período, marcou a memória desses sujeitos. A consolidação de frentes de luta na região se evidenciou de maneira mais efetiva em meados da década de 1980.

Em relação à luta pelo trabalho, destacamos o movimento grevista intitulado "Greve dos Catadores de Café", deflagrada no dia 11 de maio de 1979 – importante frente de luta contra a precariedade do labor dos trabalhadores das lavouras de café de Vitória da Conquista e Barra do Choça (MEDEIROS, 2002).

A luta pela terra em Barra do Choça é indissociável do processo de expansão da monocultura do café no município, uma vez que grande parte dos camponeses e proletários rurais alijados do processo de "modernização" se organizou em frentes de luta para a reconquista da terra. Fruto de tais mobilizações, ocorreu, o processo de ocupação das terras que culminou, no dia 1º. de junho de 1997, na criação do Assentamento Cangussu[7]. Segundo análise de Souza (2008), as terras constituíam parte de um latifúndio:

> [...] a área fazia parte do mesmo Complexo Pau-Brasil, que pertenceu ao latifúndio do Coronel Pompílio Nunes. Com o tempo, estas terras foram sendo divididas por meio de herança, ou mesmo de vendas, tornando-se bastante valorizadas na década de 1970 em diante, em função de estarem localizadas nas terras definidas pelo Governo do estado da Bahia como Perímetro do Café, como terras propícias a expansão deste cultivar (SOUZA, 2008, p. 601).

Os camponeses que participaram da ocupação das terras do latifúndio que pertenceu ao Coronel Pompílio Nunes[8] materializaram um confronto contra a lógica da concentração fundiária, intrinsecamente relacionada, no contexto brasileiro, aos interesses da classe dominante. A ocupação se encerrou em 15 de outubro de 1998, com a emissão de posse concedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Todo esse processo de luta pela terra permanece na

[7] O processo de ocupação de terras é uma das principais estratégias de luta realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Assim, durante o processo de luta para a conquista da terra, os integrantes do referido movimento constroem acampamentos e produzem alimentos com a finalidade de pressionar a classe dominante e o Estado, bem como garantir sua sobrevivência durante o conflito.

[8] Conforme aponta Santos (2007), o coronel Pompílio Nunes foi pecuarista, detentor de "grandes quantidades de terras" e participou de conflitos violentos visando garantir o "controle político do município" de Vitória da Conquista – BA "e, consequentemente, pela relação privilegiada com o governo estadual" (SANTOS, 2007, p. 144).

memória dos camponeses, demonstrando, também nessa dimensão, a questão contraditória de resistência e sujeição de tais sujeitos, em relação aos projetos do capital para o campo brasileiro, e de negação da condição de precariedade do trabalho vivenciada antes da conquista da terra.

Em 1998, sessenta famílias foram assentadas numa área de 867 hectares. Para essas famílias, a conquista do assentamento possibilitou uma mudança de vida de forma qualitativa:

> O assentamento para a gente... Aqui a gente conseguiu muita coisa para a vida, para criar filhos. Aqui a gente tem comida, tem casa, tem escola. A escola tem mil e poucos alunos. Os alunos vêm do assentamento e do município vizinho. A gente expandiu [...], conseguimos o patrimônio, mas não só para nós interno. O município, a vizinhança também estava precisando (João, 49 anos)[9].

Conforme a narrativa de João, a conquista do Assentamento Cangussu repercutiu diretamente na melhoria das condições de sobrevivência das famílias que, anteriormente, encontravam-se em situação de vida mais pauperizada. Atualmente o Cangussu dispõe de três unidades escolares, um posto de saúde e saneamento básico em todas as casas. No entanto, tais condições infraestruturais não anulam as dificuldades que esses sujeitos enfrentam para garantir a permanência na terra.

A produção dos assentados é diversificada, mas o cultivo do café é o principal produto voltado para a comercialização e o que viabiliza o acesso a alguns programas de financiamento junto ao Estado. Dessa maneira, o Estado, com as políticas de financiamento da produção agrícola, difunde o discurso da agricultura familiar que, no caso do Cangussu, evidencia-se nas formas de incentivo à produção do café com o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Compreendemos o Pronaf, também, como um mecanismo utilizado de forma ideológica pela classe dominante para promover a construção de uma memória institucionalizada, visando fomentar a negação da existência do campesinato no espaço agrário brasileiro e mistificar os conflitos havidos para garantir a conquista da terra.

---

[9] Entrevista concedida em 17/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

É a partir de tal realidade concreta que consideramos possível compreender o discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante e analisar a construção e o papel das memórias no assentamento. Para tanto, privilegiamos quatro categorias centrais de análise: camponês, agricultura familiar, memória e ideologia.

O processo de acumulação do capital é fundamentado em contradições irreconciliáveis, das quais a principal é a que existe entre capital e trabalho (ANTUNES, 1999). O desenvolvimento do sistema capitalista, “muito dinâmico e inevitavelmente expansível”, é inseparável das contradições internas em razão da lógica caótica que marca a produção de mercadorias nesse sistema (HARVEY, 2006, p. 41).

Compreendemos, no entanto, que as contradições do sistema do capital também estão materializadas no espaço agrário, em que a reprodução camponesa pode ser entendida como parte. A reprodução camponesa não é por nós analisada, portanto, como um resquício feudal ou como uma relação em vias de desaparecimento. O campesinato se reproduz nas contradições do capitalismo, desenvolvendo mecanismos de resistência, mas, também, sendo constantemente subordinado pelo sistema vigente. Aliado a esta questão, o campesinato tem se organizado politicamente com o intuito de defender objetivos específicos, que são antagônicos aos interesses da classe dominante.

Assim, com base nas contribuições de Shanin (2005; 2008), Martins (1982; 1983; 2010), Oliveira (2003; 2007) Souza (2008), Marques (2004; 2008), Conceição (2007; 2013), Woortmann (1990), Fernandes (1999) e Paulino (2006), entendemos que o campesinato é uma classe social que se reproduz nas contradições do modo de produção capitalista e que apresenta um modo de vida singularizado.

Por outro lado, existe a perspectiva analítica bastante desenvolvida nos estudos de Lamarche (1993), Abramovay (1991), Veiga (1991), Alves (1997) e Navarro (2010) de que o campesinato representa o “atraso”, e a agricultura familiar, o modelo “moderno” de produção agrícola, fundamentado na gestão familiar, no empreendedorismo, na utilização de tecnologias, insumos agrícolas e na capacidade positiva de responder aos investimentos do Estado, por isso apresenta alto grau de inserção no mercado. A crítica que realizamos a tal perspectiva se fundamenta,

centralmente, nas contribuições de Rodrigues (2012), Souza e Conceição (2008), Gómez (2002; 2006) e Thomaz Júnior (2004).

No que se refere à categoria memória, as discussões elaboradas por Halbwachs (2006) priorizam o aspecto social da memória, uma vez que, para esse autor, a memória está fundamentada nas relações sociais que permeiam os grupos. No entanto, por seu caráter social, entendemos que, numa sociedade dividida em classes sociais, é fundamental analisar as memórias "a partir do seu uso ideológico, visando a manutenção do *status quo* dominante" (MAGALHÃES; ALMEIDA, 2011, p. 4) e a partir das possíveis resistências que elas podem apresentar. Para tanto, utilizamos as análises desenvolvidas por Pollak (1989), que considera a existência de memórias institucionalizadas e memórias subterrâneas, ambas em constante conflito, de acordo com os diferentes grupos aos quais elas se encontram vinculadas; e as contribuições de Ricoeur (2007) e Le Goff (1994), que apresentam as manipulações ideológicas que as memórias coletivas são passíveis de sofrer.

A luta de classe e as relações materiais que caracterizam o desenvolvimento histórico da sociedade são o ponto de partida para compreendermos a questão da ideologia dominante. À luz das interpretações de Marx e Engels (2009), Marx (2008) e Mészáros (2014; 2008), consideramos que, embora não se circunscreva apenas ao modo de produção vigente, a ideologia dominante, ligada ao próprio desenvolvimento material da luta de classes, cumpre um papel de preservação do *status quo* capitalista.

Dessa forma, baseando-nos nesses pressupostos teóricos, estabelecemos como objetivos específicos: entender como os programas de financiamento representam, concretamente, a ideologia da agricultura familiar no Assentamento Cangussu – BA; analisar como a memória da luta pela terra apresentada pelos camponeses estabelece oposição ao discurso da agricultura familiar; refletir sobre as relações existentes entre uma memória institucionalizada e o discurso da agricultura familiar; e entender como a reprodução camponesa no Assentamento Cangussu estabelece formas de resistência ao discurso ideológico da agricultura familiar.

A escolha do Assentamento Cangussu para a realização da proposta de dissertação partiu da necessidade de profundar os estudos que vêm sendo realizados pelo Grupo de Pesquisa: "Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade na Produção do Espaço" (LEAU/UESB-CNPq), acerca da reprodução camponesa

nos municípios de Barra do Choça – BA e Vitória da Conquista – BA. Acrescentamos que esse assentamento, por ser contemplado pelo Pronaf, apresenta de forma mais nítida as questões concernentes ao discurso ideológico da agricultura familiar, realidade diferenciada de outros assentamentos existentes nesses municípios.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, referendados nos aportes teóricos relacionados à temática, realizamos uma análise teórica acerca das principais categorias privilegiadas para a pesquisa: camponês, agricultura familiar, memória e ideologia. Além de tal análise teórica, efetuamos análise dos documentos do Governo Federal concernentes à agricultura familiar, com a finalidade de refletir sobre os elementos ideológicos que norteiam esse discurso. Ainda com relação ao discurso da agricultura familiar, realizamos uma entrevista com a direção de brigada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Vitória da Conquista – BA, com o objetivo de averiguar o acesso dos assentados a programas de financiamento direcionados para a “agricultura familiar”.

Para entender as relações existentes entre luta de classes, reprodução camponesa e memória na realidade do Cangussu, realizamos entrevistas com 20 camponeses que participaram do processo de ocupação do assentamento, de um universo de 60 camponeses. O critério central para a escolha dos 20 camponeses foi justamente o fato de terem participado do processo de ocupação das terras, que culminou na criação do assentamento. Embora 60 camponeses originalmente tenham participado dessa luta, durante a pesquisa de campo, constatamos que os relatos disponibilizados por estes 20 assentados apresentavam os elementos que permitiriam a realização da análise da questão da memória. As entrevistas com os 20 camponeses também permitiram investigar como as relações de precarização do trabalho e o acesso às políticas públicas direcionadas à “agricultura familiar” repercutem no modo de vida desses sujeitos.

A coleta das entrevistas foi realizada no Assentamento Cangussu, nas casas dos camponeses, entre os meses de junho e agosto de 2017, com um gravador de voz. Para preservar o anonimato dos entrevistados, utilizamos nome fictício diferenciado para cada um dos 20 camponeses entrevistados, tais como Maria, José, João etc.

Algumas informações coletadas durantes as entrevistas também foram utilizadas para a elaboração das tabelas. Nesse sentido, as informações disponibilizadas pelos 20 camponeses foram tabuladas utilizando o método estatístico da frequência relativa.

Na análise das questões, mantivemos um posicionamento crítico no levantamento das contradições materiais presentes no assentamento. É importante ressaltar que a síntese da pesquisa foi elaborada de modo concomitante a um constante levantamento bibliográfico e a discussões realizadas no Grupo de Pesquisa: “Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade na Produção do Espaço” (LEAU/UESB-CNPq) e em sala de aula.

Esta dissertação é composta por três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No **primeiro capítulo,** apresentamos algumas discussões a respeito da luta de classes na sociedade capitalista com base nas contradições existentes nesse sistema. Discutimos a questão da luta pela terra como expressão concreta da luta de classes, entendendo o campesinato como classe que se recria dentro das contradições do modo capitalista de produção e apresenta características organizacionais específicas. Entendemos que os assentados do Cangussu são camponeses e apresentam uma memória de luta que estabelece oposição aos interesses da classe dominante para o espaço agrário brasileiro.

No **segundo capítulo**, realizamos uma discussão sobre o conceito de agricultura familiar, entendendo-a como uma das formas que a ideologia dominante assume no campo brasileiro. Discutimos, ainda, como a mobilidade do trabalho, mistificada pela retórica da “pluriatividade” presente no discurso da agricultura familiar, promove a precarização do trabalho desses sujeitos. Neste capítulo, também discutimos como a trajetória de precarização do trabalho vivenciada pelos camponeses antes da conquista do assentamento marca a memória desses sujeitos e reafirma a necessidade de lutarem pela permanência na terra.

Finalmente, no **terceiro capítulo** debatemos a forma como o Estado, instrumento de dominação historicamente utilizado pela classe dominante, difunde a ideologia do “desenvolvimento”, que legitima, em diferentes momentos históricos, a acumulação do capital. Analisamos como o Pronaf, entendido como uma das políticas de desenvolvimento para o espaço agrário, tenta viabilizar a captura da produção camponesa no Cangussu e constitui-se em principal difusor do discurso

ideológico da agricultura familiar no assentamento. Debatemos, ainda, como a classe dominante, por intermédio do Estado, institucionaliza uma memória baseada no discurso ideológico da agricultura familiar, cujo objetivo é operar o silenciamento da luta de classes existente no campo brasileiro, onde o assentamento em estudo se constitui em uma das expressões dessa totalidade.

Nas **considerações finais**, realizamos uma retomada dos principais resultados obtidos na totalidade da dissertação, com o objetivo de evidenciar as reflexões e apresentar as principais considerações alcançadas na execução da pesquisa.

2. LUTA DE CLASSES, REPRODUÇÃO CAMPONESA E MEMÓRIA NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA

2.1. A QUESTÃO DA LUTA DE CLASSES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A luta de classes não caracteriza todo o desenvolvimento histórico da sociedade. Os períodos anteriores à constituição da fase da civilização[10], que marca o avanço do desenvolvimento produtivo da sociedade, caracterizados, sobretudo (embora não unicamente) pela propriedade comum primitiva, pela *gens*[11] *e* pela inexistência do Estado, não comportavam antagonismos de classe (ENGELS, 2000).

No entanto, com as alterações relacionadas ao conjunto das condições materiais na passagem da selvageria para a barbárie, surgiu a divisão de classes, fundamentada no avanço da divisão social do trabalho, no acúmulo e na apropriação desigual de riquezas e na propriedade privada (ENGELS, 2000). Nesse sentido, mesmo antes da constituição do capitalismo, a questão da luta de classes já era um aspecto importante para o entendimento da sociedade. A consagração da propriedade privada e a consolidação da dinâmica de produção e distribuição desigual da riqueza geraram antagonismos irreconciliáveis no interior da própria sociedade, a saber, os conflitos desenvolvidos em decorrência dos interesses divergentes presentes nas classes sociais.

Assim, seguindo esta mesma perspectiva, Marx e Engels (2005) afirmam que "a história [escrita] de todas as sociedades até hoje existentes", isto é, após o surgimento da propriedade privada e os antagonismos citados, "é a história das lutas de classes" (MARX; ENGELS, 2005, p. 40). No entanto, segundo os autores, é com a ascensão da sociedade burguesa que a questão da luta de classes fica ainda mais

---

[10] Conforme análise de Engels (2000), o quadro de desenvolvimento da humanidade, que evidencia o próprio grau de desenvolvimento do trabalho, apresenta as seguintes fases históricas: o estado selvagem, a barbárie e a civilização. Para Engels (2000), tais fases históricas manifestam como a sociedade tem produzido e reproduzido materialmente sua condição de existência ao longo da história.

[11] De acordo com Engels (2000), a *gens* pode ser definida como um "círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina que não podem casar entre si" (ENGELS, 2000, p. 58). Tratava-se de uma forma de família que se reproduzia socialmente na propriedade comum primitiva e apresentava uma organização baseada em grupos de interesses comuns. Destaca-se, ainda, que esta forma de família tinha como pressuposto importante a produção voltada para a própria sobrevivência, não havendo, portanto, a produção de excedentes e decorrente comercialização e acúmulo de riqueza (ENGELS, 2000).

evidente; é no conflito direto entre proletariado[12] e burguesia[13] que o proletariado, como classe revolucionária, instituirá uma forma de sociabilidade não mais fundamentada na exploração do trabalho pelo capital (MARX; ENGELS, 2005).

O desenvolvimento da luta de classes, segundo análises realizadas por Engels (2000), Marx e Engels (2005) e Marx (2008; 2011), permeia dois aspectos analíticos centrais indissociáveis: o primeiro refere-se ao movimento histórico da sociedade, que expressa o próprio conteúdo da luta de classes; o segundo, a determinadas condições materiais do desenvolvimento da sociedade, a saber, as relações de produção, que constituem a base da luta de classes. Quanto ao primeiro aspecto, Marx e Engels (2005) concluem, em proposições teóricas, que o movimento histórico da sociedade apresenta como conteúdo marcante os antagonismos existentes entre as classes sociais (MARX; ENGELS, 2005). Assim,

> Nas mais remotas épocas da História, verificamos, quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassalos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, outras gradações particulares. A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

Nesse sentido, Marx e Engels (2005) consideram que esses conflitos são o cerne do conteúdo histórico de desenvolvimento das sociedades. Os diferentes interesses que orientam as práticas das classes geram conteúdos históricos diversificados e, assim, podemos afirmar que “a história de toda a sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas” (MARX; ENGELS, 2005, p. 57).

---

[12] De acordo com Marx e Engels (2005), o proletariado pode ser entendido como “a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (p. 40).

[13] De acordo com Marx e Engels (2005), a burguesia pode ser definida como “a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado” (p. 40).

Evidentemente, a luta de classes, conteúdo do próprio movimento histórico da sociedade, não ocorre fora de uma base material. Assim, desponta o segundo aspecto que consideramos central: as mudanças nas relações de produção e, consequentemente, nas relações sociais, condicionam a luta de classes.

Acerca desse aspecto, Marx (2008) sugere que o modo de produção da vida material é o ponto de partida para o entendimento das relações sociais. Dessa forma,

> [...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008, p. 47).

Nesse sentido, consideramos que os conflitos existentes entre as classes estão relacionados à totalidade das relações de produção. O modo de produção da vida material se expressa, também, no processo de luta de classes.

Nessa mesma linha interpretativa, segundo Engels (2000), o próprio surgimento das classes sociais está relacionado ao processo de desenvolvimento da produção dos meios de sobrevivência da sociedade, do amadurecimento das relações de produção e do avanço da divisão social do trabalho (ENGELS, 2000). Assim, o desenvolvimento da luta de classes manifesta as transformações geradas no âmbito da dimensão produtiva social.

As mudanças produzidas pela humanidade na sua condição material, ao longo da história, geraram antagonismos que se expressam de formas variadas na luta entre as classes sociais.

> [...] a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua

> produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção (MARX, 2011, p. 22).

Nesse sentido, analisar qualquer forma de ideologia pressupõe a compreensão das lutas de classes, lutas concretas, que condicionam as formas ideológicas de qualquer sociedade. Entendemos, assim, que as ponderações realizadas por Engels (2000), Marx e Engels (2005) e Marx (2008; 2011) devem ser tomadas como ponto de partida para se compreender o discurso da agricultura familiar[14] como ideologia dominante presente no Assentamento Cangussu – BA. Embora considere a existência de três classes capitalistas (conforme destacaremos no tópico 1.2 desta dissertação), Marx (1986) não nega a existência das contradições geradas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, onde a reprodução camponesa pode ser compreendida como produto real dessas contradições.

A conformação do discurso da ideologia da agricultura familiar presente no Assentamento Cangussu – BA, evidenciada na tentativa de ocultamento da precarização do trabalho e da subordinação e controle mais intensificados da produção camponesa (conforme análises presentes nos capítulos 2 e 3 desta dissertação), demonstra, em seu âmago, um conflito de interesses existentes entre classes sociais no campo e visa negar a centralidade do conteúdo de classe que explica a reprodução camponesa no capitalismo. Neste sentido, é importante analisar como as próprias contradições do modo de produção capitalista são a base concreta da reprodução social da classe camponesa.

2.2. LUTA DE CLASSES NAS CONTRADIÇÕES DO SISTEMA CAPITALISTA: A PERMANÊNCIA DO CAMPONÊS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA

Como sinalizamos, com o surgimento da propriedade privada, os conflitos existentes entre as classes sociais passaram a marcar histórica e materialmente a

[14] Conforme veremos no Capítulo 2 desta dissertação, o discurso da agricultura familiar tem como elemento central a defesa da monocultura, da financeirização da produção camponesa e da subordinação dessa produção de forma cada vez mais intensificada à lógica do mercado.

sociedade. No sistema capitalista, os conflitos entre as classes no espaço agrário perpassam as contradições produzidas e reproduzidas no sistema vigente.

Para Marx (1986), a diferenciação entre as classes sociais perpassa a forma de produção e a apropriação da riqueza material que elas realizam num momento histórico específico:

> Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (MARX, 1986, p. 317).

Embora consideremos que as proposições de Marx (1986) sobre as classes são fundamentais, as perspectivas vistas pelo autor devem ser analisadas do ponto de vista do movimento histórico em que estavam inseridas. Esta leitura apresentada por Marx (1986), portanto, não deve ser compreendida de modo fechado, uma vez que o movimento histórico que constitui a sociedade não é engessado; ao contrário: ele é sempre caracterizado pelas contradições.

Assim, conforme leitura das contradições, os conflitos que marcam as relações sociais no espaço agrário, em especial no espaço agrário brasileiro, apresentam como elemento fundamental as lutas existentes entre camponeses e proletários *versus* classe dominante. O conflito entre as classes não está presente apenas nos antagonismos existentes entre as classes especificamente capitalistas, mas, também, nas classes não especificamente capitalistas, a saber, os camponeses.

Nesse sentido, a discussão acerca da permanência do camponês no sistema capitalista é uma análise necessária para entender a luta de classes existente no espaço agrário. O campesinato é uma classe social que se reproduz nas contradições do modo de produção capitalista e luta contra a classe dominante pela conquista de uma terra de trabalho, garantia da própria sobrevivência.

O debate que considera o campesinato como uma classe indissociada das contradições do sistema vigente é amplo e apresenta inúmeras divergências, a depender da perspectiva teórico-conceitual utilizada. No paradigma da questão

agrária[15], sobressaem as pesquisas realizadas por Teodor Shanin (2005; 2008), José de Souza Martins (1982), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), Marta Inez Medeiros Marques (2004; 2008), Alexandrina Luz Conceição (2007), Suzane Tosta Souza (2008), Eliane Tomiasi Paulino (2006), entre outras.

A análise dos conflitos entre classes sociais no espaço agrário entende que o capital, ao mesmo tempo em que reproduz relações especificamente capitalistas (expressas nos processos de separação dos homens dos meios de produção e consequente venda da força de trabalho), produz, contraditoriamente, relações não especificamente capitalistas, como é o caso do trabalho camponês (SANTOS, 2009). Essa forma de ver o camponês está vinculada com a ideia de que o capital nem sempre destrói esse tipo de reprodução, mas se apropria dele. Segundo Oliveira (2007),

> [...] o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção. [...] portanto, é o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste [...]. [...] esse processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. Para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção. Isto é, a *produção* do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são, na essência, o processo de *reprodução ampliada* do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Entendemos, assim, que as relações capitalistas baseadas no assalariamento não se constituem como a única via pela qual o capital efetiva o processo de acumulação no campo; efetiva-se, também, por relações não capitalistas, com a sujeição da renda da terra ao capital:

---

[15] De acordo com Felício (2010), compõe o paradigma da questão agrária o conjunto de análises teóricas sobre a questão da reprodução camponesa a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo. Destaca, ainda, que o "paradigma da questão agrária possui duas correntes: uma que compreende o fim do campesinato na sociedade capitalista [..] e outra que defende a recriação do campesinato" (p. 76).

> Assim, o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. Então, [...] o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Enfatizando a dimensão da reprodução camponesa, conforme estudo de Oliveira (2007), nem sempre é necessário que o capital separe o camponês da terra para efetivar a sujeição para fins de acumulação. Por vezes, o capital subordina o produto do trabalho do camponês (uma das formas de extrair renda da terra).

Nesse sentido, faz-se necessário analisar a relevância e as limitações de alguns estudos clássicos sobre o camponês, uma vez que, contrariando algumas perspectivas analíticas, na contemporaneidade, esses sujeitos permanecem lutando pela sobrevivência nos espaços de reprodução social.

No marxismo, diversos estudos foram realizados com o intuito de compreender as repercussões que o processo de desenvolvimento do capitalismo ocasionaria para a sobrevivência e permanência dos camponeses na sociedade. Entre esses estudos, destacam-se as importantes contribuições de Lênin (1985) e Kautsky (1986).

Lênin (1985), em estudos realizados entre 1905 e 1907, considerou que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia apresenta como elemento integrante a tendência de desintegração do camponês:

> Na atual base econômica da revolução russa, duas vias fundamentais são objetivamente possíveis para o seu desenvolvimento e desfecho: ou a antiga propriedade fundiária privada, ligada por milhares de laços de servidão, se conserva e se transforma lentamente em estabelecimento puramente capitalista, do tipo *junker*. Neste caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é a transformação interna da propriedade fundiária baseada na servidão; toda a estrutura agrária do Estado se torna capitalista, conservando por muito tempo traços feudais; ou o antigo latifúndio é destruído pela revolução, que liquida com todos os vestígios da servidão, especialmente o regime da grande propriedade fundiária. Neste caso, a base da passagem definitiva do sistema de pagamento em trabalho para o capitalismo é

> o livre desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, que recebe grande impulso com a expropriação dos latifúndios em benefício dos camponeses; toda estrutura se torna capitalista, pois a desintegração do campesinato se processa tanto mais rapidamente quanto mais plena é a destruição dos vestígios de servidão (LÊNIN, 1985, p. 10).

Dessa forma, tais alterações promoveriam a base necessária para que a classe operária realizasse o processo revolucionário. Para Lênin (1985), a desintegração do camponês está diretamente relacionada aos seguintes processos: a questão da divisão social do trabalho, dinâmica fundamental para a conformação de um mercado interno para o capitalismo; a consolidação da separação entre a manufatura e a agricultura, transformando assim a agricultura em uma indústria produtora de mercadorias; e a transferência do controle dos meios de produção para outras mãos para efetivar sua conversão em capital (SOUZA, 2008).

Esses processos, segundo Lênin (1985), culminariam em uma possível destruição do camponês e na constituição de um novo tipo de população rural, dividida em dois tipos diferenciados:

> [...] a desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos [...], criando dois tipos novos de população rural [...]. O primeiro desses tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico englobando [...] os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, de empresas comerciais etc. [...]. [...] o outro tipo é o novo proletariado rural, a classe dos operários assalariados [...]. Esse tipo envolve o campesinato pobre, incluindo aí o que não possui nenhuma terra (LÊNIN, 1985, p. 115-116).

Segundo análise de Lênin (1985), os camponeses, ao passarem por um processo de diferenciação (transformação em camponês rico ou em proletariado rural), teriam sua forma de reprodução social superada em todas as dimensões de sociabilidade (trabalho, cultura, valores etc.). O processo de desenvolvimento do capitalismo, portanto, culminaria na desintegração do camponês, transformando as relações que os configuram em formas totalmente capitalistas.

Apresentando também uma análise acerca das alterações geradas pela expansão do capitalismo no campo, Kautsky (1986) considera que o desenvolvimento industrial subordina e altera, de diversas maneiras, as formas de

reprodução camponesa. Para Kautsky (1986), existe uma supremacia da exploração agrícola capitalista sobre a pequena propriedade camponesa.

A desvantagem que o camponês apresenta em relação ao estabelecimento de exploração agrícola capitalista gera um processo mais acelerado de proletarização camponesa, uma vez que os ganhos que estes adquirem somente com a produção na pequena propriedade são cada vez mais suplantadas pelo crescimento de estabelecimentos agrícolas capitalistas:

> Esse mesmo desenvolvimento proletariza muito camponês, reduz sua família e [...] ele também joga no mercado de trabalho os excedentes familiares, os filhos e filhas desse camponês. Enfim, ele produz entre os pequenos camponeses a necessidade de um rendimento suplementar além daquele que lhe fornece o estabelecimento agrícola de sua propriedade. [...]. A única mercadoria que lhe resta então para vender é a própria energia de trabalho, que excede a requerida temporariamente pelo próprio estabelecimento. Um dos modos de aproveitá-la é a sua transformação em trabalho assalariado, a serviço de estabelecimentos maiores (KAUTSKY, 1986, p. 21).

Além do crescente processo de proletarização vivenciado pelos camponeses em decorrência das formas de subordinação, Kautsky (1986) entende o processo de desintegração do campesinato como uma dinâmica em expansão, importante para a constituição de uma sociedade socialista:

> Os pequenos estabelecimentos agrícolas independentes perderão, então, todo e qualquer atrativo para os seus proprietários. Já hoje em dia as condições de vida do proletariado urbano são tão superiores à barbárie da classe agrária que, inclusive a nova geração de camponeses, vem aderindo ao êxodo rural dos assalariados do campo. Na hora em que se formarem os latifúndios socialistas que não mais serão lavrados por pobres escravos assalariados, mas administrados por sindicatos abonados, constituídos por pessoas livres [...], teremos, em lugar do referido êxodo rural, um êxodo mais rápido ainda, o êxodo urbano em busca do grande estabelecimento comunitário. A barbárie será eliminada, então, de todos os setores em que a mesma se fixou e tem proliferado isenta de qualquer contestação. O grande estabelecimento socialista não vai expropriar o pequeno; irá salvá-lo [...] (KAUTSKY, 1986, p. 269).

Observamos, nas análises elaboradas por Lênin (1985) e Kautsky (1986), que, embora apresentem inúmeros elementos distintos, ambas as perspectivas

percebem um processo de desintegração dos camponeses gerado pelo desenvolvimento do próprio capitalismo, com a finalidade de apontar a revolução como horizonte.

Consideramos, assim, que as contribuições de Lênin (1985) e Kautsky (1986) devem ser analisadas à luz do contexto histórico e político em que estavam inseridos. Nesse sentido, não se trata de desqualificar tais contribuições, mas de compreendê-las conforme o próprio movimento contraditório da história, uma vez que tais autores não abdicam da leitura das contradições.

Lênin (1985) e Kautsky (1986), portanto, desenvolveram leituras com fundamento no materialismo histórico dialético, o que implica dizer que os autores construíram as perspectivas acerca da desintegração do camponês na sociedade capitalista de acordo com as relações concretas e historicamente delimitadas sem, no entanto, negar a existência da contradição.

Assim, defendemos a leitura de que a reprodução camponesa não foi superada com o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Pelo contrário. As contradições que caracterizam esse modo de produção se manifestam, também, na dialética sujeição/resistência da classe camponesa no sistema capitalista.

De acordo com Shanin (2005), considerar que a reprodução camponesa, no modo de produção capitalista, é uma forma de reprodução social em vias de desaparecimento ou, ainda, um entrave ao desenvolvimento capitalista é perder a dimensão das contradições das classes sociais materializadas no espaço agrário e pode implicar um reducionismo da realidade:

> [...] as classes sociais refletem as contradições e as leis do movimento dos modos de produção, mas nenhuma dedução das primeiras a partir dos segundos (*ou vice-versa*) pode substituir a análise específica. Voltando aos camponeses, o que deve ser rejeitado é um falso problema que supõe uma falsa dualidade de possibilidades. Sem dúvida, não podemos compreender como operam as unidades de produção camponesas sem seu contexto societário. Tampouco podemos, simplesmente por isso, deduzi-las ou reduzi-las ou dissolvê-las conceitualmente. O deducionismo não é uma resposta satisfatória ao empirismo. Em outras palavras, aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em

> questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Que dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. [...]. Finalmente, e o que é mais importante, essas conclusões não são simplesmente um exercício de lógica, mas são centrais para estratégias de pesquisa e ação política, pois implicam que os camponeses e sua dinâmica devem ser considerados *tanto* enquanto tais, *como* dentro dos contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem (SHANIN, 2005, p. 14).

Não se trata, portanto, de analisar a reprodução camponesa de forma idealista, descolada da realidade concreta do modo de produção e da luta de classes, sobretudo no contexto capitalista. Não se trata, tampouco, de negligenciar as especificidades e resistências que singularizam o modo de vida desses sujeitos. Trata-se, antes, de assinalar que o entendimento da classe camponesa na contemporaneidade pressupõe a compreensão das características que configuram sua forma de reprodução social e, ao mesmo tempo, sua relação com a conjuntura societária mais ampla.

Salientamos, dessa forma, que o camponês presente no modo de produção capitalista (que, sem dúvida, não é o camponês outrora presente no feudalismo ou em outros modos de produção) é constantemente transformado numa dinâmica que expressa sujeição e oposição, de forma dialética:

> Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir [...] (SHANIN, 2005, p. 9).

É no bojo de tais relações que as lutas de classe no espaço agrário foram analisadas. Não consideramos os camponeses apenas como sujeitos históricos que apresentam um modo de vida com algumas singularidades; os consideramos como uma classe social que está em constante conflito com a classe dominante.

De acordo com Shanin (2008), para definir o campesinato como classe social é fundamental considerar a sua capacidade de luta para defender objetivos específicos, que são antagônicos aos interesses de outras classes sociais. Esta característica, aliada à situação objetiva em que se encontra em determinado momento histórico, faz com que, por meio do conflito, possa se constituir como classe social:

> As classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal. [...]. A questão não é simplesmente uma questão da posição da classe ou de sua situação objetiva em dada circunstância analítica, mas diz respeito ao que as pessoas fazem. A partir desse espírito, eu diria que para responder à pergunta sobre se os camponeses são uma classe, eu precisaria fazer outra pergunta: o que é que eles fazem? Não o que eles são, mas o que eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não (SHANIN, 2008, p. 36-37).

Nos debates que tratam do campesinato como classe social, de fato, o aspecto do antagonismo existente entre os interesses do campesinato e da classe dominante e a sua condição objetiva em dado contexto histórico são fundamentais para a compreensão do campesinato no sistema capitalista. No Brasil, essa dinâmica se manifesta nos conflitos existentes no espaço agrário relacionados com a função do latifúndio para a classe dominante:

> Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2008, p. 58-59).

Ao considerar o campesinato como uma classe social que se reproduz nas contradições do modo capitalista de produção, a autora entende que o espaço agrário e os conflitos que o constituem somente podem ser analisados na

perspectiva das contradições. Os camponeses, portanto, não apresentam apenas um modo de vida com características próprias, ou uma produção organizada de maneira específica, mas, também, uma singular dimensão histórica de enfrentamento.

Seguindo a mesma linha interpretativa, Souza (2008) considera que a condição do campesinato como classe social está enraizada na própria natureza contraditória do desenvolvimento capitalista. Os camponeses têm realizado, historicamente, uma serie de enfrentamentos que não só visa à conquista da terra, mas, também, estabelece oposição aos projetos do capital e do Estado burguês:

> A despeito das diversas análises que enfatizam a desarticulação política do campesinato, considerando as condições de vida e, muitas vezes, o isolamento em que diversas comunidades vivem, busca-se à luz do método dialético, com base nas contradições do desenvolvimento do capital, destacar elementos que apontem para possibilidades concretas de articulação dos camponeses, e o papel político que estes vêm desempenhando, em diversas sociedades, sobremodo nas últimas décadas, expressando, em determinados casos, além da necessidade de manter ou conquistar um pedaço de terra – para garantir a produção camponesa, um enfrentamento com as classes dominantes atuantes no campo, assumindo papel político fundamental frente ao Estado Burguês e os projetos do capital (SOUZA, 2008, p. 138).

A luta pela conquista da terra de trabalho é ponto de partida para a compreensão da unidade de interesses que fundamenta a atuação política da classe camponesa no espaço agrário. Ao lutar pela garantia da condição de sua reprodução social, o campesinato vai se contrapondo aos interesses do capital, que objetivam, entre outros, subjugar de forma cada vez mais efetiva todas as dimensões do seu modo de vida:

> O próprio avanço das relações capitalistas e as contradições oriundas da necessidade de expansão dos projetos do capital no campo acabam por exigir dos camponeses uma participação política mais efetiva. Ainda que, inicialmente, tal articulação se faça no intuito de manutenção da terra da família, os interesses do capital em torná-los dependentes, subjugados a seus interesses, e ainda a constante ameaça de perda da terra, impulsionam os camponeses a lutarem para não perderem sua condição de reprodução social. Além disso, aqueles camponeses que se “integram” completamente ao mercado vêem seus anseios de liberdade, ainda que parcial, sucumbirem frente às demandas do capital. A perda do controle do trabalho, e seus reflexos nos costumes e valores da família camponesa

> repercutem, diretamente, em tentativas concretas de enfrentamento aos projetos do capital (SOUZA, 2008, p. 138).

Assim, conforme análise de Souza (2008), o papel político do campesinato ultrapassa a questão da luta pela conquista da terra. Ele se expressa, também, na luta para permanecer na terra, uma vez que, para garantir essa permanência, esses sujeitos apresentam estratégias de oposição à classe dominante.

A compreensão de que o campesinato é uma classe social permeia, portanto, o entendimento de que existe um antagonismo irreconciliável de interesses entre aquela classe e a classe dominante. Nesse sentido, para Souza (2008):

> O entendimento que se tem, neste sentido é de que a classe se constitui a partir do enfrentamento com outras classes, quando o antagonismo de interesses entre estas se coloca e o confronto torna-se inevitável. Portanto, o camponês constitui-se classe na medida em que desenvolve ações políticas de enfrentamento com relação aos interesses das classes dominantes no campo – capitalistas e proprietários fundiários; cujos interesses – no lucro e na renda lhes são antagônicos (SOUZA, 2008, p. 142).

O campesinato, no entanto, enfrenta uma série de dificuldades para efetivar a construção de ações políticas sólidas contra a classe dominante. Essas dificuldades se manifestam na “passividade campesina diante de determinadas situações – o que se visualiza, sobremodo, devido à espontânea limitação da produção camponesa” e na “falta de uma articulação política que reflita uma concepção e conscientização de classe, em sentido mais amplo” se tornando, assim, um “desafio a ação política do campesinato” (SOUZA, 2008, p. 145).

Destacado o aspecto da classe, salientamos que o modo de vida camponês apresenta características que o singularizam e o diferenciam, mesmo considerando que esse sujeito social se reproduz no modo de produção capitalista e, portanto, incorpora e endossa diversas relações nele presentes. Como parte dessa discussão, consideramos que os sujeitos do Assentamento Cangussu apresentam, em sua trajetória de reprodução da vida, uma série de elementos que proporciona debates sobre a definição de camponês.

Entre as características que diferenciam a reprodução camponesa, salientam-se todas as relações que esses sujeitos estabelecem com a unidade de produção

familiar e a natureza de tais relações. Acerca desse aspecto, assim Oliveira (2006) se expressa:

> Como classe *sui generis* do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine (OLIVEIRA, 2006, p. 16).

Dessa forma, em relação ao modo de vida específico, a terra, o trabalho e a família ocupam papel importante no processo de produção dos meios de vida da classe camponesa. Inicialmente, a terra, para a reprodução camponesa, apresenta funcionalidade diferenciada da que possui para a classe dominante.

Nesse sentido, Martins (1982), ao analisar as formas de apropriação da terra pelo capital e pelo camponês, compreende que a reprodução social camponesa na terra apresenta uma lógica diferenciada da propriedade capitalista da terra. A propriedade familiar, definida pelo autor, é compreendida pela forma e finalidade com que é utilizada, apresentando, por isso, implicações sociais distintas da propriedade do capital. A reprodução social dos camponeses não é dirigida pela necessidade de lucro do capital, “porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra”. Isso implica dizer que o resultado do trabalho da família desses sujeitos não é gerado por meio da exploração de um “capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho”, pois a terra do camponês é instrumento de trabalho para quem trabalha (MARTINS, 1982, p. 59).

Os conceitos de terra de trabalho e terra de negócio, trabalhados por Martins (1982), são conteúdos da reprodução camponesa. A finalidade da produção do camponês não é o lucro, como é o caso da terra apropriada pelo capital; constitui, portanto, em terra de trabalho.

Acerca da importância da terra para o camponês, Paulino (2006) também avalia que, ainda que a reprodução social desse sujeito ocorra no contexto histórico capitalista, onde a terra é também uma propriedade privada, a lógica de exploração desse meio de produção por meio do campesinato assume um caráter diferenciado:

> Dentro da propriedade capitalista, a terra constitui-se em objeto de negócio, seja pelo fato de consistir em instrumento de exploração do trabalho alheio, logo, de extração de mais-valia, seja pelo fato de ser mantida como instrumento de especulação, em outras palavras, reserva de valor. [...]. Quanto à propriedade camponesa, constitui-se em terra de trabalho, estando a exploração restrita ao regime de trabalho familiar; assim, essa não se configura como instrumento de acumulação do capital, mas de sobrevivência da família (PAULINO, 2006, p. 30).

Segundo Paulino (2006), a dualidade entre terra de negócio e terra de trabalho, tendo como ponto de partida os próprios antagonismos existentes entre a classe dominante e a classe camponesa, somente pode ser entendida por meio "do caráter contraditório do desenvolvimento capitalista" (PAULINO, 2006, p. 30). Isso implica dizer que, ao mesmo tempo em que o capital utiliza outros mecanismos para extrair a renda camponesa sem que seja necessário promover a expropriação desses sujeitos de sua terra de trabalho, os camponeses, por sua vez, também desenvolvem mecanismos de resistência com a finalidade de permanecer na terra.

Dessa forma, Paulino (2006) entende que, embora ambos os tipos de apropriação da terra sejam indissociáveis da lógica de reprodução do capital, esses tipos de apropriação, em alguns aspectos, são conduzidos por princípios opostos,

> [...] já que no primeiro caso [referindo-se a propriedade privada da terra apropriada pela classe dominante] prevalece o seguinte critério: D – M – D', indicando que o investimento na agricultura é realizado com o objetivo de se reproduzirem mercadorias que, ao serem comercializadas, devem assegurar um retorno monetário superior ao que foi investido e assim sucessivamente. Neste caso, o fim último da propriedade privada da terra é a exploração do trabalho alheio, para a extração da mais-valia. [...]. Na propriedade camponesa, o princípio é outro: M – D – M, em que a produção de mercadorias objetiva a obtenção de dinheiro para a aquisição de mercadorias que não são produzidas, mas que são indispensáveis à reprodução da família (PAULINO, 2006, p. 30).

Salientamos, assim, que, embora a apropriação campesina da terra apresente algumas particularidades, é fundamental compreender que ela também se insere, contraditoriamente, na lógica de produção de mercadorias do sistema vigente.

Ainda em relação à importância da terra para o camponês, segundo Woortmann (1990), ela é mais do que um fator de produção; a conquista da terra é possível somente por meio do trabalho, pois a finalidade é o trabalho:

> É-se dono, não por se ter comprado a terra, mas por tê-la trabalhado [...]. É-se proprietário pela compra, e não pelo trabalho. Proprietário designa também o outro, [...], isto é, o forte que não trabalha, mas, pelo contrário, vive do trabalho do fraco. Portanto, é-se dono pelo trabalho, independentemente de haver ou não propriedade jurídica da terra (WOORTMANN, 1990, p. 28-29).

É pelo trabalho que o camponês se torna “dono” da terra, ou seja, a definição é feita puramente com base no valor de uso. Por outro lado, se na terra constatam-se formas de exploração do trabalho, configura-se, então, terra de “proprietário”, entendida como mercadoria.

No assentamento em estudo, a questão do valor de uso da terra é evidente na prática diária dos camponeses que ali residem. Conforme evidenciamos na introdução e discutiremos no último tópico deste capítulo, o processo de luta pela conquista do assentamento expressa a importância que a garantia de uma terra de trabalho tem para esses camponeses. Apesar das lutas empreendidas pela permanência na unidade de produção familiar, esses camponeses entendem que o trabalho na terra permite uma condição de vida menos precarizada:

> Se eu não tivesse a terra, eu estaria vivendo o mesmo problema de antes: vivendo com um latifundiário e passando necessidade, do mesmo jeito com a minha família e, às vezes, até longe da escola para o meu filho estudar. Mesmo com toda a luta, para mim é aqui. Eu não penso em outro lugar para estar (José, 54 anos)[16].

Na narrativa de José, é possível compreender que a conquista da terra e a permanência nela garantem, apesar das dificuldades, uma condição de reprodução social não mais marcada pela pauperidade. A conquista de uma terra de trabalho, conforme explicitado na narrativa, permitiu a garantia de condições mais favoráveis à sobrevivência de toda a família, não mais condicionada e dependente da figura do latifundiário.

As vinte entrevistas coletadas durante a pesquisa de campo expressam estas mesmas condições de vida das famílias após a conquista da terra. A terra para esses sujeitos, portanto, é fundamental para a regulação do processo de trabalho

---

[16] Entrevista concedida em 10/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

visando à produção de bens para sobrevivência, embora seja imprescindível afirmar que eles se encontram, também, contraditoriamente, subsumidos pelo capital por outros mecanismos.

Outro importante fator relacionado com a forma de apropriação da terra pelo camponês é o caráter diversificado da produção. Woortmann (2004), ao discutir alguns elementos do saber tradicional do camponês, sugere que as unidades produtivas apresentam um cultivo dotado de ampla multiplicidade, inclusive de "variedades de uma mesma espécie" (WOORTMANN, 2004, p. 140). Para a autora, a explicação dessa heterogeneidade está na própria finalidade da produção, a qual não objetiva, somente, a comercialização. O produto do trabalho dos camponeses é direcionado, tanto para a venda no mercado, quanto para o consumo direto da família e, por isso, o cultivo em forma de monocultura vai de encontro aos princípios que constituem a lógica da reprodução camponesa.

Seguindo esta perspectiva, Conceição (2007) considera que a variedade da produção garante a condição de camponês, pois, quando o desenvolvimento de um determinado cultivo é insuficiente para a manutenção das famílias, os camponeses podem recorrer, por exemplo, à comercialização de "frutas como manga, banana e jaca, que demandam pouco investimento em insumos e menor apropriação de parte da renda da terra camponesa pelo capital" (p. 92). Dessa forma, a condição de camponês se torna viável pela diversificação da produção.

No Assentamento Cangussu, as questões avaliadas por Woortmann (2004) e Conceição (2007), no que concernem à produção agrícola, são encontradas nas práticas cotidianas dos assentados, que produzem diversos cultivos voltados para o autoconsumo:

> Tenho de tudo. Eu mesmo, na minha roça, eu tenho de tudo. Batata, milho, feijão, abóbora, café, banana, capineira para adubo, cana. Planto tudo. Tudo, eu tenho lá, plantado para comer (João, 49 anos)[17].

Conforme o relato de João, é evidente que o objetivo da produção na terra não se limita à comercialização dos cultivos. Ao plantar batata, milho, feijão,

[17] Entrevista concedida em 10/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

abóbora, o assentado estabelece, de forma concreta, resistência aos diversos projetos do capital para o campo, sobretudo no que concerne à subordinação cada vez mais efetiva da produção camponesa.

Compreendemos, assim, que a prática da produção para a sobrevivência é fator indispensável para a compreensão da forma como se organiza a produção do camponês. A produção heterogeneizada é uma forma de resistência para esses sujeitos permanecerem na terra por permitir que, em momentos de dificuldade, eles disponham de condições mínimas para a manutenção da família, uma vez que se apropriam diretamente de parte da produção.

A produção heterogeneizada também é uma prática difundida de maneira generalizada no Assentamento Cangussu. Durante a pesquisa empírica, verificamos que os assentados utilizam formas de cultivo consorciadas (Figura 1), com o objetivo de diminuir a incidência de pragas nas plantações e promover a diversificação da produção.

Figura 1 - Cultivo consorciado no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Na Figura 1, observamos que, no assentamento, existem estratégias que visam ao desenvolvimento de uma produção mais diversificada. O cultivo consorciado de feijão e milho, além de garantir melhor qualidade da produção, ajuda no sustento das famílias, que consomem diretamente tais produtos.

Ainda com relação ao modo de vida específico, observamos que a família e o trabalho ocupam papel central. A maneira de utilizar a força de trabalho familiar para lavrar a terra é um fator organizacional que difere a propriedade camponesa da propriedade capitalista da terra, que tem como um dos principais fundamentos a exploração do trabalho para extração da mais-valia ou da renda da terra para acumulação.

A respeito dessa discussão, Souza (2008) considera que a família camponesa "pode ser caracterizada por uma integração quase total da vida familiar e sua atividade agrícola", cuja força de trabalho é utilizada para a produção dos bens de consumo. Esses fatores propiciam a configuração de relações de trabalho que, em geral, são voltadas para as necessidades básicas desses camponeses, "com escasso ou nenhum uso de trabalho assalariado" (SOUZA, 2008, p. 161).

Assim, as formas de organização da unidade familiar de produção camponesa estão voltadas para a família e se confundem com ela. Da família vem a força de trabalho necessária para a produção dos meios que garantirão a sobrevivência.

Woortmann (1990) também avalia que o caráter familiar do trabalho é um elemento central na lógica da reprodução camponesa. Para o autor, o trabalho familiar apresenta uma série de princípios morais, como a honra, a hierarquia e a reciprocidade. Esse conjunto de valores permeia as relações domésticas e de trabalho, que, na prática, são indissociáveis. Isso implica dizer que se, nas formas de organização do trabalho, existe "uma dimensão econômica", como o fato de se utilizar a família como força de trabalho, "obedece, por outro lado, aos princípios de uma ordem moral", no sentido de que a família é vista como valor norteador para toda a prática campesina (WOORTMANN, 1990, p.34).

No Assentamento Cangussu, as relações verificadas por Souza (2008) constituem parte da vida desses assentados. Nesse assentamento, o trabalho familiar é a força de trabalho preponderante utilizada na terra (Tabela 1).

Tabela 1 - Formas de trabalho utilizadas nas unidades produtivas no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017.

Categoria	%
Utilização de trabalho familiar	85
Utilização de trabalho familiar e não familiar	15
Total:	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Como podemos observar na Tabela 1, considerando o universo total de 20 camponeses entrevistados, 85% desses sujeitos utilizam somente membros da família para trabalhar na terra. Apenas 15% dos assentados utilizam força de trabalho não familiar durante períodos específicos, por exemplo, quando conseguem produzir muito e, para escapar dos prejuízos decorrentes da demora na colheita, eles recorrem à utilização de pessoas fora do círculo familiar. Contudo, tal situação não acontece com frequência.

Não é o objetivo, ao discutir as características que configuram o modo de vida campesinato, construir uma visão idealizada desses sujeitos, dissociada das contradições endêmicas da sociedade capitalista. Conforme enunciamos, os camponeses resistem, mas também são submetidos por mecanismos que viabilizam a reprodução da acumulação do capital.

Dessa forma, os camponeses se reproduzem nas contradições do capitalismo e, portanto, não estão dissociados delas. Uma dessas contradições está no próprio contexto em que o Assentamento Cangussu foi conquistado pelos camponeses, o qual está relacionado com a produção do café.

O Assentamento Cangussu foi criado no período em que o cultivo da monocultura cafeeira assumia expressividade na Região Sudoeste da Bahia. Os camponeses residentes no assentamento têm, portanto, a produção diretamente relacionada a esse processo de emergência do café na região.

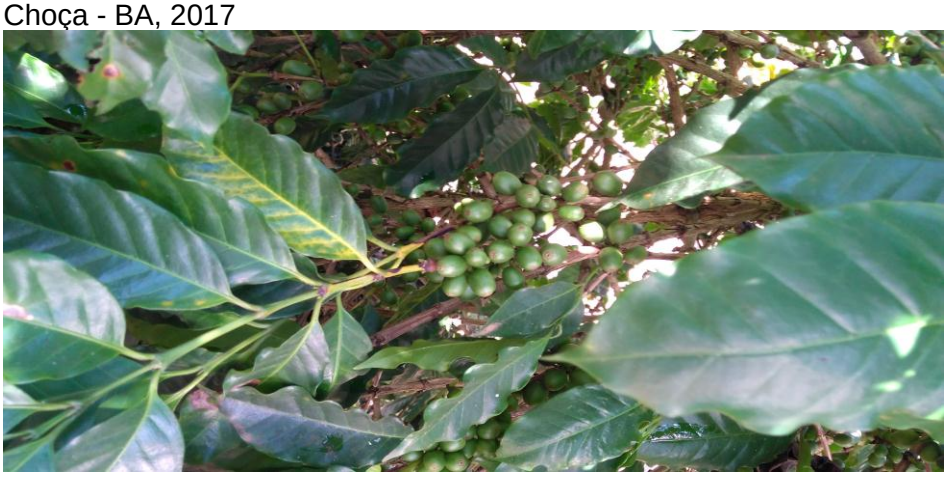
Marques (2004), ao discorrer sobre o modo de vida do camponês, tendo como problemática de estudo a comunidade camponesa de Ribeira/PB, considera que, para compreender como os camponeses têm se reproduzido na contemporaneidade, é necessário considerar que a perpetuação deles deve ser vista por meio da totalidade das relações que configuram toda a sociedade:

> [...] entende-se o modo de vida camponês como uma configuração bastante dinâmica, e que só pode ser compreendida a partir de sua inserção na sociedade mais ampla, o que hoje inclui até mesmo relações sociais estabelecidas extranacional e global (MARQUES, 2004, p. 151).

Dessa forma, a autora sugere que a existência do camponês não é explicada somente pelas características diferenciadas de organização. Trata-se de compreender que, ao mesmo tempo em que esses sujeitos apresentam "uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem", eles também se relacionam "com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia" (SHANIN, 2005, p. 14).

A complexidade do camponês só pode ser apreendida por uma leitura que considere sua reprodução social como relação dialética, pois, ao mesmo tempo em que se verifica uma série de especificidades em suas formas de organização social, eles vivenciam e geram contradições e conflitos nos modos de produção no qual se encontram inseridos (SHANIN, 2005, p. 14). No caso do Assentamento Cangussu, o cultivo do café é fundamental para a permanência na terra, ao mesmo tempo em que promove, contraditoriamente, novos mecanismos de acumulação do capital na região. Durante a pesquisa de campo, observamos que o café está presente em todas as unidades produtivas dos sujeitos entrevistados (Figura 2), e a sua produção é realizada com objetivo de comercialização.

Figura 2 - Café produzido no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A Figura 2 apresenta um exemplar de café do Assentamento Cangussu, cujo cultivo está presente em todas as unidades de produção familiares do assentamento e sempre foi decisivo para a manutenção e permanência das famílias camponesas naquele local. É na produção do café que a relação mercado e campesinato no Cangussu mostra que as contradições vivenciadas na reprodução da vida do camponês devem ser analisadas à luz das dificuldades do cotidiano.

No entanto, nesse assentamento, o plantio do café, além de promover condições concretas para que os assentados permaneçam na terra, subsidia a ação do capital que subordina e extrai a renda. Esse processo é, inicialmente, encontrado nos financiamentos concedidos pelo Estado, que priorizam o desenvolvimento da produção cafeeira nos lotes. Como veremos no capítulo 3, tais financiamentos possibilitam a ampliação do controle do capital nas unidades de reprodução camponesa e promovem a difusão de discursos ideológicos que visam, entre outras coisas, negar a existência da luta de classes no espaço agrário.

No Assentamento Cangussu, a permanência na terra e a constante luta pela sobrevivência dos sujeitos demonstram como as questões teóricas de conceitualização do campesinato devem estar vinculadas à concretude das relações que os caracterizam. Não há, portanto, uma maneira de definir o camponês sem considerar as contradições geradas no bojo do capitalismo (SOUZA, 2013).

A concretude das relações presentes no Assentamento Cangussu permite-nos concluir que é pela luta que tais sujeitos têm tornado viável a sua permanência na terra. Nesse sentido, consideramos que os sujeitos que ali se reproduzem são camponeses, e as dinâmicas que configuram o modo de vida materializam o conflito de classes sociais tão presente no espaço agrário brasileiro.

Dessa forma, conforme veremos no próximo tópico, assim como as classes sociais específicas do capitalismo compõem a luta de classes na contemporaneidade, os conflitos realizados por terra pelos camponeses também são fundamentais para entendê-los como elemento caracterizador do campo e, em especial, do campo brasileiro.

2.3. CONFLITOS POR TERRA NO CAMPO BRASILEIRO COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES

As lutas realizadas historicamente pelos camponeses contra a classe dominante se alicerçam no próprio desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. A tendência expansionista que caracteriza a dinâmica de acumulação do capital (ALVES, 2007) produz diversidade de contradições, entre as quais se destacam a reprodução e a apropriação de relações capitalistas e não capitalistas, ambas igualmente necessárias para a manutenção do sistema vigente.

No caso brasileiro, os conflitos entre os camponeses e a classe dominante estão relacionados ao caráter rentista que o capitalismo assumiu no país, "o que revestiu aqui o processo do capital de singularidades históricas que o diferenciam substantivamente" da dinâmica de acumulação do capital em outras regiões do mundo (MARTINS, 2010, p. 20). O aspecto rentista do desenvolvimento do capitalismo no campo é um elemento importante para o entendimento da luta de classe no espaço agrário brasileiro, uma vez que

> [...] no Brasil, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se faz principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do capitalista e do proprietário de terra. Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei de Terras e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

Nesse sentido, Oliveira (2001) analisa que o processo de modernização do campo brasileiro não implicou a transformação homogênea e irrevogável dos latifundiários em capitalistas, "mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos [...] em proprietários de terra, em latifundiários" (OLIVEIRA, 2001, p. 186). Assim, ao tratar do caráter da propriedade privada da terra[18] no Brasil, considera-se que ela está vinculada aos interesses da classe dominante:

---

[18] Conforme análise de Fernandes (1999), a propriedade privada da terra, no capitalismo, pode ser entendida como uma relação social que envolve processos de trocas, mediações, contradições e "sua apropriação, controle e particularmente sua concentração por uma determinada classe, pode e quase

> A luta pela terra no Brasil possui suas bases fundadas no questionamento do modelo expropriador e excludente impresso secularmente no latifúndio, e nos setores modernizados/mecanizados e agroexportador. Mesmo com o passar dos tempos este modelo de propriedade permanece, registrando seu legado de exclusão social. Sendo esses latifúndios marca da elite ruralista brasileira, expressam o interesse do capital como um todo pela sua ampliação, articulando de forma combinada a expropriação e a exclusão. À medida que o capital se desenvolve no campo, sua tendência é apoderar-se dos meios de produção tirando dos trabalhadores seus recursos e instrumentos de trabalho. Assim, pequenos agricultores ou foram expropriados de suas terras, ou tiveram de se submeter ao trabalho assalariado, ao sistema de parceria, dentre outras formas de arrendamento para garantir sua sobrevivência (VALENCIANO; THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 3).

Fica claro, conforme Valenciano e Thomaz Júnior (2002), que, no Brasil, a concentração fundiária, combinada com a expropriação e a exclusão de trabalhadores assalariados e camponeses, foi necessária, inclusive, para a manutenção dos interesses da classe dominante no processo de acumulação do capital.

A concentração de terra no campo brasileiro, entendida como parte do desenvolvimento do capitalismo, tem gerado, conforme análise de Valenciano e Thomaz Júnior (2002), a pauperização das condições de vida dos sujeitos que dependem da terra para sobreviver:

> O desenvolvimento do capitalismo na agricultura envolve diversos atores, atuando num processo desigual, excludente e contraditório, onde a crise social desponta como resposta a essas transformações. Este desenvolvimento trouxe ainda consequências estruturais que se anuncia na deterioração das condições de vida da população rural, desapropriação de suas terras, aumento do número de agricultores sem terra, consequentemente, dando margem aos crescentes conflitos pela aquisição de terra. Os conflitos revelam ao longo da história o distorcido quadro de trabalhadores rurais sendo expropriados em favor da emergência dos grandes latifundiários. Esse processo além de modificar intensamente a economia e a sociedade, marcou a exclusão social dos trabalhadores rurais e supressão das suas raízes históricas, culturais, etc. (VALENCIANO; THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 3).

---

sempre significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, país, etc. (FERNANDES, 1999, p. 29).

Dessa forma, a propriedade privada da terra no espaço agrário brasileiro não pode ser compreendida “como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista”; deve ser vista como parte constitutiva desse desenvolvimento (OLIVEIRA, 2001, p. 187). Nesse sentido, as lutas realizadas por terra e trabalho no Brasil expressam a negação das condições desiguais de apropriação da riqueza material da sociedade realizada pela classe dominante.

É assim que as lutas no campo podem ser compreendidas como uma das manifestações dos conflitos existentes entre as classes sociais. O mesmo desenvolvimento que exclui e segrega camponeses também gera, contraditoriamente, as possibilidades concretas para o surgimento de diversas formas de enfrentamento contra os projetos do capital.

As lutas presentes no campo brasileiro, no entanto, não são exclusivas da contemporaneidade. Elas marcam, de forma nítida, todo o processo de ocupação do espaço agrário no país (OLIVEIRA, 1996), inicialmente evidenciado pela destruição dos territórios indígenas:

> O território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal, nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Lá, o fluir da história está contado pelo passar das "luas" e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e imaginários. Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos "filhos do sol" em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

De forma simultânea à luta dos indígenas, existiu a luta dos negros escravizados “contra o tempo e o trabalho dos brancos capitalistas” (OLIVEIRA, 1996, p. 15). Os quilombos, terra de trabalho livre que nasceu “no seio do território capitalista colonial”, faziam oposição, por meio da produção coletiva nativa, à “lógica da produção privada/expropriada do escravo pelo senhor” (OLIVEIRA, 1996, p. 15).

Oliveira (1996) analisa, ainda, a importância dos conflitos dos posseiros, camponeses sem terra que lutaram e ainda lutam “contra a expropriação que os gera” e “contra os jagunços, ‘gendarmes de plantão’ dos latifundiários especuladores

e grileiros” (OLIVEIRA, 1996, p. 15). Nesse sentido, as investidas realizadas pelos posseiros são, também, exemplos da luta pela terra e pela liberdade que marcam historicamente o campo brasileiro e os confrontos entre classes antagônicas.

Na história da luta de classes no campo brasileiro, salientamos o papel da mobilização política realizada pelas Ligas Camponesas. De acordo com Medeiros (1989), o surgimento das Ligas, a partir da década de 1950, teve como pano de fundo o agravamento das condições de trabalho no campo nordestino:

> A partir da década de 50, verificaram-se no Nordeste profundas transformações nas relações de trabalho tradicionais, caracterizadas pela morada e pelo aforamento de terras. O rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para plantio próprio do trabalhador (sítio), ou por um aumento considerado abusivo do foro, criou condições para a emergência de conflitos na região (MEDEIROS, 1989, p. 46).

Dessa maneira, a partir da década de 1950, os sujeitos sociais que efetivaram formas de luta contra a exploração vivenciada no trabalho na terra no Nordeste formaram as Ligas Camponesas. O primeiro conflito realizado pelas Ligas ocorreu em Pernambuco, no Engenho da Galileia:

> O primeiro desses conflitos que chegou a conhecimento público surgiu no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. Lá, em 1955, constituiu-se uma organização de caráter civil, aparentemente com fins assistenciais, mas que também visava a defesa de alguns foreiros ameaçados de despejo. Na direção dessa entidade, denominada Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, estava Paulo Travassos, antigo militante do PCB. Fora seu idealizador José dos Prazeres, ex-dirigente da Liga de Iputinga e que no final dos anos 40 desligara-se do PCB. Esses dados mostram alguma continuidade entre essa organização e lutas anteriores no estado. O proprietário foi convidado para ocupar o cargo de presidente de honra da associação, possivelmente numa tentativa de neutralizá-lo. Este, no entanto, recusou a honraria, não aceitou a entidade e ameaçou com represálias policiais, aumento do foro e expulsão em massa dos foreiros. Tal atitude desencadeou um processo de resistência (MEDEIROS, 1989, p. 46-47).

As Ligas Camponesas são um marco no que se refere aos conflitos relacionados à questão agrária no Brasil. As ações realizadas pelos sujeitos que as constituíam demonstram, concretamente, a capacidade de organização e articulação

política dos trabalhadores rurais em diversos estados do Nordeste e, depois, para além dessa região. A atuação das Ligas Camponesas no campo brasileiro teve projeção nacional e alimentou “o debate sobre a natureza da propriedade da terra e a necessidade da reforma agrária” (MEDEIROS, 1989, p. 48).

Outro momento importante que materializa de forma efetiva o conflito de classes no campo brasileiro ocorreu durante os governos militares pós-1964, quando houve a execução de medidas políticas cujo principal objetivo era a negação das desigualdades no campo com repressão das formas de luta pela terra:

> Com o golpe militar de 1964, os movimentos populares em geral foram alvo de dura perseguição e repressão do Estado, o que foi agravado no campo pela violência desenvolvida pelos grandes proprietários. Os sindicatos sofreram intervenção e ganharam um caráter marcadamente burocrático. É criado o Estatuto da Terra como lei de desenvolvimento rural que propunha a Reforma Agrária e a modernização da agricultura. Logo o governo substituiu o discurso pró-reforma pela defesa da colonização em áreas de fronteira e da modernização técnica da agricultura familiar visando transformá-la em classe média rural de perfil empresarial (MARQUES, 2003, p. 5).

Dessa maneira, o golpe militar de 1964 promoveu a repressão de diversos movimentos sociais que eram antagônicos aos interesses do capital. No caso do campo, a repressão às diversas formas de luta pela terra tornou-se uma medida necessária para que a classe dominante mantivesse o controle da propriedade capitalista da terra. Entre as medidas utilizadas por esta classe, representada pelo Estado, destaca-se a criação do Estatuto da Terra[19].

De acordo com Fernandes (1999), o Estatuto da Terra, que, na essência, demonstra o controle histórico que a classe dominante exerce na questão fundiária, permitiu a acentuação da concentração de terra com o incentivo à propriedade capitalista e o controle das formas de conflitos agrários realizados pelos camponeses:

---

[19] De acordo com Germani (2006), o Estatuto da Terra é uma lei criada em 30 de novembro de 1964, que visava regular “os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (p. 140). Segundo a autora, esta lei favoreceu a concentração da propriedade e permitiu um controle mais efetivo dos conflitos nas áreas de tensão social grave, uma vez que a política de redistribuição de terras era realizada de forma localizada, somente nos lugares em que as tensões sociais se constituíam como “perigo” à estabilidade do regime militar.

> Para tornar viável a sua política, o Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra não permitisse o acesso à terra para os camponeses, à propriedade familiar, e sim aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista. Nesta condição o Estatuto revelou-se um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra. Assim, as desapropriações somente eram realizadas como tentativa de diminuir os conflitos, e durante o período de 1965 até 1981, foram realizados, em média, oito decretos de desapropriação por ano contra pelo menos setenta conflitos por terra ao ano [...]. O Estatuto da Terra também previa a ocupação de regiões pioneiras para solucionar os problemas sociais de outras regiões (FERNANDES, 1999, p. 33).

Assim, a classe dominante, representada pelo Estado, estabelece estratégias para efetivar o controle das formas de acesso à terra no campo brasileiro. No entanto, é também nesse contexto, sobretudo a partir da década de 1970, que novas formas de organização da luta por terra começaram a tomar expressão no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)[20], uma das importantes formas de organização política da luta pela terra. Esse movimento é produto de uma série de conflitos ocorridos desde o início da década de 1970:

> No início desse período [1970], no campo, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta - RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê - SC, em 1980, ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o estado que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o estado propôs apenas a indenização em dinheiro [...]. Outras lutas também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás (FERNANDES, 1999, p. 66-67).

Com o MST, proletários e camponeses passaram a executar diversas estratégias de enfrentamento à classe dominante de maneira articulada, como a criação de acampamentos e assentamentos rurais, que consideramos como expressões concretas da luta de classes no campo, materialização da oposição existente entre camponeses e classe dominante:

---

[20] O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é um movimento social que surge institucionalmente na década de 1984 e possui três bandeiras prioritárias: luta pela terra, pela reforma agrária e mudanças gerais na sociedade (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

> Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que permite aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e bóias-frias encontram na necessidade e na luta a soldagem política de uma aliança histórica (OLIVEIRA, 1996, p. 18).

É fundamental explicitar que o conflito para os camponeses é condição de existência. É no enfrentamento à ordem dominante que a construção do lugar desses sujeitos sociais e históricos se torna possível (ROOS; FABRINI, 2012).

Defendemos, a partir dos conflitos descritos, que a luta de classes é uma característica marcante no campo brasileiro. Também na contemporaneidade, camponeses e trabalhadores continuam se mobilizando para garantir a conquista da terra de trabalho e a permanência nela.

As formas de controle que a classe dominante exerce em relação aos conflitos referentes à terra assume uma feição diferenciada nas últimas décadas. Conforme Gómez e Thomaz Júnior (2005), se, antes, o objetivo da classe dominante era “suavizar” os conflitos concernentes à questão agrária frente à impossibilidade de resolvê-los dentro do capitalismo, a partir da década de 1990, a intervenção no campo tem sido feita com o objetivo de negar a existência das desigualdades geradas pela concentração de terra nas mãos de uma classe, deslocando a causa dessas desigualdades para um problema de falta de “desenvolvimento”:

> Problemas como a concentração fundiária ou a expropriação e exclusão dos trabalhadores rurais, presentes na formulação da questão agrária, tentam, agora, ser resolvidos a partir de políticas públicas de desenvolvimento rural que propõem uma maior integração dos produtores rurais no mercado como forma de solucionar os desequilíbrios estruturais do meio rural (GÓMEZ; THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 78).

Sendo assim, para os autores, a classe dominante não atua mais com o objetivo de elaborar medidas que visam suavizar os conflitos concernentes à propriedade capitalista da terra, mas, sim, promover, com a apropriação do discurso do desenvolvimento, a negação da própria existência da luta de classes no campo brasileiro. É neste contexto que o conceito de agricultura familiar passa a ser

difundido, cumprindo o papel ideológico de negar a centralidade da luta de classes no campo.

Entendemos que o processo de luta pela terra e pela permanência nela, realizado pelos camponeses da Região Sudoeste da Bahia, expressa tais antagonismos existentes entre as classes sociais no campo brasileiro. No caso do Assentamento Cangussu – BA, localizado no município de Barra do Choça, a questão da luta de classe se evidenciou durante toda a trajetória de constituição do assentamento e construiu memórias que evidenciam os antagonismos existentes entre a classe camponesa e a classe dominante.

Nesse sentido, se faz necessário analisar a luta realizada durante a ocupação do assentamento do ponto de vista da memória dos assentados do Cangussu, entendendo-a como manifestação da existência de uma oposição à memória institucionalizada, fundamentada no discurso da agricultura familiar.

2.4. MEMÓRIA E LUTA PELA TERRA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A CONQUISTA DO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA

Conforme o tópico 1.3 desta dissertação, consideramos que os conflitos por terra, historicamente realizados no campo brasileiro, materializam, também, os antagonismos existentes entre os interesses “por um lado, dos capitalistas” e “dos proprietários fundiários” (que vivem do lucro e da extração da renda da terra, respectivamente) “*versus* os interesses dos trabalhadores assalariados e camponeses – que vivem do trabalho no campo” (SOUZA, 2009, p. 1).

Entendemos, portanto, que os conflitos realizados pela terra, no Brasil, são indissociáveis do movimento de lutas de classes e que, no caso da classe camponesa, a luta pela terra garante a possibilidade de sua reprodução social nas contradições do sistema capitalista “[...] que, ao passo em que busca garantir uma relativa autonomia frente a esse modo de produção, igual e contraditoriamente, se subordina a ele” (SOUZA, 2009, p. 1).

Assim, por se caracterizar como um importante aspecto para a compreensão da resistência camponesa no sistema vigente, a luta pela terra marca a construção da memória coletiva desses sujeitos e reforça os antagonismos em relação à classe dominante. A memória constituída na luta pela terra realizada pelos camponeses de

maneira geral, mas, sobretudo pelos camponeses do Cangussu, pode-se constituir como uma forma de memória subterrânea, uma vez que se confronta com a memória institucionalizada acerca das relações que constituem o campo brasileiro, onde o camponês é entendido como um sujeito social atrasado, substituído pelo agricultor familiar. No entanto, antes de tentar compreender o papel da memória da luta pela terra para a reprodução social camponesa, explicitaremos o que entendemos por memória.

A questão da memória em suas diversas possibilidades analíticas tem promovido intensos debates em diferentes ramos científicos. Nas discussões realizadas pelas ciências que estudam o comportamento e os processos mentais, a memória aparece, também, numa perspectiva psicologista, com um caráter mais individualizado (destaca-se que tal análise interpretativa não é absoluta). No que concerne a esse aspecto, ressalta-se as análises do caráter psicológico da memória que não apresentam uma relação com os processos sociais mais amplos.

Por sua vez, nas ciências naturais e nas análises baseadas na visão biológica, a memória, também individualizada, é compreendida como produto do funcionamento do organismo humano, apresentando, portanto, um caráter puramente naturalista.

Tais análises também influenciaram a discussão dessa categoria no campo das ciências sociais. No entanto, com as elaborações teóricas de Halbwachs (2006), tal problemática assume um caráter diferenciado.

Ao priorizar a questão da memória em suas análises, Halbwachs (2006) desenvolve o conceito de memória coletiva. Fundamentado em uma perspectiva durkheimiana, o autor compreende que o caráter coletivo que estrutura a memória ultrapassa o aspecto puramente individual do ser (HALBWACHS, 2006). Mesmo a memória individual presente nos sujeitos é proveniente da interligação singular de determinados grupos. Halbwachs (2006) concebe a memória coletiva como uma construção social, isto é, ela não é produto de um indivíduo apenas, mas das relações construídas entre os indivíduos que constituem um grupo.

Na perspectiva de Halbwachs (2006), os sujeitos só podem resgatar as lembranças na medida em que constituam parte de um grupo social. Assim, a memória coletiva se caracteriza como uma memória do próprio grupo:

> Acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstituir toda a sequência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo. É por exemplo, um fato cuja realidade não é discutível. Trazem-nos algumas provas exatas de que tal acontecimento produziu-se, que ali estivemos presentes, que dele participamos ativamente. Entretanto essa cena nos permanece estranha, como se outra pessoa estivesse em nosso lugar. [...] ainda que esse fato possa ser localizado no tempo e no espaço, mesmo que parentes ou amigos disso me fizessem uma descrição exata, acho-me em presença de um dado abstrato, para o qual me é impossível fazer corresponder qualquer recordação viva: não lembro de nada. [...]. Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. Da mesma maneira que é preciso introduzir um germe num meio saturado para que ele cristalize, da mesma forma, dentro desse conjunto de depoimentos exteriores a nós, é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças. [...]. Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou que uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu (HALBWACHS, 2006, p.32-33).

Nesse sentido, segundo Halbwachs (2006), para que o indivíduo tenha acesso às lembranças, é necessário que o mesmo esteja inserido em grupos de referência. Assim, o ato de lembrar de qualquer indivíduo está sempre relacionado ao grupo de referência ao qual pertence. Segundo Schmidt e Mahfoud (1993), o grupo de referência, na perspectiva halbwachiana, pode ser definido como:

> [...] um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e confundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança. Portanto, a lembrança é sempre fruto

> de um processo coletivo e está sempre inserida num contexto social preciso (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 288).

Assim como o ato de lembrar, o fato de um indivíduo se esquecer também está relacionado com o grupo de referência. Se um indivíduo perde o referencial do grupo, consequentemente, haverá um processo de esquecimento:

> Suponhamos agora que tenhamos feito uma viagem com um grupo de companheiros que não revimos mais. Nosso pensamento estava ao mesmo tempo mais perto e mais distante deles. Conversávamos com eles. Com eles, nós nos interessávamos pelos detalhes do caminho e os diversos incidentes da viagem. Mas, ao mesmo tempo, nossas reflexões seguiam um curso que lhes escapava. Trazíamos conosco, com efeito, sentimentos e ideias que tinham sua origem em outros grupos, reais ou imaginários: é com outras pessoas que nos entretínhamos interiormente, percorrendo esse País nós o povoávamos, em pensamentos, com outros seres: tal lugar, tal circunstância tomavam então a nossos olhos um valor que não podiam ter para aqueles que nos acompanhavam. Mais tarde, talvez, nós reencontraremos um deles, e ele fará alusão a particularidades dessa viagem da qual se recorda e da qual deveríamos nos lembrar, se tivéssemos permanecido em relação com aqueles que a fizeram conosco e que, entre eles, dela falaram muitas vezes depois. Mas nós esquecemos tudo o que ele evoca e que se esforça em vão para nos fazer lembrar. [...]. Não é culpa nem da minha memória nem da deles. Porém uma memória coletiva mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles, desapareceu (HALBWACHS, 2006, p. 38-40).

É evidente que, para Halbwachs (2006), lembrar ou esquecer está sempre condicionado às relações de grupos. Dessa forma, a memória coletiva, para Halbwachs (2006), pode ser compreendida como um processo que reconstrói o passado conforme as relações que se estabelecem entre os indivíduos que formam o grupo no presente. Trata-se de um “resgate” de “acontecimentos e vivências do passado” no “contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

Na compreensão halbwachiana de memória, todo grupo detém uma racionalidade que o solda, justifica e diferencia de outros grupos. Essa racionalidade, entendida como coesão, é também realizada pela memória coletiva que, ao conter aspectos que são comuns ao grupo, reforça os sentimentos de identidade dos integrantes.

No debate realizado por Halbwachs (2006), as memórias coletivas e os grupos aos quais estão vinculadas, evidenciam, sobretudo as relações marcadas por estabilidade, coesão e pertencimento. Assim, ainda que, para o autor, a memória coletiva possua uma raiz social, esta não exprime as contradições que fundamentam a sociedade, especialmente no contexto do modo de produção capitalista.

Consideramos fundamentais as contribuições de Halbwachs (2006) acerca do debate da memória no campo das ciências sociais, sobretudo no que concerne à perspectiva de analisá-la como uma construção social. No entanto, a compreensão da importância da memória da luta pela terra depende do entendimento de que esta memória, assim como outros processos, também exprime os interesses antagônicos que movem a luta de classes.

Nesse sentido, como o conceito de memória coletiva apresentado por Halbwachs (2006) prioriza a estabilidade, a harmonia e a constância na conformação dos grupos e da memória, optamos por analisar a questão da memória da luta pela terra construída pelos sujeitos do Assentamento Cangussu à luz das contribuições de Pollak (1989).

Inicialmente, porém, salientamos que as contribuições de Pollak (1989) apresentam alguns aspectos em comum com as análises desenvolvidas por Halbwachs (2006), ou melhor, as concepções de Halbwachs e Pollak acerca da memória coletiva apresentam alguns pontos de similaridade. De acordo com Rios (2013):

> Em linhas gerais, tanto Pollak como Halbwachs apontam a memória como um fenômeno coletivo, definindo-a como uma construção social. Por ser uma construção, a memória envolve um processo de escolha, sendo parcial e seletiva. Ambos os autores definem a memória como uma construção do passado realizada no presente. Ela seria, então, variável, e também múltipla, pois cada grupo cultiva um conjunto particular de recordações. Por fim, Pollak e Halbwachs apontam o papel fundamental da memória para a criação do sentimento de identidade. Existem, portanto, continuidades importantes na comparação das obras desses autores. Porém, existem também diferenças cruciais [...] (RIOS, 2013, p. 8).

Para ambos, a memória é coletiva e fundamentalmente social, é uma reconstituição do passado efetivada no presente e é fundamental para a criação da identidade. No entanto, compreendemos que Pollak avança nesse debate, ao

considerar que a memória é também marcada pela disputa de interesses de diferentes grupos.

De acordo com Pollak (1989), os conflitos que envolvem a construção da memória passam a ser objeto importante de análise. Analisar a memória coletiva considerando os processos e os atores que, tendo interesses por vezes antagônicos, influenciam a constituição e formação das memórias, permite-nos considerá-la um campo de disputa:

> Esse reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva já anuncia a inversão de perspectiva que marca os trabalhos atuais sobre esse fenômeno. Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 2).

Com a constatação de que existe uma disputa de interesses também no campo da memória, Pollak (1989) desenvolve a análise de que, no bojo das diversas memórias coletivas, existem duas que estabelecem uma relação de oposição: as memórias subterrâneas e as memórias institucionalizadas[21].

As memórias subterrâneas, segundo a proposta desenvolvida por Pollak (1989), são memórias provenientes de “grupos marginalizados, das minorias políticas, dos segmentos mais pobres, dos movimentos sociais, etc.” (RIOS, 2013, p. 12). Entendemos que, embora nesta dissertação tenhamos optado pelo conceito de classe social para analisar as relações presentes no Assentamento Cangussu, a interpretação de que existem grupos marginalizados que constroem memórias igualmente marginalizadas permite compreender a importância da memória da luta pela terra no assentamento em estudo.

Assim, o conceito de memória subterrânea engloba dois elementos centrais fundamentais para a análise da memória da luta pela terra no Assentamento

[21] As memórias institucionalizadas, que assumem uma posição de hegemonia em relação a outras memórias presentes em dada sociedade, baseadas na análise desenvolvida por Pollak (1989), serão objeto de debate no Capítulo 3 desta dissertação. No entanto, consideramos que o discurso da agricultura familiar ajuda a conformar uma memória institucional das relações que constituem o espaço agrário, em consonância com os interesses da classe dominante.

Cangussu. O primeiro elemento é que tal memória faz oposição à memória coletiva, que exerce um poder de hegemonia e, por isso, contesta os interesses por trás da perpetuação de uma memória institucionalizada. O segundo elemento refere-se à questão do silenciamento, processo que incentiva os grupos, aos quais as memórias subterrâneas estão vinculadas, a realizarem estratégias contra o esquecimento dessas memórias.

Em relação ao primeiro elemento, Pollak (1989) afirma que os conflitos e as disputas sobre a memória geralmente apresentam a contestação à memória coletiva cristalizada.

> Tomemos, a título de ilustração, o papel desempenhado pela reescrita da história em dois momentos fortes da destalinização, o primeiro deles após o XX Congresso do PC da União Soviética, quando Nikita Kruschev denunciou pela primeira vez os crimes estalinistas. Essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à da linha política, traduziu-se na destruição progressiva dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites, e, finalmente, na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. Essa primeira etapa da destalinização, conduzida de maneira discreta dentro do aparelho, gerou transbordamentos e manifestações (das quais a mais importante foi a revolta húngara) que se apropriaram da destruição das estátuas de Stalin e a integraram em uma estratégia de independência e de autonomia. [...]. Embora tivesse arranhado o mito histórico dominante do "Stalin pai dos pobres", essa primeira destalinização não conseguiu realmente se impor, e com o fim da era kruschevista cessaram também as tentações de revisão da memória coletiva. Essa preocupação reemergiu cerca de trinta anos mais tarde no quadro da glasnost e da *perestroika.* Aí também o movimento foi lançado pela nova direção do partido ligada a Gorbachev. Mas, ao contrário dos anos 1950*,* essa nova abertura logo gerou um movimento intelectual com a reabilitação de alguns dissidentes atuais e, de maneira póstuma, de dirigentes que nos anos 1930 e 1940 haviam sido vítimas do terror estalinista. Esse sopro de liberdade de crítica despertou traumatismos profundamente ancorados que ganharam forma num movimento popular que se organiza em torno do projeto de construção de um monumento à memória das vítimas do estalinismo (POLLAK, 1989, p. 2-3).

Embora existam inúmeros outros elementos que podem ser observados nesta análise e que não estão relacionados com a nossa proposta de pesquisa, Pollak (1989), ao utilizar esse exemplo, prova que tal disputa da memória entra em conflito direto com os “tabus conservados pela memória oficial anterior” e, portanto, também

apresenta oposição aos interesses por trás da manutenção de uma dada memória (POLLAK, 1989, p. 3).

No caso do Assentamento Cangussu, a memória do processo de conquista da terra de tais sujeitos apresenta forte oposição ao discurso de superação dos antagonismos que constituem o espaço agrário brasileiro.

O Assentamento Cangussu, conforme sublinhamos, é produto de um processo de ocupação[22] da terra, ocorrido no dia 1º. de junho de 1997, que constituía parte de um latifúndio. As formas de luta pela terra que vêm sendo realizadas pelos camponeses, em especial, no caso do Assentamento Cangussu, constituem um conflito entre classes sociais. Os camponeses que participaram da ocupação das terras do latifúndio, que pertenceu ao Coronel Pompílio Nunes, materializaram um confronto contra a lógica da concentração fundiária que, como vimos, no contexto brasileiro, está intrinsicamente relacionada aos interesses da classe dominante.

O processo de ocupação de terras durou cerca de um ano, e, para que a terra pudesse ser conquistada pelos sujeitos que participaram da luta, foi necessário realizar frentes de mobilização política, tanto para a escolha da propriedade a ser ocupada, quanto para pressionar o Estado para conceder a emissão de posse, conforme lembra José, um assentado que participou do processo de ocupação:

> A ocupação aconteceu em 1º. de junho de 1997, às 4 horas da manhã. O movimento descobriu que as terras poderiam ser ocupadas através da frente de massa. Eu participei da frente de massa uns 13 anos. A frente de massa faz uma avaliação das terras por aí pra saber se elas são produtivas, ou não. Assim, quando a gente tem certeza, a gente ocupa a terra. Essa terra podia ser ocupada, e a gente então ocupou. Depois que ocupamos a terra no dia 1º. de junho, nós lutamos muito para conquistar a emissão de posse. Fizemos a 1ª. Marcha para reivindicar as terras caminhando a pé de Camaçari a Salvador. Fizemos outras marchas também [...] (José, 54 anos)[23].

---

[22] O processo de ocupação de terras é uma das principais estratégias de luta realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Assim, durante o processo de luta para a conquista da terra, os integrantes do movimento constroem acampamentos e produzem alimentos com a finalidade de pressionar a classe dominante e o Estado e garantir a sobrevivência durante o conflito.

[23] Entrevista concedida em 11/06/2017 por um camponês, residente no Assentamento Cangussu – BA.

Conforme este relato, a organização em frentes de mobilização foi fundamental para efetivar o processo de ocupação das terras. Segundo entrevista realizada junto com a direção de brigada do MST de Vitória da Conquista, embora houvesse um interesse do antigo proprietário em negociar as terras junto com o Estado, estas frentes de luta foram necessárias para acelerar a emissão de posse pelo Incra. Isto é: o fato de haver interesse do antigo proprietário do latifúndio de negociar as terras com o Incra não impediu que o Estado, como representante dos interesses da classe dominante, reprimisse o processo de ocupação. De acordo com a entrevista cedida por Marcos durante a pesquisa de campo:

> Nós ocupamos em 1º. de junho de 1997. Tomamos um despejo no ano seguinte. Logo no primeiro semestre do ano seguinte, tomamos um despejo onde as famílias estavam organizadas num barraco de lona, com muita produção. Foi surpresa para a gente, não sabíamos do despejo. A gente só percebeu quando as crianças aqui do acampamento começaram a gritar e falar que estava tendo despejo. Aí tomamos despejo num dia de quinta-feira, um despejo longo que começou na quinta-feira, por volta das 6h da manhã e foi até a sexta feira, por volta da 18h. Aí na madrugada de segunda-feira, a gente reocupou a mesma área. Antes o acampamento era no fundo da fazenda, quando a gente reocupou a gente reocupou a frente da fazenda, justamente onde é a agrovila hoje. E aí, em poucos meses que a gente reocupou a área, fizemos uma caminhada de Vitória da Conquista a Salvador. Essa não foi a primeira marcha, mas foi a única da região até a capital (Marcos, 50 anos)[24].

Assim, segundo tal narrativa, fica evidente que os conflitos realizados historicamente pelos sujeitos que objetivam conquistar uma terra de trabalho no Brasil e, como é o caso desta pesquisa, no município de Barra do Choça, se opõem diretamente aos interesses da classe dominante no campo. Nesse sentido, consideramos que a memória da luta dos camponeses do Assentamento Cangussu demonstram que os conflitos existentes entre as diferentes classes sociais também se manifestam no plano das memórias coletivas.

Os camponeses do Assentamento Cangussu vivenciaram inúmeras outras dificuldades durante o processo de ocupação, como a criminalização da luta e as adversidades enfrentadas ao permanecerem acampados em barracos de lona. De acordo com o relato de Marcos, o processo de luta pela conquista do Cangussu

[24] Entrevista concedida em 28/08/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

também se constitui como uma estratégia de resistência ao discurso ideológico de criminalização da luta pela terra:

> Primeiro, naquela época foi a aceitação das pessoas, principalmente do pessoal da região por conta da contrainformação que tinha por parte da mídia. Tipo assim, que os sem-terra iam chegar e ocupar as casas dos pequenos agricultores, ia ocupar todas as áreas. Era uma contrainformação do que era aquela atividade, essa foi uma das primeiras dificuldades. A outra dificuldade é você estar num processo debaixo de um barraco de lona com muitas dificuldades, até do ponto de vista de se manter, até começar a fazer roça para tirar dali o sustento (Marcos, 50 anos)[25].

Como destacamos, o latifúndio no Brasil é parte das irracionalidades que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo no país (OLIVEIRA, 2007). Criminalizar as formas de luta pela terra realizada pelos camponeses é um dos instrumentos que a classe dominante utiliza para manter o controle sobre a propriedade capitalista da terra.

O processo de ocupação das terras que constituem o Assentamento Cangussu (Figura 3) chegou ao fim em 15 de outubro de 1998, com a emissão de posse concedida pelo Incra.

Figura 3 - Entrada do Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

[25] Entrevista concedida em 28/08/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

O Assentamento Cangussu é produto de intensas lutas e reivindicações realizadas pelos camponeses mobilizados pelo MST. Conforme as narrativas, o processo de luta pela terra marca a memória desses sujeitos, ao mesmo tempo em que esta memória também exprime os conflitos realizados por camponeses *versus* classe dominante.

Na perspectiva de Pollak (1989), em razão do caráter opositivo que as memórias subterrâneas apresentam em relação a uma memória coletiva institucionalizada, elas são constantemente submetidas ao silenciamento por sua condição de marginalidade. Esse silenciamento, no entanto, não conduz ao esquecimento, uma vez que

> [...] a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 3).

Pela condição de marginalidade, os grupos desenvolvem mecanismos, que são geralmente por meio da oralidade (POLLAK,1989), para que as lembranças não sejam esquecidas e, assim, reforçam a memória.

Embora os mecanismos utilizados no Assentamento Cangussu contra o esquecimento ultrapassem a questão da oralidade, entendemos que as contribuições de Pollak (1989) ajudam a compreender a relação entre memória e luta pela terra no Cangussu. As lembranças que os assentados têm acerca da luta pela terra também são manifestadas nas estratégias que esses sujeitos realizam contra o esquecimento da memória construída durante a luta.

Nesse sentido, com o objetivo de denunciar a violência dos conflitos por terra na Região Sudoeste da Bahia e evitar que tais eventos sejam esquecidos, os assentados intitulam as salas de aula do Colégio Estadual do Campo Lúcia Macedo com o nome de militantes que morreram nos conflitos pela terra (Figuras 4 e 5).

Figura 4 - Sala de aula com o nome de camponês que foi assassinado durante processo de luta pela terra, Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Figura 5 - Sala de aula com o nome de camponesa que faleceu durante conflito de luta pela terra, Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

As Figuras 4 e 5 são fotos de salas de aula do Colégio Estadual do Campo Lúcia Macedo do Assentamento Cangussu. De acordo com entrevistas realizadas durante a pesquisa empírica, o objetivo central ao intitular as salas de aula com nomes dos camponeses que morreram nos conflitos pela terra é não permitir que a luta efetuada por esses camponeses seja esquecida:

> Os nomes das salas são tudo em homenagem às pessoas que já faleceram. Maria Zilda faleceu no Mocambo, no conflito que teve lá. Professor Fábio Santos foi morto em uma emboscada em Iguaí. Foi morto com quinze tiros, na presença da esposa e da filhinha. Ele era da frente, e o pessoal não gostava dele por causa disso. Aí armaram uma emboscada para ele lá [...]. A gente não pode esquecer do que eles fizeram pra gente (José, 54 anos)[26].

As mortes citadas nas narrativas confirmam que a violência é, de fato, uma marca presente nos conflitos por terra no Brasil. De acordo com Oliveira (1996), o assassinato de camponeses e demais sujeitos envolvidos na luta “por um pedaço de terra no território do latifúndio”, como “líderes sindicais, agentes pastorais, padres e advogados” tem sido constante e não é um fenômeno recente (OLIVEIRA, 1996, p. 19). No relato de José, a necessidade de não esquecer ocorre com a nominação de espaços dentro da escola, mostrando que esses camponeses produzem e perpetuam uma memória da luta pela terra.

O Colégio Estadual do Campo Lúcia Macedo (Figura 6) também recebeu esse nome com o objetivo de perpetuar, na memória dos assentados, a importância da militância realizada pela camponesa Lúcia Macedo, que participou ativamente da ocupação das terras que culminou na formação do Assentamento Cangussu.

De acordo com a entrevista realizada com a direção de brigada do MST no assentamento em análise, é uma prática desse movimento social intitular as escolas e outras estruturas físicas com nomes dos camponeses que fazem parte da trajetória de luta pela terra.

[26] Entrevista concedida em 17/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

Figura 6 - Colégio Estadual do Campo Lúcia Macedo no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

> Uma escola é em homenagem à militante Lúcia Rocha. A dona Lúcia foi uma das primeiras, ela ajudou na ocupação e sempre foi uma liderança dentro do assentamento. Ela foi nossa primeira presidente da associação e sempre esteve atuando na militância e ajudando a organizar. Quando ela faleceu, foi justamente quando estávamos terminando de construir a escola estadual. Aí, como já é uma prática nossa colocar o nome das escolas das pessoas, homenagear as pessoas que fez parte da nossa luta, aí a comunidade definiu que seria o nome de dona Lúcia Rocha (Mário, 51 anos)[27].

Essa prática reforça a importância da luta pela terra e mostra como a memória se apresenta nesse processo. Ao intitular as escolas, os assentamentos e outras estruturas físicas com o nome de camponeses que morreram durante o processo de conquista da terra, os sujeitos reforçam o posicionamento de oposição à memória oficial com a negação do esquecimento da violência que marca a trajetória de luta pela terra.

No intuito de negar as formas de resistência dos camponeses nas diversas dimensões de sua reprodução social, inclusive no plano da memória, a classe dominante desenvolve diversos mecanismos, entre os quais se destaca a construção do discurso da agricultura familiar, que, por meio do incentivo à produção totalmente subordinada ao mercado, visa “modernizar” as relações que constituem a reprodução camponesa.

[27] Entrevista concedida em 28/08/2017 pela direção de brigada do MST de Vitória da Conquista no Assentamento Cangussu – BA.

Nesse sentido, é necessário entender que o discurso da agricultura familiar se constitui uma forma de ideologia dominante, a qual opera no Assentamento Cangussu com a finalidade de desconstruir as formas de resistência que os camponeses realizam cotidianamente contra os interesses da classe dominante.

3. IDEOLOGIA, AGRICULTURA FAMILIAR E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA

3.1. ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR

O debate a respeito do conceito de agricultura familiar tem sua gênese na segunda metade do século XX, nas análises sobre o paradigma do capitalismo agrário[28]. Na perspectiva desse paradigma, o desenvolvimento das relações capitalistas no campo ocorre de forma linear e homogênea, em que a reprodução camponesa está em processo de superação ou transformação para um patamar "desenvolvido" de produção agrícola, denominado agricultura familiar.

No que concerne à construção do conceito de agricultura familiar, destacamos, inicialmente, as análises realizadas por Lamarche (1990). Este autor realiza um estudo comparativo sobre a agricultura familiar entre o fim da década de 1980 e o início da década de 1990 na França, Canadá, Brasil e Polônia e conclui que o crescimento das dinâmicas do mercado no capitalismo gera, inexoravelmente, a transformação das formas de exploração familiar agrícola "arcaica", a saber, a reprodução camponesa, em um empreendimento de exploração familiar "moderno", totalmente integrado ao mercado, denominado pelo autor de "agricultura familiar".

Segundo Lamarche (1990), a agricultura familiar se opõe à reprodução camponesa e apresenta supremacia em relação a esta em razão da capacidade de gerar "desenvolvimento":

> [...] em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa na produção. É forçoso admitir, entretanto, uma grande diversidade de situações: em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência [...] (LAMARCHE, 1990, p. 13).

[28] De acordo com Felício (2010), o paradigma do capitalismo agrário é uma linha interpretativa que congrega o conjunto de análises teóricas que visa analisar a transformação do campesinato em agricultor familiar a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Para Lamarche (1990), portanto, as explorações familiares agrícolas se constituem em vetor de “desenvolvimento” a partir do momento em que elas se integram cada vez mais à lógica do mercado. Se, ao contrário, tais explorações familiares não apresentam uma interligação efetiva com o mercado e mantêm uma lógica de produção direcionada para a subsistência (como é o caso dos camponeses) são denominadas “arcaicas” e portadoras do “atraso”.

A questão da subordinação ao mercado, segundo Lamarche (1990), é um elemento central para a diferenciação entre a agricultura familiar e a reprodução camponesa. Assim a sobrevivência ou permanência da agricultura camponesa na sociedade de mercado está, justamente, na sua capacidade de transformar-se em agricultura familiar, modelo de exploração familiar que melhor se adapta às novas exigências do mercado:

> As explorações familiares que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam - ou puderam - adaptar-se às exigências impostas por situações novas [...] ou à mutação sociocultural determinada pela economia de mercado. Nos países industrializados, muitos dos exploradores desapareceram porque não puderam, quando foi preciso, modificar seu sistema de produção e adaptá-lo às novas exigências do mercado (LAMARCHE, 1990, p. 21).

É evidente que, para Lamarche (1990), se determinada exploração familiar não apresenta uma total subordinação ao mercado, expressa na capacidade de se moldar, sem resistência, às suas exigências, ela tem como “única saída possível [...] o desaparecimento” (LAMARCHE, 1990, p. 20). Baseado na leitura homogênea do desenvolvimento capitalista, Lamarche (1990) assevera, novamente, que as constantes mudanças na dinâmica da acumulação do capital manifestadas nas alterações presentes na esfera do mercado geram a metamorfose do camponês em agricultor familiar.

Entendemos que tais elaborações interpretativas defendidas por Lamarche (1990) apresentam inúmeras implicações para o entendimento do espaço agrário, entre as quais destacamos a própria negação da contradição como característica basilar do sistema vigente. Conforme discutimos no capítulo 1 desta dissertação, a reprodução camponesa não está dissociada do desenvolvimento desigual e contraditório do sistema capitalista, mas é parte integrante dele. Assim, os

camponeses, ao mesmo tempo em que lutam pela garantia do seu modo de vida, são, contraditoriamente, subordinados pelo próprio processo de acumulação ampliada do capital. Nesse sentido, embora os camponeses apresentem uma produção também direcionada para o autoconsumo, realidade presente no Assentamento Cangussu, eles estão subordinados ao capital por diversos mecanismos[29].

Entendemos a análise de Lamarche (1990) acerca da inevitabilidade da transformação dos camponeses em agricultores familiares como um dos elementos centrais para a configuração do discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante. Isto porque, ao considerar que a reprodução camponesa será superada "naturalmente", seja pela desintegração do camponês, seja por sua transformação em agricultor familiar, o autor apresenta uma leitura linear do desenvolvimento do sistema capitalista, onde o mercado possui uma tendência natural à homogeneização e ao equilíbrio. Nesse sentido, nega a natureza contraditória da "irracionalidade" da lógica do capital que se expressa em toda a

> [...] dinâmica de seu desenvolvimento histórico, que nada tem de linear ou homogêneo, mas está fundada na atuação de tendências e contratendências, as quais, sempre, permanecem sob a orientação do imperativo expansionista do sistema, sendo este um limite intransponível. [...] só se pode falar em leis tendenciais e não em leis naturais de desenvolvimento, uma vez que as leis são frequentemente contrapostas por "poderosas contrapartidas" (PANIAGO, 2012, p. 38-39).

Sustentando-nos em Paniago (2012), compreendemos que a dinâmica expansionista do capital apresenta, durante todo o desenvolvimento histórico, a existência de tendências e contratendências que são, em suma, manifestações das contradições do sistema capitalista. Assim, segundo essa lógica contraditória,

[29] No caso dos camponeses do Assentamento Cangussu – BA, destacamos, sobretudo, que a produção de café para a comercialização e a realização da mobilidade do trabalho (debate a ser realizado no tópico 2.2 desta dissertação) podem ser consideradas como os principais mecanismos de subordinação ao capital. No entanto, do ponto de vista dialético, tais mecanismos se constituem como formas de resistência (ainda que precárias) realizadas pelos assentados para viabilizar a permanência na terra.

embora haja processos de desintegração do campesinato[30], em contrapartida, há, contemporaneamente, recriação e resistência dessa classe.

Outro aspecto desenvolvido por Lamarche (1990) refere-se à análise da agricultura familiar como “modelo ideal” e da reprodução camponesa como “modelo original” (ou selvagem). De acordo com o autor, as explorações familiares mais próximas ao “modelo original” estão em um estágio de desenvolvimento arcaico, aproximado do “selvagem”. A evolução para o modelo “ideal” somente pode ser viabilizada pela inserção acentuada das explorações familiares aos ditames do mercado. Assim, a agricultura familiar pode ser definida como um modelo “ideal” de desenvolvimento, concretizado na constante submissão das unidades produtivas familiares ao mercado. Nesse sentido, conforme o autor, o que difere a agricultura familiar da reprodução camponesa é o grau de inserção no mercado.

Compreendemos que a análise apresentada por Lamarche (1990) acerca da “benéfica” transformação do camponês em agricultor familiar, evidenciada pela passagem do modelo “original” para o modelo “ideal”, é um elemento de conformação do discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante. Como veremos nos tópicos 2.2 e 3.2 desta dissertação, a apologia ao discurso da agricultura familiar se constitui em um poderoso instrumento ideológico da classe dominante, cujas principais finalidades são a ampliação dos mercados capitalistas via inserção do capital financeiro nas unidades produtivas camponesas e a intensificação das formas de precarização do trabalho expressa pela dinâmica de mobilidade do trabalho, além do controle social no campo com a repressão às lutas de classes.

O debate sobre a agricultura familiar surge no Brasil, de forma mais evidenciada, a partir da década de 1990. Nesse período, marcado pela intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital[31] no país, as proposições elaboradas por Lamarche (1990) influenciaram inúmeros autores, entre os quais Abramovay (1991), Veiga (1991), Alves (1997) e Navarro (2010).

---

[30] Conforme discutimos no Capítulo 1 desta dissertação, o campesinato é uma classe social que se reproduz nas contradições do sistema capitalista e deve ser compreendida, portanto, não como uma forma de reprodução social fadada ao desaparecimento, e, sim, como parte integrante do desenvolvimento desigual do capitalismo no espaço agrário.

[31] Entendemos que a difusão do conceito de agricultura familiar no contexto do processo de reestruturação do paradigma produtivo do capital no Brasil se configurou como uma importante estratégia para a acumulação do capital. Apresentaremos este debate nos tópicos 2.2 e 3.2.

Embora seja necessário salientar a existência de diferenças entre as proposições teóricas de Abramovay (1991), Veiga (1991), Alves (1997) e Navarro (2010), esses autores apresentam similaridades quanto à definição da agricultura familiar, expressas em cinco fatores centrais: a) a agricultura familiar, diferente da reprodução camponesa, é considerada como “moderna”; b) é gestada pelo trabalho familiar; c) possui uma intensa integração ao mercado; d) é capaz de responder às políticas governamentais; e e) incorpora constantemente os avanços técnicos. Estas cinco características definem a agricultura familiar e a diferenciam da reprodução camponesa nas análises dos autores.

Abramovay (1991) considera que a agricultura familiar, diferente da reprodução camponesa, é um modelo desenvolvido de produção agrícola. Para este autor, a agricultura familiar está presente na sociedade contemporânea não como uma relação arcaica, mas como um modelo capaz de promover o desenvolvimento da agricultura em diversos países.

Para definir o caráter “moderno” da agricultura familiar, Abramovay (1991), inicialmente, realiza uma comparação com a reprodução camponesa, que, segundo o autor, é marcada por uma dinâmica de reprodução social “atrasada” e, portanto, não é compatível com as relações sociais presentes no capitalismo:

> Neste sentido, a noção muito difundida, sobretudo nos anos de 1970, de que o camponês está “integrado ao capital” [...] peca por um problema conceitual elementar. O que essa noção escamoteia são os próprios limites da racionalidade econômica do campesinato, sua natureza fundamentalmente incompleta. [...] Explicar a existência camponesa a partir da “lógica do capital” é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são familiares, mas não camponesas (ABRAMOVAY, 1991, p. 35).

Para Abramovay (1991), a agricultura familiar é uma forma de produção agrícola predominante na agricultura capitalista:

> Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa (ABRAMOVAY, 1991, p. 35).

Seguindo esta linha interpretativa, Navarro (2010) considera que a constituição do capitalismo elimina qualquer possibilidade histórica de permanência do camponês na sociedade:

> Camponeses, em consequência, são coletivos sociais encontrados, frequentemente, apenas na *gênese* de processos econômicos que posteriormente constituíram sociedades capitalistas. Uma vez, contudo, que a lógica deste regime econômico-social tenha se imposto mais vigorosamente com o passar do tempo e sua sociabilidade se torne dominante, os camponeses encontram dois caminhos. Ou são gradualmente integrados, radicalmente alterando os seus sistemas de produção sob os ditames da agricultura moderna e, em especial, desenvolvendo uma nova racionalidade e formas de ação social, ou engrossam as correntes migratórias e deixam o mundo rural (NAVARRO, 2010, p. 198).

É na própria negação da existência das contradições do capitalismo, em especial, da luta de classes, que Abramovay (1991) e Navarro (2010) defendem a superação da reprodução camponesa.

No que concerne ao segundo elemento, Alves (1997) entende que o trabalho familiar é uma característica fundamental da agricultura familiar. Este trabalho desenvolvido pela família apresenta como diretrizes a gestão e a pluriatividade:

> O gerente e o dono são a mesma pessoa. O emprego da mão-de-obra familiar, à exceção do gerente, depende de condições do mercado e do tamanho da família. Os membros da família podem estar ocupados em tempo integral ou parcial pelo estabelecimento. Alguns deles podem ter apenas ocupação urbana (ALVES, 1997, p. 29).

Gestão e pluriatividade, para Alves (1997), são algumas das principais relações que caracterizam o aspecto “moderno” da agricultura familiar Esta perspectiva de compreensão também está presente nas análises de Abramovay (1991), uma vez que, para o autor, “o que define um estabelecimento familiar” é o “grau em que a gestão e o trabalho no estabelecimento apoiam-se efetivamente na família e em seus membros” (ABRAMOVAY, 1991, p. 150).

Observamos que a definição de trabalho familiar, na perspectiva de Alves (1997) e Abramovay (1991), está em consonância com os interesses da classe dominante, sobretudo na conjuntura do processo de reestruturação produtiva do

capital. A ideia de “gestão familiar do trabalho” apresenta como etapa necessária a introdução das relações de assalariamento nas unidades produtivas, visando ao aumento da produtividade e da lucratividade. Assim, a coexistência do trabalho assalariado, realizado, tanto pelos “gestores” da unidade produtiva, quanto por pessoas assalariadas, é entendida como um elemento que denota o caráter “desenvolvido” da agricultura familiar.

A análise do trabalho familiar à luz da noção de “gestão” está intrinsicamente relacionada ao debate sobre a pluriatividade[32], conforme notamos em Alves (1997). Na perspectiva dos teóricos da agricultura familiar, a pluriatividade pode ser definida como uma estratégia “moderna” de desenvolvimento agrícola, presente nas unidades de produção familiares, sobretudo a partir da década de 1990, manifestada na crescente realização de atividades agrícolas e não agrícolas como forma de complementação de renda dos agricultores familiares (SCHNEIDER, 2009).

Abramovay (1991) também corrobora tal interpretação, ao considerar que a “agricultura familiar oferece a flexibilidade de compor de maneira diversificada sua renda global”, permitindo que a composição dessa renda não se localize “estritamente na agricultura”, mas, também, em outras atividades não agrícolas realizadas pelos produtores (ABRAMOVAY, 1991, p. 184). Para o autor, esse aspecto diferencia a agricultura familiar da reprodução camponesa, pois, de acordo com o autor, apresenta como um dos fundamentos o equilíbrio trabalho/consumo (ABRAMOVAY, 1991).

No que concerne ao terceiro aspecto, Veiga (1991), ao analisar o desenvolvimento agrícola no sistema capitalista no contexto de diversos Estados-nações, conclui que a singularidade da agricultura familiar é demonstrada pelo nível de integração que mantém com o mercado completamente desenvolvido. Para o autor, na medida em que os “camponeses frequentemente se retiram do mercado”, os agricultores familiares “operam em mercados de produtos e fatores completamente desenvolvidos” (VEIGA, 1991, p. 192). Nesse sentido, a agricultura familiar, diferente da camponesa, é compatível com a dinâmica do mercado no

[32] Como veremos no tópico 2.2 desta dissertação, entendemos que o debate da pluriatividade é um dos elementos constituintes do discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante, uma vez que difunde necessidade de intensificação da precarização do trabalho por meio da sua superexploração como algo benéfico e “moderno”.

contexto do desenvolvimento capitalista, porque tem capacidade de se adaptar com facilidade às constantes alterações do mercado.

Compreendemos que a subordinação da produção familiar, na perspectiva apresentada por Veiga (1991), promove uma “necessária” perda de autonomia do processo de produção realizado pelos camponeses. Assim, o discurso da agricultura familiar também visa efetivar um processo de redução da classe camponesa a mero fator produtivo, ou seja, em força de trabalho totalmente subsumida ao capital.

A relação que a agricultura familiar estabelece com o mercado, conforme enfatizamos, é indissociável da ação do Estado, que desempenha papel central na regulação da agricultura familiar e atuou para que ela se constituísse base para o desenvolvimento capitalista agrícola em diversos países:

> [...] o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. É claro que essa intervenção só foi possível pela existência de uma estrutura produtiva pulverizada, diferentemente do que ocorria em outros setores econômicos. Mas coube às políticas agrícolas garantir tal atomização na oferta, imprimir estabilidade aos preços, de maneira a manter a renda do setor num patamar cada vez mais definido, e no mínimo suficiente para assegurar produção abundante (ABRAMOVAY, 1991, p. 32).

Nesse sentido, Abramovay (1991) considera que a própria existência da agricultura familiar está fundamentada na sua capacidade de resposta à intervenção do Estado por meio de políticas agrícolas. Isto implica dizer que a agricultura familiar é dependente da execução de políticas estatais de controle da organização produtiva dos agricultores, o que permite, segundo o autor, o “desenvolvimento” do espaço rural nas unidades de produção familiares.

O entendimento do Estado como protagonista do “desenvolvimento”, em especial no que se refere ao desenvolvimento do espaço agrário, tem na constituição do discurso da agricultura familiar um dos principais legitimadores ideológicos. As chamadas políticas públicas para a agricultura familiar, neste sentido, promovem a manutenção do *status quo* capitalista e da ordem social pela negação da luta de classes, ao tempo em que aceleram a reprodução e a valorização do capital (GÓMEZ; THOMAZ JÚNIOR, 2005).

No que concerne ao último aspecto, Alves (1997) e Abramovay (1991) consideram que a incorporação de inovações tecnológicas é fundamental na identificação das dinâmicas que constituem a agricultura familiar.

Nesse sentido, Alves (1997) afirma que existe uma diferença nos níveis de incorporação da tecnologia no que se refere à reprodução camponesa e à agricultura familiar:

> É importante salientar a diferença existente entre agricultura familiar e tradicional. Esta pressupõe o emprego de uma tecnologia que utiliza terra e mão-de-obra, ou seja, sem emprego de insumos modernos. Só propicia a venda do excedente não consumido pela família. [...]. [Na agricultura familiar,] a tecnologia escolhida, inclusive a de administração, representa a opção mais lucrativa que o mercado oferece. Está integrada aos mercados externos à propriedade: de produtos, insumos, capital e financeira (ALVES, 1997, p. 28-29).

Segundo leitura desenvolvida por Alves (1997), a incorporação de tecnologia ocorre com o objetivo único de garantir alta lucratividade da propriedade, integrando-a diretamente às dinâmicas que configuram o mercado externo. Dessa maneira, a resistência às imposições do mercado caracterizam uma relação “tradicional” na agricultura, que, necessariamente, precisa “evoluir” para uma dinâmica “modernizada” (ALVES, 1991).

Acompanhando a mesma linha interpretativa de Alves (1997), Abramovay (1991) afirma que a capacidade de inovação tecnológica da agricultura familiar assegura a eficiência da produtividade segundo as demandas voláteis do mercado, permitindo a expansão da pluriatividade e do “desenvolvimento”:

> A produtividade não é mais o critério exclusivo da própria excelência técnica. [...]. O meio ambiente, a qualidade de vida, o temor da desertificação rural tornam-se fatores a serem levados em conta na própria alocação de fundos públicos que marca indelevelmente a existência dos agricultores. E é nesse sentido que o tema abordado [...] a respeito da pluriatividade dos agricultores ganha um sentido que extrapola a esfera puramente econômica. O patamar técnico atingido pela agricultura do mundo desenvolvido hoje é suficientemente alto para que boa parte da oferta agrícola seja assegurada por unidades produtivas de tempo parcial. [...]. É perfeitamente possível [...] que num quadro técnico compatível com as necessidades da oferta, o trabalho do agricultor possa

> desconcentra-se da agricultura e voltar-se a outros segmentos da sociedade em que seja mais útil (ABRAMOVAY, 1991, p. 216-217).

Além de afirmar que a incorporação de inovação tecnológica supõe a intervenção do Estado via concessão de fundos públicos, o autor avalia que o nível elevado de tecnologia presente na agricultura familiar permite a produtividade agrícola de forma mais eficiente. Assim, com a produtividade elevada, o agricultor familiar dispõe de condições materiais para investir na realização de atividades não agrícolas, a saber, a pluriatividade.

Nas análises apresentadas por Veiga (1991) e Abramovay (1991), a agricultura familiar se constitui em um modelo tecnologicamente "moderno" de produção agrícola, presente genericamente em todas as unidades produtivas familiares da sociedade capitalista. Assim, a agricultura familiar passa a representar todo o campo brasileiro de forma harmônica e homogênea. Nesse sentido, consideramos que os autores apresentam uma interpretação do espaço agrário idealizada, totalmente dissociada das contradições e resistências existentes de fato.

A pluriatividade presente na agricultura familiar é, de acordo com Alves (1997) e Abramovay (1991), uma dinâmica promotora do desenvolvimento. Assim, nesta perspectiva, a agricultura familiar, baseada na constante utilização de inovações tecnológicas, se constitui em espaço difusor de "desenvolvimento", uma vez que consegue aliar de forma equitativa a produtividade agrícola familiar com a pluriatividade dos agricultores.

As análises realizadas por Lamarche (1990) Abramovay (1991), Veiga (1991), Alves (1997) e Navarro (2010) compreendem a agricultura familiar como modelo de produção agrícola capaz de promover o "desenvolvimento" do espaço rural. Seja por meio da integração linear ao mercado, seja por meio da incorporação de tecnologias e subordinação ao mercado via atuação do Estado, a agricultura familiar, na perspectiva desses autores, é um modelo de desenvolvimento agrícola do capitalismo no que concerne às propriedades de trabalho familiar.

No entanto, para além das análises que afirmam que a agricultura familiar é um modelo de desenvolvimento, entendemos que o conceito de agricultura familiar expressa, em sua essência, o discurso ideológico da classe dominante para as unidades de produção familiares. Com essa retórica, a ideologia da agricultura

familiar é um instrumento estratégico para viabilizar o processo de expansão e valorização da acumulação do capital no contexto de crise estrutural, negando a existência das contradições geradas pela luta de classes (especialmente os antagonismos existentes entre camponeses e classe dominante) e ampliando as formas de apropriação da renda camponesa pela intensificação da precarização do trabalho e expansão dos mercados capitalistas.

3.2. O DISCURSO DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO FORMA DE IDEOLOGIA DOMINANTE E A MOBILIDADE DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PRECARIZAÇÃO: A QUESTÃO DA "PLURIATIVIDADE" NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA

Para entender o discurso da agricultura familiar como parte da ideologia dominante, consideramos essencial definir o que entendemos por ideologia. Inicialmente, afirmamos que toda ideologia comporta uma base material, ou seja, ela está diretamente vinculada às relações de produção que caracterizam a sociedade (MARX; ENGELS, 2009).

Acerca desse aspecto, Marx e Engels (2009) concluem, com a crítica à filosofia pós-hegeliana, que a ideologia em geral e, em especial, a ideologia alemã, não está dissociada da base material da sociedade. Os filósofos pós-hegelianos defendiam que "as relações dos homens, tudo que os homens fazem, os seus grilhões e barreiras, são produtos da sua consciência" (MARX; ENGELS, 2009, p. 22). Para Marx e Engels (2009), aqueles filósofos se esqueceram de algo crucial: "não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência" (MARX; ENGELS, 2009, p. 32). Dessa forma, as ideias, os produtos da consciência não constituem a base da realidade social.

Nesse sentido, ao afirmarem que nenhum desses filósofos ocupou-se de estabelecer uma conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, Marx e Engels (2009) consideram que o ponto de partida para o entendimento de toda forma ideológica é a análise do modo de produção da vida material:

> Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os

> homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida (MARX; ENGELS, 2009, p. 31).

Seguindo tal princípio interpretativo, Marx (2008) observa que o modo de produção da vida concreta é crivado por contradições, que, se manifestadas pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (em outras palavras, nas mudanças nas relações de produção que condicionam a luta de classes), transformam as formas ideológicas:

> Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. E preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 2008, p. 47-48).

Concordamos com as análises realizadas por Marx e Engels (2009) e Marx (2008) a respeito da ideologia. As formas ideológicas sobre as quais os homens adquirem a consciência partem dos conflitos existentes no próprio desenvolvimento histórico e material da sociedade. As ideologias, portanto, somente podem ser compreendidas pela análise da sua relação com a base objetiva da realidade.

Entendemos, conforme discutimos no capítulo 1 desta dissertação, que a base objetiva da realidade, sua construção e transformação, é condicionada pelo conflito de classes. Nesse sentido, no sistema capitalista, a sociedade dividida em

classes sociais com interesses antagônicos produz diferentes ideologias segundo os interesses que são histórica e materialmente determinados.

Esse caráter de classe presente na configuração da ideologia é elemento fundamental para a análise realizada na presente dissertação, uma vez que entendemos que a ideologia é uma consciência social prática e, nesse sentido, parte da condição concreta das classes sociais, como afirma Mészáros (2014):

> [...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência social prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos (MÈSZÁROS, 2014, p. 65).

Dessa forma, conforme analisa Mészáros (2014), as diferentes ideologias estão ligadas às classes sociais, que buscam, de acordo com interesses próprios, estabelecer formas de controlar o metabolismo social, transformando os respectivos conjuntos de valores e estratégias em uma concepção de mundo universalizada. Concordando com Mészáros (2014) no que concerne à conjuntura histórica do sistema capitalista, as classes sociais manifestam diferentes interesses no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos.

Considerando que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 2009, p. 67), também entendemos que, no modo de produção capitalista, a ideologia dominante assume posição hegemônica. Com isto, no entanto, não afirmamos que tal ideologia deva ser analisada de forma autônoma, separada do movimento contraditório da história ou mesmo de forma absoluta, como se outras ideologias não existissem. As ideologias, assim como as memórias, não se restringem às manifestações dos interesses da classe dominante. Pelo contrário: as ideologias provenientes das classes antagônicas à classe dominante (tais como o proletariado e o campesinato) estabelecem formas importantes de oposição ao movimento expansivo de acumulação do capital.

No caso do Assentamento Cangussu, as relações ali presentes demonstram a existência de ideologias diferenciadas, que se contrapõem criticamente à ideologia

dominante. O argumento central é que todas as ideologias estão vinculadas a diferentes classes sociais. Por haver, no sistema capitalista, classes sociais antagônicas, considera-se também, portanto, a existência de outras ideologias que, embora não possuam caráter hegemônico, estão igualmente presentes no sistema vigente. De acordo com Mészáros (2008), as ideologias provenientes das classes sociais antagônicas à classe dominante são denominadas de ideologias críticas:

> As ideologias críticas, que procuram negar a ordem estabelecida, não podem sequer mistificar seus adversários, pela simples razão de não terem nada a oferecer – nem mesmo subornos ou recompensas pela aceitação – àqueles já bem estabelecidos em suas posições de comando, conscientes de seus interesses imediatos palpáveis. Portanto, o poder da mistificação sobre o adversário é privilégio exclusivo da ideologia dominante (MÉSZÁROS, 2008, p. 8).

Nesse sentido, Mészáros (2008) ressalta a existência de outras ideologias (ideologias críticas), que embora neguem a ordem estabelecida, não possuem uma posição de comando capaz de tornar seus respectivos conjuntos de valores e interesses em uma concepção de mundo universalizada, como é o caso da ideologia da classe dominante.

Mészáros (2008) aponta ainda que o fato de existirem ideologias críticas, não impede que as classes sociais (às quais as mesmas estão ligadas) de endossar e reproduzir diversos elementos que constituem a ideologia dominante. Assim, “o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme” e prevalece, também, graças à “mistificação, por meio da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, “consensualmente”, valores e diretrizes” que são “totalmente adversos a seus interesses vitais” (MÉSZÁROS, 2008, p. 8).

A produção diversificada e as demais características no que concerne à reprodução camponesa podem ser entendidas não somente como um elemento definidor do que é ser camponês, mas também como base de uma ideologia que é contrária aos propósitos da classe dominante. Nesse sentido, o trabalho realizado pelos camponeses do Assentamento Cangussu – BA, nas respectivas unidades produtivas familiares, fornecem elementos indispensáveis à compreensão da ideologia da classe camponesa. No entanto, o fato de a classe camponesa ter uma ideologia que se opõe aos interesses da acumulação do capital não significa que ela

não endosse e não reproduza, contraditoriamente, a ideologia da classe dominante. Esse aspecto pode ser comprovado na incorporação da produção desses sujeitos ao mercado ou na utilização, pelos menos, do financiamento proveniente do Pronaf.

Além da questão da luta pela terra, a luta realizada para permanecer na terra é um dos aspectos que constituem a reprodução material da classe camponesa. Assim, no que concerne à luta na terra, destacamos a importância da produção para o autoconsumo e a produção diversificada.

No Assentamento Cangussu, a produção de feijão (Figura 7), mandioca (Figura 8), batata, milho, laranja (Figura 9), graviola, abacate (Figura 10), tangerina, banana, abacaxi e a criação de alguns animais (galinha e gado) reafirma que as relações concretas de reprodução social da classe campesina constroem ideologias críticas (MÈSZÁROS, 2008) que se contrapõem, em algum nível, à ideologia da classe dominante.

Figura 7 - Produção de feijão no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Figura 8 - Produção de mandioca no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Figura 9 - Produção de laranja no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Figura 10 - Produção de abacate no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A diversidade de discursos ideológicos, no entanto, não se refere apenas aos interesses divergentes das classes sociais. Segundo Mészáros (2014), os discursos ideológicos da classe dominante apresentam “pluralidade” de perspectivas que, embora plurais, são sempre compatíveis com a manutenção da ordem sistêmica vigente:

> Os representantes da ideologia dominante jamais se cansam de exaltar seu ‘pluralismo’. Independente da intenção apologética bastante óbvia de tal reivindicação, contraposta aos pretensos ‘holismo’ e ‘totalitarismo’ do adversário, há nela um certo grau de verdade, visto que várias abordagens ideológicas contrastantes são compatíveis com os imperativos sociais gerais da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2014, p. 243).

De acordo com o autor, a pluralidade de ideologias dominantes está vinculada à própria natureza do capital, uma vez que o capital é constituído por uma variedade de capitais (MÉSZÁROS, 2014). Nesse sentido, “os diversos interesses dos capitais concorrentes não somente permitem, mas impõem o modo pluralista de legitimação político-ideológica da ordem estabelecida” (MÉSZÁROS, 2014, p. 244). Assim, é possível garantir que as “diferenças objetivas de interesse dentro da própria classe dominante” se manifestem e se interacionem (MÉSZÁROS, 2014, p. 244).

É a partir deste pressuposto, a saber, a existência de um pluralismo ideológico, que o discurso da agricultura familiar pode ser entendido como uma das formas de ideologia dominante. O discurso “desenvolvimentista” da agricultura familiar é gerado segundo a necessidade concreta da classe dominante de garantir a expansão dos processos de reestruturação produtiva do capital e da inserção do capital financeiro nas unidades de produção camponesas, promovendo a intensificação da mobilidade do trabalho[33] e a financeirização das políticas públicas.

No Assentamento Cangussu – BA, o entendimento do discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante pode ser apreendido no incentivo à

[33] A mobilidade do trabalho, como veremos mais adiante neste mesmo tópico da dissertação, pode ser definida como um processo por meio do qual o trabalhador (camponês e trabalhadores assalariados) é submetido pelo capital, isto é, como este é movimentado e explorado, com o objetivo de acumular excedente econômico (GUADEMAR, 1997). Esta linha interpretativa entende, portanto, que o fato de os camponeses realizarem outras formas de trabalho fora de suas unidades produtivas é um processo que faz parte do próprio movimento de acumulação capitalista e, na conjuntura atual, também se configura como forma de precarização do trabalho.

mobilidade do trabalho praticada pelos assentados e apoiado por políticas públicas voltadas para a “agricultura familiar”.

Inicialmente, em relação à questão da mobilidade do trabalho, destacamos, no que concerne à própria definição do conceito de agricultura familiar, o fato de os produtores exercerem atividades fora da sua unidade produtiva constituírem-se como um índice de “desenvolvimento”, e não como uma forma de precarização do trabalho. Assim, no que se refere ao discurso da agricultura familiar, não se trata de mobilidade do trabalho, mas de pluriatividade.

A pluriatividade, para Schneider (2009), “refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura” (SCHNEIDER, 2009, p. 3). Para o autor, a realização da pluriatividade contribui

> [...] de forma decisiva para ajudar a solucionar dificuldades e restrições que afetam as populações rurais, tais como a geração de emprego, o acesso à renda e sua estabilização, a oferta de oportunidades para jovens, entre outros. [...] sugere-se analisar as relações entre pluriatividade e desenvolvimento rural a partir do debate mais geral sobre as formas de incrementar a autonomia dos agricultores e os modos de ampliar a sustentabilidade dos modos de vida e nos territórios rurais (SCHNEIDER, 2009, p. 7).

Dessa forma, a pluriatividade é considerada por Schneider (2009) como uma atividade positiva para os agricultores que a realizam e é uma característica “desenvolvida” da agricultura familiar:

> [...] pode-se citar como fator de estímulo à pluriatividade o fato de que ela é uma característica intrínseca da agricultura familiar. Vários estudos demonstraram que o exercício de múltiplas ocupações por uma mesma família não é um sinal de fraqueza ou definhamento, mas uma característica do “modo de funcionamento” de unidades que se organizam sob a égide do trabalho familiar [...]. Assim, a pluriatividade passou a ser percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações macro-estruturais na agricultura. No Brasil, desde o início da década de 1990, a agricultura familiar tornou-se um tema em ascensão, com uma crescente legitimidade política, social e econômica. Assim, à medida que se amplia o reconhecimento da importância da agricultura familiar, também se amplia a atenção sobre a pluriatividade (SCHNEIDER, 2009, p. 13-14).

Entendendo o discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante, consideramos que é evidente o propósito do incentivo à realização da chamada “pluriatividade”: promover a acumulação e valorização do capital com a intensificação da precarização do trabalho, em especial, na forma da mobilidade do trabalho. Assim, consideramos que o discurso da agricultura familiar visa mistificar a realidade, negando a existência da precariedade da mobilidade do trabalho, analisando-a como um fator “positivo”, índice de “desenvolvimento” das unidades produtivas camponesas.

Nesse sentido, para analisar o cunho ideológico do discurso da agricultura familiar, consideramos essencial refletir sobre a importância que a mobilidade do trabalho assume para a acumulação do capital e como se torna uma forma de precarização do trabalho, fundamental para a manutenção do sistema vigente após o processo de reestruturação produtiva do capital, no contexto de crise estrutural.

Acerca da definição do conceito de mobilidade do trabalho, optamos por realizar uma leitura fundamentada nos conceitos elaborados pela matriz marxista. Gaudemar (1977), Silva (2003), Gomes (2009), Perpetua (2013) e Souza (2011; 2017) são alguns dos teóricos que trabalham nessa perspectiva, considerando que a mobilidade é um conceito fundamental para o entendimento de como se manifesta o caráter antagônico da relação capital *versus* trabalho.

A concepção marxista de mobilidade do trabalho apresenta especificidades diametralmente opostas às perspectivas defendidas pelos clássicos, neoclássicos e keynesianos. Entre tais especificidades, estão a concepção desse processo como produto e condição do modo de produção capitalista e o entendimento da mobilidade como uma dinâmica forçada.

Assim, Gaudemar (1977) analisa essa categoria com base nas contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista. Para o autor, a mobilidade do trabalho pode ser definida como uma série de ações pelas quais a força de trabalho, enquanto mercadoria, é submetida pelo capital, isto é, como a força de trabalho é movimentada e explorada com o objetivo de acumular excedente econômico. As relações especificamente capitalistas (baseadas no assalariamento) necessitam que o trabalhador seja uma mercadoria, mas não algo permanente, como no caso do trabalhador escravo. A força de trabalho no capitalismo é móvel, e, de fato, é imperioso que o seja:

> A mobilidade da força de trabalho é assim uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão do modo de produção capitalista. [...]. Se se afirmou que o capitalismo começava com a exploração da força de trabalho, é necessário acrescentar que ele só poderia nascer uma vez que o trabalhador tivesse adquirido essa mobilidade [...]. A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo, e como um índice de seu desenvolvimento (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

Nesse sentido, as formas de mobilidade do trabalho pressupõem a separação do trabalhador dos meios de produção, viabilizando a disponibilização e, consequentemente, a compra dessa mercadoria pelo capitalista.

É importante frisar que esse processo de apropriação da força de trabalho não é um fenômeno presente apenas no proletariado. Os camponeses e, entre estes, os residentes do Assentamento Cangussu, também são submetidos à exploração do capital e condicionados a realizar a mobilidade do trabalho como forma de sobrevivência, apesar de dispor da terra como meio de produção.

Ainda nesse debate, Perpetua (2013) entende que a mobilidade, na dimensão espacial, “sempre constituiu parte importante e absolutamente necessária da vida humana, desde a pré-história até os dias atuais” (PERPETUA, 2013, p. 62). No entanto, com a ascensão do modo de produção capitalista, a mobilidade foi reconfigurada. Essa dinâmica agora é compreendida como resultado da “acumulação sempre ampliada do capital” e “um fator imprescindível para que ele ocorra” (PERPETUA, 2013, p. 62).

Para o autor, o entendimento dessa contradição é apreendido por seu papel de intervenção no sistema do capital. A mobilidade, ao mesmo tempo em que é gerada pela acumulação, pode ampliar ou manter o ritmo por meio do controle e exploração da força de trabalho (PERPETUA, 2013).

São diversas as formas de intervenção da mobilidade nos processos de acumulação do capital e são concretizadas em processos que compreendem a produção de mais-valia e a acumulação primitiva (GAUDEMAR, 1977). As formas como se evidencia a mobilidade do trabalho no Assentamento Cangussu podem ser entendidas com base nesses pressupostos.

Os camponeses que realizam trabalhos fora da unidade produtiva se sujeitam às formas mais precarizadas de trabalho no campo e na cidade (Tabela 2); entretanto o discurso da agricultura familiar visa propagar a mobilidade do trabalho com a retórica da “pluriatividade” como dinâmica “moderna”.

Tabela 2 - Formas de trabalho desenvolvidas fora da unidade produtiva durante o período em que reside no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Categoria	%
Lavrador(a)	25
Catador(a) de café	40
Pedreiro	15
Faxineiro(a)	20
Total:	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Conforme demonstramos na Tabela 2, no universo de 20 camponeses entrevistados, todos os assentados já realizaram alguma forma de mobilidade do trabalho durante o período em que residem no assentamento. De acordo com estes assentados, os vínculos de trabalho eram sempre temporários e informais, elementos que marcam o processo de precarização do trabalho na contemporaneidade.

Outro fator importante para compreendermos a mobilidade do trabalho como uma expressão das contradições do sistema vigente é o fato de se apresentar como processo forçado. Na leitura dos clássicos, neoclássicos e keynesianos, a mobilidade do trabalho é vista como um movimento de decisão voluntária, pela qual se objetiva a maximização dos lucros. O debate que considera a mobilidade como dinâmica forçada pressupõe entender até que ponto, de fato, a classe trabalhadora e a classe camponesa são livres para definir as formas pelas quais viabilizarão a sobrevivência.

O entendimento da mobilidade do trabalho como dinâmica forçada considera que esse movimento tem como uma de suas principais características a redução de custos na produção e, consequente, maximização dos lucros do capitalista por se tratar de um mecanismo que, em geral, precariza o trabalho (PERPETUA, 2012, p. 230).

Nesse sentido, Gomes (2009) considera que um dos princípios básicos da mobilidade do trabalho é a premissa de que os homens devem ser “livres”, isto é, livres de qualquer instrumento para a sua realização (meio de produção), exceto sua própria força de trabalho, que será alienada e trocada por um salário. A questão chave para a análise de como a força de trabalho é apropriada em sua mobilidade para fins de exploração e acumulação é a compreensão que o trabalhador deve ter “autonomia” para se sujeitar ao capital.

A mobilidade apresenta, dialeticamente, dois tipos de liberdade. De acordo com Gaudemar (1977), primeiramente se manifesta a liberdade positiva, caracterizada pela consideração de que os trabalhadores são sujeitos de sua própria liberdade, ou seja, eles podem dispor da sua força de trabalho da maneira que desejaram; e, em seguida, a liberdade negativa, que apresenta as contradições da mobilidade do trabalho e do modo capitalista de produção: o trabalhador não tem outra forma de sobreviver, senão vender sua força de trabalho, única mercadoria que lhe coube na sociedade dividida em classes sociais. “Na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre” (GAUDEMAR, 1977, p. 189-190).

O trabalhador, desse modo, não tem a opção de não vender sua força de trabalho; ele se encontra na necessidade de vendê-la, uma vez que não vê alternativa para sobrevivência.

As considerações feitas por Gaudemar (1977) e Gomes (2009) estão presentes na realidade do Assentamento Cangussu. Para os assentados, a disposição da terra como meio de trabalho não tem sido suficiente para a garantia de sua reprodução social. Esses sujeitos têm sido forçados a realizar um movimento de mobilidade em busca de emprego, de forma a possibilitar a permanência na terra. Não se trata, portanto, de atividades com base no princípio da “pluriatividade”, conforme defendem os teóricos da agricultura familiar. Trata-se, ao contrário, de um processo de precarização que abrange a totalidade daqueles que são submetidos às diversas formas de exploração do capital – camponeses, assalariados, desempregados e subempregados, proletários no campo e na cidade. A trajetória histórica de cada sujeito é apropriada pelos meios de acumulação capitalista.

Nesse sentido, para além da “pluriatividade”, as formas de mobilidade do trabalho são essenciais para a manutenção do sistema do capital. As formas de

trabalho realizadas fora das unidades produtivas dos assentados, conforme demonstramos na Tabela 2, expressam um processo não de “desenvolvimento”, mas de precarização do trabalho.

Presenciamos, na contemporaneidade, a exacerbação das formas de precarização do trabalho, ocorrida, sobretudo com o processo de reorganização do paradigma produtivo do capital, que tem como raiz uma crise estrutural expressa pelo “esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava” (ANTUNES, 1999, p. 29 e 31).

A solução do capital para tentar remediar a tendência decrescente de sua taxa de lucro foi viabilizar um processo de reorganização da reprodução ampliada, tendo como características marcantes o “advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal”. Conjugado a tais alterações, tem-se também, como estratégia, a execução de “um processo de reestruturação da produção e do trabalho”, com a finalidade de “dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores” (ANTUNES, 1999, p. 31).

Nesse contexto, a mundialização do capital via financeirização (MENEZES, 2007) e o processo de reestruturação produtiva favoreceram o surgimento de contradições, velhas e novas, em diferentes partes do mundo de forma heterogeneizada (GONÇALVES, 2001).

Nas economias “avançadas”, a reestruturação do paradigma produtivo favoreceu o surgimento da “dramática ascensão do desemprego” e outras formas de precarização da força humana que trabalha (MÈSZÀROS, 2006, p. 29). Nos países “periféricos”, essa lógica se efetiva de maneira ainda mais perversa:

> Nos tempos de globalização se reserva ao conjunto dos países periféricos, particularmente aos bem-sucedidos, “consumir de maneira parcial o progresso da terceira revolução tecnológica”, contudo, vinculado umbilicalmente às diretrizes do Consenso de Washington e à voracidade destrutiva da pragmática neoliberal, que vêm devastando social, econômica e territorialmente os povos e as comunidades tradicionais (camponeses, indígenas, nativos) da América Latina, África, Ásia (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 7).

Essa devastação social e econômica, especialmente no mundo do trabalho, que se concretiza nos territórios de reprodução da vida dos camponeses e trabalhadores, decorrente das alterações produtivas, teve início no Brasil de maneira mais evidente a partir da década de 1990, “por meio da implantação de vários receituários” da “acumulação flexível e do ideário japonês, como a intensificação da *lean production*, dos sistemas *just-in-time* [...], das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho” (ANTUNES, 2006, p. 18).

Ressaltamos que a difusão das técnicas oriundas da acumulação flexível e do ideário japonês deve ser compreendida de maneira contraditória, uma vez que, no Brasil, tais formas organizacionais imbricam-se com técnicas de gestão do trabalho características do taylorismo/fordismo (THOMAZ JÚNIOR, 2004). No entanto, mais importante que definir qual paradigma produtivo tem predominância nas atividades econômicas do Brasil é compreender que todos eles visam à geração de lucro para o capital.

Nesse contexto de “rearranjos da ordem metabólica do capital em nível mundial”, no qual o Brasil também se encontra inserido, adotando “formas e procedimentos derivados/combinados do taylorismo-fordismo para o toyotismo, bem como outras formas de organização”, constatamos reconfiguração nas relações de trabalho. No bojo das contradições da dinâmica organizacional toyotista, presenciamos “a expropriação de milhões de camponeses”, o “aumento crescente da legião de desempregados”, “a profunda redefinição do mercado de trabalho” e a precarização da força de trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 7).

Assim, consideramos que as mudanças concernentes à força de trabalho, geradas, sobretudo pelo processo de reorganização produtiva, efetivaram a proliferação de formas de subemprego, trabalho precário e informal (GONÇALVES, 2001). A precariedade é um dos aspectos fundantes da “nova” alteração superficial capitalista:

> A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes [...]. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não mais poder ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve as

> necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social (VASAPOLLO, 2006, p. 45).

Conforme analisada por Vasapollo (2006), a precariedade é fator cada vez mais presente na totalidade do viver social, sendo não somente um aspecto essencial da questão do labor na contemporaneidade, mas, também, elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista (VASAPOLLO, 2006).

Ainda sobre a precarização, segundo Mészáros (2006), ela caracteriza a fase contemporânea do desenvolvimento histórico capitalista, pois é parte da crise estrutural. Dessa forma, a questão não é mais se o desemprego ou o trabalho temporário "vão ameaçar os trabalhadores empregados, mas quando estes, forçosamente, vão vivenciar a precarização" (MÉSZÁROS, 2006 p. 28). A precariedade é, desse modo, parte constitutiva do trabalho abstrato deste século.

A pauperização é um traço presente nas relações de trabalho no Assentamento Cangussu. As formas de mobilidade do trabalho praticadas pelos camponeses são marcadas pela instabilidade e informalidade, como podemos ver no relato de Maria:

> De vez em quando precisa, né? Porque o que tem na roça não dá para manter de todo. Quando precisa, a gente faz diária para os outros. Às vezes precisa fazer isso. Mas não é fácil encontrar, e, quando a gente encontra, não é muito tempo, né? Porque não é registrado, é tipo uns bicos mesmo [...] (Maria, 48 anos)[34].

As informações apresentadas neste relato mostram que a permanência na terra de alguns camponeses residentes no Cangussu é realizada mediante a precarização do trabalho desses sujeitos. As dificuldades para participar do mercado de trabalho e o fato de serem instáveis as formas de trabalho que eles conseguem realizar são características do processo de reestruturação produtiva do capital, especialmente, no contexto brasileiro:

> No Brasil o quadro gerado pela reestruturação produtiva do capital, na era da economia mundializada, é de superoferta da mercadoria força de trabalho, parte destes trabalhadores são então

[34] Entrevista concedida em 11/06/2017 por uma camponesa residente no Assentamento Cangussu – BA.

> abandonados e impedidos de participar do mercado de trabalho, outras são subaproveitadas, sejam os muito novos e desqualificados, sejam os que podem ser considerados velhos e despreparados ou sem muita energia, restando a estes trabalhadores, ou a estas mercadorias sem compradores, buscar alternativas para a sua sobrevivência, daí o crescimento no Brasil das atividades econômicas e de trabalho que fogem ao padrão organizacional e técnico atual de desenvolvimento econômico. O trabalho por contra própria, terceirizado, o informal, são apenas algumas das classificações que são estabelecidas para a nomeação de um fenômeno crescente que é o de precarização das relações e condições de produção e de trabalho (GONÇALVES, 2001, p. 6).

Nesse sentido, segundo Gonçalves (2001), os vínculos de trabalho cada vez mais informais e instáveis fazem parte de um fenômeno crescente: a precarização do trabalho, a qual não atinge somente os trabalhadores assalariados do campo e da cidade, mas, também, os camponeses, conforme constatamos no assentamento em estudo.

Neste sentido, as contradições observadas por Thomaz Júnior (2004; 2012) Vasapollo (2006), Mészáros (2006) e Gonçalves (2001), a respeito das transfigurações engendradas nas classes trabalhadora e camponesa por meio da reestruturação, são materializadas na mobilidade do trabalho das famílias do assentamento.

O conceito de precarização da força de trabalho pode ser entendido como a intensificação e a ampliação da exploração do trabalho (ALVES, 2009). É a característica principal da mercadoria força de trabalho na reprodução do capital:

> Deste modo, ao dizermos precariedade, tratamos de uma condição sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social (ALVES, 2007, p. 113).

A precarização é entendida como condição histórico-ontológica do trabalho estranhado, isto é, o labor na sua forma de mercadoria. Nesse sentido, a dinâmica da precariedade e todas as variações de suas expressões concretas (subemprego,

trabalhos parciais, técnicas de flexibilização, entre outros) não se limitam ao espaço da fábrica; atingem a totalidade dos sujeitos que vivem do trabalho.

Destaca-se, nesse sentido, que a questão da mobilidade do trabalho praticada pelos camponeses é uma dinâmica acentuada pelo processo de reestruturação do paradigma produtivo capitalista. Conforme definido por Gaudemar (1977), um dos princípios da mobilidade é garantir que a força de trabalho esteja sempre "livre" para se subordinar aos imperativos de acumulação do capital, orientados pela necessidade de extração de mais-valia para garantia do lucro. A flexibilização, as formas de subemprego ou, até mesmo, os trabalhos parciais têm como princípio a exacerbação da capacidade de movimentação dos trabalhadores em todos os espaços de trabalho:

> Na reestruturação produtiva do sistema capitalista baseada no modelo de acumulação flexível, as relações de trabalho são caracterizadas pelo alto grau de precarização e degradação e, sobretudo, pelo crescimento contínuo dos sujeitos supérfluos. Os trabalhadores do campo e da cidade tornam-se dentro do novo modelo de acumulação capitalista sujeitos disponíveis ao tempo da produção flexibilizada e mundializada, cada vez mais atendendo às necessidade do capital que o autoaliena e o torna cada vez mais móvel (SOUZA, 2011, p. 203).

Conforme analisado pela autora, os trabalhadores se encontram inseridos no padrão de acumulação capitalista pautado na "flexibilização", via mobilidade excessiva da sua força de trabalho. É à luz desse pressuposto que compreendemos o discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante. No Assentamento Cangussu, esse discurso, presente no Pronaf, opera no sentido de mistificar a realidade da precarização via mobilidade do trabalho, em que parte dos camponeses se vê forçada a realizar. Executam, assim, na mobilidade de sua forma de trabalho, a busca por atividades remuneradas, no campo e nas cidades, como meio de conseguir os recursos para manter a família e o trabalho na terra, reafirmando sua condição de camponeses.

No assentamento em estudo, os camponeses efetuam atividades de trabalho fora da unidade produtiva em diversos empregos degradantes:

> A gente aqui de casa trabalha fora da terra, às vezes. É mais por causa da seca e quando a terra não dá muita coisa. Eu mesmo faço uns bicos de pedreiro por aqui mesmo para ajudar a comprar o pão, a carne [...]. Eu não gosto, porque eu já trabalhei muito quebrando pedra e cheguei a adoecer [...]. Minha esposa trabalha na escola [...] (Antônio, 51 anos)[35].

Com base no relato de Antônio, entendemos que a mobilidade do trabalho realizada por esses sujeitos está inserida diretamente no processo de pauperização da força humana que trabalha. É pela necessidade do capital de pauperizar a força de trabalho camponesa que o discurso da agricultura familiar se constitui em ideologia.

Os camponeses do Cangussu, vinculados diretamente a tais formas de atividades econômicas, pautadas no princípio da negação da vida, são forçados a se movimentar em busca de empregos, ainda que precários, em todos os espaços para a conquista do sustento das famílias assentadas. Não se trata de “pluriatividade” tampouco de “desenvolvimento”, mas, sim, de precarização do trabalho e de dificuldades de produzir e viver do trabalho na terra. Assim, observando a realidade apresentada no Assentamento Cangussu – BA, entendemos que o discurso da agricultura familiar visa incentivar a precarização do trabalho camponês.

Entendemos que a mobilidade do trabalho realizada deve ser analisada em conformidade com as contradições geradas pelo próprio sistema do capital. Assim, mesmo que a mobilidade se constitua em uma forma de precarização do trabalho, esta, também, contraditoriamente, se transforma em uma estratégia para permanência na terra.

Assim, apesar das dificuldades enfrentadas no Cangussu, os camponeses desenvolvem mecanismos para permanecer na terra, tais como a mobilidade do trabalho e a produção diversificada. A memória do processo de precarização do trabalho vivenciado pelos camponeses antes de (re)conquistarem a terra, também, pode reforçar a necessidade de luta pela condição de ser camponês.

---

[35] Entrevista concedida em 11/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

3.3. MEMÓRIA, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E RESISTÊNCIA NA TERRA: NARRATIVAS DOS CAMINHOS PERCORRIDOS

Os camponeses assentados no Cangussu apresentam, na sua trajetória de vida, uma constante luta contra a expropriação e a precarização do trabalho, tanto no campo, quanto na cidade. Estas questões estão intimamente relacionadas com a trajetória histórica de reprodução social de parte do campesinato no Brasil e se manifestam no plano das memórias, fortalecendo a necessidade da luta pela/na terra.

Acerca dessa discussão, Oliveira (2007) afirma que a luta contra a expropriação é uma característica marcante da reprodução social camponesa. O camponês, produto concreto de um modo de produção pautado na contradição, tem se recriado em um processo de movimentação constante na luta pela terra e trabalho contra o latifúndio. São sujeitos, portanto, que apresentam uma intensa resistência contra a expropriação, pois, mesmo com esta, eles retornam para a terra, ainda que isso signifique abandonar sua região de origem. A história dos camponeses "sob o capitalismo *é* uma história de (e)migrações" (OLIVEIRA, 2007, p. 11), que, conforme o autor, caracterizam um evidente processo de negação da condição de expropriado, uma vez que esses sujeitos ingressam nos movimentos sociais de ocupação de terras com o objetivo de reconquistá-la.

O processo de expropriação, de maneira geral, é compreendido como base fundante da "ideologia capitalista de liberdade". Um dos princípios desse modo de produção é a separação dos trabalhadores dos meios de produção (OLIVEIRA, 2007), garantindo a possibilidade de sujeição do trabalho ao capital e a extração da mais-valia.

Conforme Martins (1982), os conflitos mais violentos no campo brasileiro estão diretamente relacionados à questão da expropriação da terra. Tal processo efetiva-se na expulsão de inúmeros camponeses, garantindo a existência contínua de uma força de trabalho livre, "despojada de toda a propriedade" (MARTINS, 1982, p. 12).

Essa força de trabalho livre, disponível para ser explorada, vivencia agora a precarização da força de seu trabalho na condição de sem-terra. Dessa forma, conforme Thomaz Júnior (2006), a intensificação do caráter destrutivo da

acumulação do capital tem gerado o aumento da pauperização de trabalhadores no campo e nas periferias das cidades:

> [...] que nessa viragem do século XXI está ainda mais acentuado e mundializado, pois os indicadores sociais mostram que, a despeito de um êxodo rural de 50 milhões de pessoas, o número de pobres e famintos nos campos não diminui, o que implica no surgimento de mais de 40 milhões de novos pobres e famintos, sem condições de trabalho. Esse processo revela os seguintes traços comuns: renovação intensa da miséria rural e da miséria urbana, considerando que as pesquisas mostram as correntes migratórias de camponeses desterreados para os centros urbanos, e a manutenção da concentração da estrutura fundiária (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 142-143).

Assim, com o objetivo de “blindar qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado” e de “deteriorar e precarizar as condições de trabalho” em escala cada vez mais ampla, a classe dominante intensifica a concentração de riquezas (terra, renda, capital) e priva diversos camponeses de garantir a sua reprodução social na terra de trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 141-143).

Os camponeses que residem no Cangussu apresentam, na trajetória de vida e nas memórias, os elementos apontados por Oliveira (2007), Martins (1982) e Thomaz Júnior (2012). Com base na pesquisa de campo, podemos afirmar que a expropriação e a precarização do trabalho foram os fatores, diretos ou indiretos, que mais influenciaram na decisão dos assentados de lutarem pela terra.

O fato de terem vivenciado essa trajetória de precariedade do trabalho não apenas se configura como o principal motivo para que tais sujeitos tenham ingressado na luta pela terra, mas, também, se torna um fator para que resistam pela permanência:

> Eu já trabalhei de segurança, já trabalhei de muitas outras coisas. [...] Meus pais sempre foram agricultores e eu continuei sempre tendo uma influência por terra toda a vida. Sempre quis labutar na terra. [...]. A vida era ruim sem eu ter a terra aqui para trabalhar. Era mais difícil, porque, com toda a dificuldade aqui, a gente planta, a gente come. Aqui você pode olhar, aqui eu tenho tudo. Aqui você pode rodar, meu quintal é todo cheio de laranja, abacate, tudo. Tudo que

> eu acho, eu planto um pouquinho. Então, passar fome, não passa. Já fora da terra sua, a coisa é mais complicada (Felipe, 56 anos)[36].

A fala de Felipe, além de deixar evidente a questão da melhoria de vida após a reconquista da terra, sugere que as dificuldades vivenciadas antes da posse da terra são retomadas com o objetivo de negar a condição de trabalho precarizado. Nesse sentido, as memórias de um passado de pauperidade no mundo do trabalho reforçam a resistência pela permanência na terra.

A realidade exposta no relato não aparece de forma pontual. De acordo com as entrevistas realizadas com os camponeses do Cangussu, são diversas as memórias desses sujeitos em relação às condições adversas de trabalho experimentadas durante as trajetórias de vida e que reforçam a importância da luta pela permanência na terra de trabalho:

> Sempre eu morava na fazenda dos outros. Eu tinha o sonho de conseguir uma terra para mim trabalhar, por conta própria, sair dali. Quando surgiu lá a oportunidade de ocupar a terra no Cangussu, aí eu falei: eu vou lá! [...]. Só que eu era empregado lá na fazenda ai eu falei, e agora o que eu vou fazer? [...]. Ai eu pensei, eu sempre na fazenda trabalhando, era ruim porque não era muito que eu ganhava, e eu trabalhava demais, toda vida foi assim. Eu só saio da minha terrinha só depois de morto (Edilson, 55 anos)[37].

Ao narrar as dificuldades vivenciadas na venda da força de trabalho no campo, a fala de Edilson evidencia que a condição de sem-terra exacerbou as dificuldades de reprodução da vida, favorecendo a venda da força de trabalho em fazendas. Mas, na contramão desse processo, ele retorna à terra, por meio da luta, ocupando-a em evidente processo de conflito de classes e mantendo na memória a necessidade de resistir na terra de trabalho, já que a perda significaria retorno às condições de trabalho precário.

As memórias da precariedade do trabalho também são evidenciadas na busca pelo trabalho que esses assentados empreenderam nas cidades, conforme esta fala de entrevista realizada em campo:

---

[36] Entrevista concedida em 11/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

[37] Entrevista concedida em 11/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

> A cidade não oferecia nada pra gente […]. Às vezes conseguia um bico, mas também já fiquei sem trabalhar. Os filhos passando necessidade... É difícil você ver a família passando essas coisas assim. A saída foi partir para a zona rural, para o movimento sem-terra. [...] a gente teve que lutar muito e ainda tem, né? (Anderson, 53 anos)[38].

Na busca de trabalho no espaço urbano, conforme narrativa de Anderson, esses sujeitos sem-terra têm o direito à cidade negado. As relações de trabalho fundamentadas no subemprego e o desemprego nortearam a decisão dessas famílias de lutar pelo retorno à terra de trabalho e consolidaram a necessidade de resistência na terra. As memórias desses sujeitos, portanto, demostram, ao mesmo tempo, a importância da conquista e da permanência na terra para a reprodução social camponesa e a negação das condições de vida precarizadas, outrora vivenciadas por eles.

Assim, existem, no Assentamento Cangussu, camponeses que, após a perda da terra, se dirigiram ao campo com a finalidade de trabalhar nas fazendas. Outros, também camponeses sem terra, foram em direção à cidade e enfrentar um processo de sujeição de sua força de trabalho naquele espaço. Tais trajetórias, embora por vezes diversas, apresentam, como característica central, a precarização das condições de vida desses sujeitos.

Tal processo de precarização, contraditoriamente, fornece elementos para que esses sujeitos permaneçam atualmente na terra. Na sua histórica reprodução da vida, esses camponeses, ao retomarem as memórias das situações de desemprego, subemprego e extensa jornada de trabalho realizadas, tanto no campo, quanto na cidade, fortaleceram o posicionamento político de continuar na terra, estabelecendo, assim, oposição aos projetos da classe dominante para o campo, sobretudo na manutenção da concentração fundiária, igualmente necessária para ampliação da acumulação do capital.

Com o objetivo de contestar tais estratégias de resistência, a classe dominante põe em prática uma série de mecanismos para garantir a manutenção dos seus interesses no campo, em especial, no campo brasileiro. Entre tais

---

[38] Entrevista concedida em 19/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

mecanismos, está o papel da ideologia dominante, fomentada pelo Estado burguês e pelo discurso do “desenvolvimento”, que viabiliza a expansão do capital financeiro com a execução de políticas públicas voltadas à difusão do modelo da agricultura familiar nas unidades de reprodução camponesa.

Nesse sentido, o Estado, com o discurso da agricultura familiar e da conformação de uma memória institucionalizada, em consonância com o interesse da classe dominante, beneficia a expansão da esfera financeira do capital com políticas que degradam as condições de sobrevivência da classe camponesa, processo também presente no assentamento em estudo.

4. MEMÓRIA, ESTADO E DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR

4.1. A QUESTÃO DO ESTADO E O DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O processo de conformação do discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante envolve diretamente o papel que o Estado tem realizado na dinâmica de acumulação do sistema capitalista (HARVEY, 2006) e a utilização de outros discursos ideológicos que visam escamotear as contradições geradas pelo conflito existente entre capital *versus* trabalho.

Nesse sentido, consideramos importante refletir sobre alguns aspectos centrais acerca do que entendemos por Estado para, assim, compreendermos seu papel na manutenção do sistema vigente, uma vez que, "atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado" (HARVEY, 2006, p. 77).

Afirmamos, inicialmente, que o próprio surgimento do Estado está relacionado com o processo de produção e reprodução material da sociedade. Segundo Engels (2000), com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, a necessidade de uma instituição que proteja e legitime a propriedade privada e os demais interesses relacionados à constituição de uma classe dominante se tornou crucial:

> [...] a riqueza passou a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da *gens* foram pervertidas para justificar a obtenção de riquezas pelo roubo e pela violência. Só faltava uma coisa: uma instituição que não só protegesse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e declarasse essa consagração como a finalidade mais elevada da comunidade humana, mas também imprimisse o selo do reconhecimento da sociedade as novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras e, portanto, a acumulação cada vez mais acelerada das riquezas; uma instituição que não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar aquela que pouco ou nada possuía e a dominação da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Foi inventado o Estado (ENGELS, 2000, p. 135).

Nas análises, fica evidente que o Estado é entendido como um poder que não se origina separadamente das próprias contradições e condições materiais da sociedade:

> O Estado não é, portanto, de modo algum, um poder que é imposto de fora da sociedade e tampouco é “a realidade da ideia ética”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirmava Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado (ENGELS, 2000, p. 209-210).

Baseados na análise apresentada por Engels (2000), compreendemos que a atuação e o papel do Estado estão relacionados com o processo de desenvolvimento das contradições que permeiam a luta de classes. No sistema capitalista, considerar este princípio como ponto de partida para entender a relação entre Estado e ideologia é fundamental, uma vez que é, também, por meio desta instituição que uma série de políticas e programas destinados ao espaço agrário são efetivadas, difundindo e sustentando os discursos ideológicos construídos pela classe dominante.

Constatamos, assim, que o Estado tem sido utilizado, ao longo da história da luta de classes, como um instrumento de dominação. No entanto, esse aspecto da funcionalidade do Estado gera, segundo Harvey (2006), uma contradição:

> O uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos [...] (HARVEY, 2006, p. 78).

Para Harvey (2006), ao considerá-lo como instrumento de dominação, a classe dirigente precisa conseguir realizar seus interesses por intermédio do Estado, de forma que a sociedade endosse tais interesses. Para tanto, Harvey (2006) demonstra que “essa contradição se resolve pelo emprego de duas estratégias”

(HARVEY, 2006, p. 79): a primeira estratégia é realizada por meio da aparente autonomia e independência que o Estado apresenta em seu funcionamento; a segunda estratégia, central para o debate realizado nesta dissertação, refere-se à conexão existente entre Estado e ideologia (HARVEY, 2006). Com relação este último aspecto, Marx e Engels (2009) entendem que, para que haja um processo real de dominação de classe, faz-se necessária a "transformação" dos interesses gerais da classe dominante em interesses "universais" da sociedade como um todo:

> [...] cada nova classe que se coloca no lugar de outra que dominou antes dela é obrigada, precisamente para realizar o seu propósito, a apresentar o seu interesse como o interesse universal de todos os membros da sociedade [...] precisa dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas ideias racionais e universalmente válidas. A classe revolucionária [...] surge desde o princípio, não como uma classe, mas como representante de toda a sociedade [...] (MARX; ENGELS, 2006, p. 69).

Assim, a classe dominante precisa universalizar os interesses particulares, de forma que o conjunto da sociedade considere tais interesses como seus. Essas ideias, entendidas como formas ideológicas, encontram no Estado poderosos mecanismos de difusão.

Seguindo esta linha interpretativa, Lima e Conceição (2009) afirmam que, embora a "atuação do Estado não se apresente de modo uniforme ao longo da história", uma vez que ela se altera "na proporção exigida pela correlação de força das classes sociais e desenvolvimento das forças produtivas", esta instituição usa a manipulação ideológica como uma das atribuições orgânicas de funcionamento (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 4).

Entendemos, dessa forma, que, no sistema capitalista, o "Estado age, na sua integralidade, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do capital" (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 5) e uma das formas de atuação é promover a acumulação do capital utilizando o discurso do desenvolvimento:

> Com a insígnia do desenvolvimento, o Estado tornou-se primaz colaborador/indutor da acumulação capitalista, pois difundiu com eficácia a possibilidade de elevarem-se as condições sociais através do crescimento econômico (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 5).

Assim, o discurso do desenvolvimento, difundido e propagado pelo Estado com a execução de programas e políticas nos diversos espaços de reprodução social, apresenta “uma historicidade concreta que revela seu caráter de instrumento ideológico do capital” (GÓMEZ, 2002, p. 2). Não queremos afirmar, com isso, que o desenvolvimento não se constitua em uma dinâmica possível. O próprio amadurecimento da sociedade, nos diversos momentos históricos, demonstra, justamente, o contrário (MARX; ENGELS, 2009). No entanto, na conjuntura do sistema capitalista, a realidade do desenvolvimento material da sociedade é apropriada e manipulada ideologicamente pela classe dominante, por meio do Estado, para justificar/representar seus interesses.

No que se refere ao caráter ideológico, o discurso de desenvolvimento pode ser entendido como sinônimo linear de progresso, como “a elevação de um estado reconhecido como inferior ou não satisfatório, rumo à situação desejada” (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 5). O desenvolvimento, nessa perspectiva, exprime tão somente o avanço da dinâmica de acumulação do capital, sendo que seu alcance é apenas uma possibilidade no modo de produção vigente (MÉSZÁROS, 2011).

Nessa concepção de desenvolvimento, portanto, além da flagrante linearidade que desconsidera as próprias contradições e conflitos que permeiam o processo de reprodução social da humanidade, apresenta-se, *pari passu*, um caráter de mistificação da realidade: o discurso de desenvolvimento oculta a possibilidade (e a necessidade) de uma mudança estrutural da sociedade, não mais baseada na contradição capital *versus* trabalho (MÉSZÁROS, 2014).

É com base em tais pressupostos que podemos entender o discurso de desenvolvimento como forma de ideologia da classe dominante. Valendo-nos da análise de Mészáros (2014) acerca da funcionalidade ideológica do “progresso científico”, entendemos que, para que uma forma ideológica seja aceita e endossada pelo conjunto da sociedade, é necessário que ela contemple aspectos verdadeiros (mas parciais) da realidade:

> Naturalmente, sob o impacto do poder sem precedentes da auto-expansão do capital, o fato da mudança histórica – inevitavelmente trazendo consigo novas circunstancias e novos tipos de conflito e interação social, anteriormente inimagináveis – não poderia ser negado nem mesmo pela mais grosseira apologética. Na verdade, não era necessário negar totalmente a realidade das mudanças

> socioeconômicas e culturais instituídas; especialmente porque os representantes da ideologia dominante desejavam atribuir, com entusiasmo, o crédito das realizações “progressistas” dos novos desenvolvimentos produtivos ao próprio sistema social capitalista (MÉSZÁROS, 2014, p. 253).

Dessa forma, o discurso de desenvolvimento assume um viés ideológico de classe dominante, na medida em que se apropria de um aspecto da realidade, a saber, o amadurecimento das relações de produção. Assim, o amadurecimento das relações de produção, que está vinculado com a própria dinâmica de produção material da sociedade em momentos históricos que não se restringem ao capitalismo, é dissociado “dos processos e contradições sociais objetivos” e vinculado, somente, ao sistema do capital, se tornando, assim, uma ideologia (MÉSZÁROS, 2014, p. 253).

Ainda em relação ao entendimento do discurso de desenvolvimento como forma de ideologia dominante, utilizando-nos das análises de Mészáros (2014), destacamos que, para que esta ideologia do desenvolvimento seja totalmente eficaz, além de apresentar um aspecto mistificado da realidade, ela precisa assumir um caráter a-histórico, vazio de temporalidade:

> Não obstante, [os representantes da ideologia dominante], tinham de enfrentar e resolver uma não negligenciável dificuldade. Para ser completamente eficaz, sua racionalização ideológica da ordem existente tinha de ser expressa tanto como algo historicamente específico – para ser capaz de se aproveitar do melhor modo possível as pretensas realizações – como, ao mesmo tempo, aprioristicamente perene, para excluir a possibilidade, sem mencionar a necessidade, de uma transformação histórica radical. Desse modo, era preciso encontrar um modo de assegurar um “tipo correto de avaliação” das inegáveis mudanças, que não interferisse com a ideologia que insistia na naturalidade e na insuperabilidade da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2014, p. 253).

Dessa forma, além de contemplar, ainda que de maneira deturpada, algum aspecto factual da sociedade, o discurso do desenvolvimento, ao ser utilizado como ideologia, é circundado de uma temporalidade abstrata, aprioristicamente perene. Essa aparência anistórica do desenvolvimento é viabilizada por uma análise positivista de progresso, baseada fundamentalmente no entendimento de que “o sistema de produção de mercadorias” é “idealmente adequado para a satisfação”

das necessidades da sociedade de forma perene e constante (MÉSZÁROS, 2014, p. 253).

A utilização ideológica do discurso de desenvolvimento pelo Estado apresenta, ao longo de sua trajetória, estes dois aspectos fundamentais: baseia-se em um elemento mistificado da realidade e apresenta uma temporalidade abstrata. Estes fatores podem ser encontrados nas diferentes contextualizações históricas de atuação do Estado. Segundo Lima e Conceição (2009), um desses momentos pôde ser percebido durante a vigência do paradigma produtivo taylorista/fordista, quando coube ao Estado intervir diretamente na economia e assegurar o consumo das mercadorias produzidas em massa:

> A intervenção do Estado deveria se realizar com o objetivo de assegurar o consumo, para isso, fazia-se necessário os investimentos em infraestrutura, como forma de galvanizar a produção e aproximar-se do pleno emprego (uma vez que o consumo condicionava-se a possibilidade de absorção por parte dos trabalhadores). Sendo assim o Estado, sem perder suas atribuições irrevogáveis, estava convocado a integrar-se plenamente aos propósitos nada decorosos do capital. O capitalismo não podia mais renunciar o poder estatal na regulação da sua dinâmica, como condição para a sua a própria manutenção. [...] Com o resgate do Estado, sua ação no plano interno das nações foi pautada na política do Welfare State, onde a importância estatal procurava se basear nas macropolíticas sociais que promovessem as melhoras frequentes na educação, saúde e direitos sociais. [...]. Nesse momento o desenvolvimento retorna ao centro da retórica que engendrava as políticas públicas, sendo que seu fundamento pautar-se-á não mais na liberdade incondicional do mercado de guiar o rumo da economia mundial a seu bel-prazer, mas numa parceria mais eficiente – capital encarnado no Estado. Dessa forma o desenvolvimento continuava a ser exortado nas políticas públicas, sendo o Estado seu principal indutor. Através das potencialidades nacionais, de sua capacidade atrativa de capitais internacionais, além dos investimentos estatais na viabilização do crescimento industrial e agrícola se alcançaria o famigerado desenvolvimento (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 7).

Nesse sentido, no contexto do paradigma produtivo taylorista/fordista, o discurso ideológico de desenvolvimento veiculado pelo Estado consistia em crença no crescimento ininterrupto da acumulação do capital, de forma harmônica, embasado por um “compromisso” entre burguesia e proletariado, mediado pelo Estado. Mesmo que restrito aos países de capitalismo “avançado”, até o final da década de 1960 o discurso de desenvolvimento, difundido na forma de atuação do

“Estado-providência”, sustentou a retórica de que não era necessário mudança radical da estrutura social para se alcançar o tão desejado estágio de desenvolvimento duradouro.

Segundo Lima e Conceição (2009), o contexto de reestruturação produtiva, a partir da década de 1970, utiliza o discurso de desenvolvimento por parte do Estado de forma diferenciada. Com a prevalência do capital financeiro, tem-se, agora, uma dinâmica de investimentos financeiros coordenados por ação de organismos internacionais de controle – a exemplo do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

> O Estado, novamente, terá sua função alterada. Serão preservadas suas incumbências de coerção e legitimação, mas numa atuação distinta. A ele já não mais serão delegadas as tarefas pela promoção parceira do crescimento econômico e do bem-estar da população. [...] se propagará a idéia de um Estado mínimo. Isso significa a redução do alcance das ações estatais, ou seja, uma mudança de enfoque em sua atuação, onde as famosas políticas sociais, materializadas no Welfare State deveriam ser veementemente desmanteladas mantendo, entretanto, o apoio incondicional aos monopólios do capital e a ciranda financeira [...]. Cria-se, então, o denominado Estado neoliberal que consiste numa faceta dessa instituição imprescindível ao capitalismo, que se afasta das responsabilidades concebidas como primordiais a realização do chamado cidadão, num processo austero de redução e alcance das políticas públicas. [...]. Assim ao invés de aguardar do Estado sua ação redentora, propiciando o tão almejado desenvolvimento, a chamada sociedade civil será convocada a tomar as rédeas na busca pelo progresso. Por isso o empreendedorismo tornar-se-á o mote ideológico dessa nova fase do capitalismo mundializado. Os indivíduos terão que mostrar suas habilidades que até então, estavam adormecidas com a intervenção estatal, através de uma concorrência que premiará os atributos singulares dos diferentes locais/territórios. Ou seja, a retórica envelhecida do discurso do desenvolvimento se plasma na dimensão política escalar na institucionalização do território, enquanto local de empreendimento, passando a disseminar institucionalmente o planejamento estratégico territorial como perspectiva de autodesenvolvimento local/territorial (LIMA; CONCEIÇÃO, 2009, p. 9).

O ideário neoliberal contemplou o processo de reestruturação produtiva com a privatização acelerada, o enxugamento do Estado e a execução de políticas fiscais e monetárias afinadas com a financeirização da economia. O discurso de desenvolvimento, outrora sustentado pela atuação do Estado na realização das políticas sociais típicas do Welfare State, é progressivamente desconstruído

(ANTUNES, 2005) e substituído pela retórica do empreendedorismo, da participação do indivíduo no mercado e da apropriação da esfera local como polo de desenvolvimento:

> Nesta interpretação do desenvolvimento é que o desenvolvimento local ganha todo seu sentido. [...]. As estratégias de desenvolvimento local promovem o fortalecimento individual de um território de escala local com o intuito de prepará-lo para competir com outros locais vizinhos ou de inserção mercadológica similar dentro da economia mundial, dinamizando dessa forma a circulação e acumulação do capital (GÓMEZ, 2002, p. 4).

O discurso de desenvolvimento, difundido pela classe dominante e fomentado pelo Estado, na sua face neoliberal, ao eleger a esfera local/individual como lócus de atuação, oculta "o conflito capital x trabalho via participação e consenso de 'todas as forças sociais' nas medidas que buscam desencadear o desenvolvimento" (GÓMEZ, 2002, p. 4). Nesse sentido, esse discurso ideológico visa "anular" os antagonismos de classe presentes na sociedade, uma vez que homogeiniza e harmoniza as relações presentes, tanto no campo, quanto na cidade, subjugando tais espaços "à disciplina [...] do capital, que interna e externamente se regula mediante os mecanismos de mercado" (GÓMEZ, 2002, p. 4).

Concluímos, desse modo, que o discurso de desenvolvimento tem operado de forma ideológica em diferentes conjunturas, de modo a garantir a dinâmica de acumulação do capital. O Estado, entendido como uma instituição que "arbitra" o conflito de classes, ao mesmo tempo defende os interesses individuais burgueses e difunde ideologicamente seus princípios, fato constatado pela própria utilização do discurso de desenvolvimento por esta instituição.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva e a expansão da pragmática neoliberal ocorrem, de maneira mais evidente, a partir da década de 1990, com a implantação de receituários da acumulação flexível que, direcionados pelos organismos internacionais de controle (especialmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), promovem o aprofundamento das desigualdades sociais no campo e na cidade (ANTUNES, 2006).

No campo brasileiro, a implantação do modelo de modernização da agricultura foi um dos principais elementos a evidenciar a reestruturação produtiva e

a expansão do neoliberalismo na pequena propriedade agrícola. De acordo com Conceição (2013), a partir da década de 1990, o Estado executa uma série de políticas que visam à expansão do modelo agroexportador, baseado no incremento tecnológico e na subordinação ao capital financeiro internacional, segundo os princípios que constituem o discurso de desenvolvimento na contemporaneidade.

Assim, com o objetivo de integrar as pequenas unidades de produção camponesa ao mercado, a classe dominante, por meio da atuação do Estado via promoção de políticas e programas para o espaço agrário, vincula o discurso ideológico de desenvolvimento ao discurso da agricultura familiar que, conforme analisamos no capítulo 2 desta dissertação, defende a transformação da reprodução camponesa em um modelo "desenvolvido" de produção agrícola que, fundamentando na gestão familiar e na utilização de tecnologias e insumos agrícolas, apresenta alto grau de inserção ao mercado. É baseado nesse pressuposto que se faz necessário refletir sobre o conteúdo ideológico presente na elaboração e difusão do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e as implicações para a classe camponesa.

4.2. AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E A ELABORAÇÃO DO PRONAF: A TENTATIVA DE CAPTURA DA REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO CANGUSSU - BA

As transformações conjunturais realizadas no sistema do capital a partir da década de 1970 potencializaram os aspectos destrutivos da busca do capital pela constante valorização do valor (MÉSZÁROS, 2011). Com o objetivo de manter os patamares de extração do lucro, agora ameaçados pela crise estrutural, "iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação" (ANTUNES, 1999, p. 31), apresentando, como principais características, a financeirização da economia, a adoção da pragmática neoliberal e a transformação cada vez mais intensa da força de trabalho em mercadoria supérflua (MÉSZÁROS, 2006).

Na década de 1990, os mecanismos destrutivos desse processo de reorganização são realizados no Brasil. Incorporando a cartilha de transformações

efetuadas pelos países da tríade capitalista (ANTUNES, 1999), o processo de reestruturação produtiva no Brasil torna-se evidente pela crescente “flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais”, pela utilização de “novas formas de gestão da produção e do trabalho” e pela “condução política em conformidade com o ideário” neoliberal (ANTUNES, 1999, p. 18-19).

No campo, esse processo de reorientação do paradigma produtivo do capital é singularmente perceptível. Segundo Thomaz Júnior (2004), os contornos gerais desse processo podem ser verificados nas “intensificações da mecanização”, na promoção da chamada “política de desenvolvimento rural em detrimento da Reforma Agrária”, nas “novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital” e nas “novas formas de contratação e de pagamento” (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 16).

Tais características do processo de reestruturação produtiva do capital no campo brasileiro expressam, também, a dinâmica de expansão das diretrizes neoliberais. Conforme salientam Veltmeyer e Petras (2008), a expansão da era neoliberal foi viabilizada na América Latina pela

.

> (i) *privatização* dos meios de produção social [...]; (ii) *desregulamentação*: o desmantelamento do aparato regulador do Estado; (iii) *liberalização financeira e comercial* [...], abrindo a economia para as forças do mercado mundial; e (iv) *descentralização*: uma das inúmeras políticas planejadas para “enxugar” o aparato administrativo do Estado, tirando a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico-social e político do Estado concebido como predatório e que viveria de propriedades e investimentos, conforme proponentes da “nova economia política” para a “sociedade civil”, dando a ele a posição de parceiro estratégico na guerra do Banco Mundial contra a pobreza e em favor da constituição de um regime de “boa governança” (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 83).

Assim, a intenção da classe dominante, ao executar tais reformas políticas, é clara: “acumular capital numa escala global e proceder desta forma no interior da estrutura institucional e das regras da nova ordem mundial de globalização neoliberal” (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 83).

Nesse sentido, as políticas públicas direcionadas para o campo, no contexto neoliberal, promoveram a intensificação da concentração fundiária “e outros meios de produção, colocando o camponês “numa relação conflituosa com os grandes proprietários e com o agronegócio que favoreceu os últimos”, forçando “os

camponeses a abandonarem ou venderem suas terras, dada a produtividade insuficiente, a valorização crescente das terras e taxas extorsivas de crédito comercial" (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 83-84).

Dessa forma, a reestruturação produtiva, aliada ao neoliberalismo, desestruturou as condições de vida de camponeses e trabalhadores rurais, aumentando a condição de pobreza e precariedade desses sujeitos. No entanto, como resposta a tais alterações, houve movimentos de resistência protagonizados por camponeses, trabalhadores rurais e indígenas:

> [...] originou-se no campo uma nova onda de movimentos sociopolíticos que, por conseguinte, dominariam a política de resistência na América Latina. Camponeses e trabalhadores rurais sem-terra no Brasil, Paraguai e Bolívia, muitos deles expropriados, proletarizados e empobrecidos; e em muitos lugares (Equador, Bolívia, Chiapas) estabelecidos em comunidades indígenas, organizaram-se e mobilizaram-se contra a mais recente incursão do capitalismo no campo. Neste contexto, a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior e mais dinâmico movimento de origem popular na região, [...] inspirou movimentos similares em outros lugares [...] (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 80).

É nessa conjuntura de conflitos que ocorre a articulação entre Estado e classe dominante, consubstanciada pelo Banco Mundial, com a finalidade de desmobilizar os movimentos sociais que contestavam o projeto do capital para o espaço agrário. Segundo Rodrigues (2012):

> O Estado apelou para a instituição de reformas agrárias de mercado e políticas de credito rural e optou como estratégia a sedução dos líderes dos movimentos, tática urdida na manipulação das lutas e conquistas dos movimentos sociais pela emancipação, afirmação, inclusão e direito, gestando um pacote de políticas que agem para o seu oposto: por meio da domesticação política que esvazia o conteúdo político de suas lutas e que afiança a desmobilização dos movimentos atenuando processos de tencionamentos ao sistema do capital (RODRIGUES, 2012, p. 89).

A atuação do Estado, no que concerne às políticas públicas para o espaço agrário brasileiro, objetivava, por meio dos direcionamentos transmitidos pelas organizações mundiais financeiras, desmobilizar as reivindicações, sobretudo protagonizadas pelos movimentos de luta pela terra. Dessa forma, segundo Gómez

(2006) em 31 de julho de 1994, o Banco Mundial elaborou o relatório *Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources,* indicando uma série de reformulações para a política agrária brasileira:

> Em síntese, o relatório afirma que, diante das distorções criadas pelas políticas em funcionamento até o momento, seria necessária uma mudança no enfoque, colocando num primeiro plano o mercado e o senso empresarial como elementos diretores da nova dinâmica e reduzindo o papel do Estado, nas futuras propostas de desenvolvimento para o meio rural (GÓMEZ, 2006, p. 61).

Embora o relatório indique uma série de “recomendações” para a atuação do Estado na questão agrária brasileira, apresenta a diretriz de promover, de forma empresarial, o modelo da agricultura familiar. Assim, de acordo com Gómez (2006):

> Outro aspecto abordado pelo relatório, também nessa linha de fomento do senso empresarial, no campo, seria a promoção da figura da agricultura familiar. [...]. [...] o Banco Mundial propõe no relatório uma ação em favor da integração no mercado dos pequenos e médios proprietários familiares, os quais seriam os atores principais dessa revitalização econômica do meio rural [...]. [...]. O desenvolvimento no meio rural, portanto, se assentaria na promoção de uma agricultura familiar empresarial integrada no mercado (GÓMEZ, 2006, p. 62-63).

Essas “indicações” determinadas pelo Banco Mundial foram adotadas em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), que, atendendo aos anseios do sistema financeiro internacional, promoveu uma política de desenvolvimento rural de feição mercadológica, utilizando-se do discurso da agricultura familiar.

De acordo com Antunes (2005b), o governo de FHC apresentou duas faces que direcionavam sua forma de atuação: a primeira face consistia na “manutenção de uma política econômica destrutiva, em conformidade” com o que interessava “aos capitais globais” (ANTUNES, 2005b, p. 44); a segunda face exprimia “seu solene traço repressivo” (ANTUNES, 2005b, p. 44). Entendemos que essas duas faces do governo FHC exteriorizaram bem as implicações que a política de desenvolvimento rural, pautada no discurso ideológico da agricultura familiar, gerou para a reprodução

social camponesa: negação das desigualdades no campo brasileiro e sufocamento da luta pela conquista de uma terra de trabalho.

O discurso da agricultura familiar passou, então, a orientar a elaboração de documentos e programas que anunciavam, em suma, a inexistência ou superação do campesinato no campo brasileiro. Conforme veremos no tópico 3.3 desta dissertação, tais documentos e programas promoveram a construção de uma memória institucionalizada acerca da questão agrária brasileira, segundo os interesses ideológicos da classe dominante.

Uma das políticas de desenvolvimento rural elaboradas durante o governo de FHC foi o “Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Planaf), em 1995, que um ano depois se transformou no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)” (GÓMEZ, 2006, p. 69). O Pronaf, segundo as informações disponibilizadas pelo Governo Federal,

> Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares (BRASIL, 2006).

O Pronaf é, portanto, uma política pública que visa integrar o conjunto dos “agricultores familiares” à lógica do mercado internacionalizado do capital, mediante a “modernização” da produção. Percebemos, também, que a pretensão de inserir a unidade de produção familiar “à cadeia do agronegócio” exalta o empreendedorismo, aspecto central para a constituição do discurso ideológico da agricultura familiar como diretriz fundante da produção familiar.

De acordo com informações disponibilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA (2017)), o financiamento concedido por meio do Pronaf pode ser utilizado “para desenvolver sua atividade produtiva, inclusive [...] pode ser tomado para atividades rurais não agropecuárias” (MDA, 2017). O Pronaf, aparentemente, não estabelece um controle direto sobre o destino do financiamento, porém as instituições bancárias que intermedeiam a concessão dos recursos financeiros estabelecem como prerrogativa a escolha da produção agrícola que se

encontra mais afinada com as demandas do mercado nas quais estas estão inseridas:

> A especialização produtiva gerada pelo PRONAF é a situação em que o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que esta financia. Ou seja, o que é mais fácil e historicamente as instituições bancárias têm tradição de financiamento e de operacionalização. Neste caso, os cultivos que se sobressaem é a produção de grãos e de commodities agrícolas como o milho, a soja, o trigo, o fumo [...] (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005, p. 9).

Ao financiar atividades produtivas por meio de instituições bancárias, o Pronaf consuma um dos objetivos das políticas de desenvolvimento rural: tentar subjugar a produção campesina à dinâmica predatória do mercado financeirizado, permitindo, assim, a ampliação das formas de espoliação do capital nos espaços de reprodução camponesa.

De acordo com o MDA (2017), o Pronaf está destinado a todos

> [...] os agricultores familiares que se enquadrem na Lei 11.326 de 2006 e preencham os requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e pela Sead [Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário]. Se o agricultor tiver condições de acesso ao crédito (como estar adimplente e ter um bom cadastro no banco), tiver um projeto bom e viável economicamente, ele vai conseguir o acesso ao crédito. O produtor tem que conduzir as atividades da propriedade com a sua própria família, a mão de obra deve ser predominantemente familiar, pelo menos metade de toda a renda bruta da família precisa ser proveniente do desenvolvimento das atividades dentro da propriedade, que por sua vez, não pode ter área superior a quatro módulos fiscais. [...]. Caso o agricultor preencha os requisitos do programa, ele receberá uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que permite o acesso ao crédito do Pronaf (MDA, 2017).

Os critérios apresentados pelo MDA (2017) para delimitar os sujeitos que podem ter acesso ao Pronaf estão concentrados em duas prerrogativas fundamentais: eles devem se enquadrar na definição de agricultura familiar estabelecida na Lei 11.326[39] de 2006 e devem apresentar um projeto economicamente viável para o financiamento.

---

[39] A Lei 11.326 “estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006). Conforme será discutido no tópico 3.3 desta dissertação, entendemos que a promulgação desta lei fomenta a construção de uma memória institucionalizada hegemônica de caráter ideológico.

No que se refere ao aspecto legal, a lei considera, de forma homogênea, que todas as unidades de produção familiar são formas de agricultura familiar, negando, assim, a especificidade da classe camponesa que, embora inserida nas contradições do capitalismo, resiste à lógica da total subordinação do seu modo de vida ao mercado. Com relação à escolha de um projeto com retorno financeiro garantido, constatamos, novamente, que um dos mecanismos do Pronaf é, justamente, efetivar a constante e total subordinação da produção camponesa ao mercado.

Em suma, o Pronaf, fundamentado no discurso ideológico da agricultura familiar, tem procurado assegurar a acumulação do capital nas unidades de reprodução camponesa, mediante o incentivo à pluriatividade, ao empreendedorismo e à produção agrícola cada vez mais subordinada ao mercado.

As políticas de desenvolvimento rural executadas no espaço agrário brasileiro, em especial, o Pronaf, não são exclusividades do governo FHC. O Estado, sob a égide do capital financeiro e da pragmática neoliberal, continua promovendo a expansão do capital no campo, dinâmica também presente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) (GÓMEZ, 2006).

Assim, o Pronaf, durante a vigência do mandado de Lula, embora tenha incorporado algumas mudanças superficiais, ainda representa os interesses unilaterais da classe dominante para o campo, sobretudo no que concerne aos espaços de reprodução camponesa. Esses aspectos aparecem de maneira clara no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do ano de 2003:

> O acesso a investimentos de longo prazo estará condicionado pelas exigências dos projetos produtivos e pelas metas de produção, renda e excedente de forma a compatibilizar estes compromissos financeiros com o início do pagamento das parcelas anuais do débito ressarcível com a terra e moradia. O crédito de longo prazo do PRONAF, de programas específicos do BNDES e de outros órgãos e instituições federais serão as principais linhas de fomento público à consolidação dos projetos produtivos dos assentamentos, sem prejuízo de programas específicos de capacitação e da garantia da assistência técnica e extensão rural (MDA, 2003, p. 22).

Nesse momento, fazemos a ressalva de que a “política de alianças estratégicas” que os movimentos sociais de luta pela terra têm realizado junto aos

“regimes neoliberais e pseudo-esquerdistas ou de centro esquerda, têm sido um desastre político” em diversas regiões da América Latina, especialmente “no Brasil, no Equador, na Bolívia e no Peru” (VELTMEYER; PETRAS, 2008, p. 111). De acordo com Veltmeyer e Petras, (2008), no caso brasileiro, a aliança do MST com o governo de Lula impediu a atuação do movimento numa abordagem mais combativa, num confronto direto com a atuação do Estado.

Assim, ao observar a manutenção do Pronaf também no governo Lula, Gómez (2006) afirma:

> [...] que há mais continuidades do que rupturas, nas propostas de políticas públicas para o meio rural [...]. Sejam aquelas resultantes dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, sejam as indicações iniciais de um ano e meio de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, observamos que o modelo de desenvolvimento em que se baseiam essas propostas não difere, no essencial, das “sugestões” que o Banco Mundial fez ao governo brasileiro, no início da década de 1990 [...] (GÓMEZ, 2006, p. 84).

A manutenção do Pronaf, desde a década de 1995 até a contemporaneidade, representa os interesses da lógica expansionista do capital no campo brasileiro, e isso independe do governo então vigente. Orientado ideologicamente pelo discurso da agricultura familiar, o Pronaf é um programa de linha de crédito que visa difundir o “novo” modelo de desenvolvimento rural no Brasil com financiamento da produção agrícola nas pequenas propriedades (RODRIGUES, 2012).

Por fim, acerca do Pronaf, afirmamos ainda que a formulação e a execução ocorreram com base na supressão de políticas voltadas especialmente para os assentamentos. Conforme Thomaz Júnior (2004),

> [...] a maioria das conquistas dos trabalhadores são eliminadas e/ou modificadas/fragilizadas, tais como: o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), substituído pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996 e hoje completamente esvaziado e deturpado; o projeto LUMIAR é simplesmente abolido depois de ter alcançado resultados importantes na assistência técnica; e o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), duramente fragilizado (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 24).

A substituição do Procera (mais adequado aos interesses dos camponeses) pelo Pronaf dificultou, em diferentes níveis, as estratégias dos movimentos sociais de luta pela terra (principalmente do MST) contra a pragmática neoliberal no contexto da reestruturação produtiva. Isso porque, contraditoriamente, quando o MST se apropria dessa política sem combatê-la, ele perde a possibilidade política de desconstruir um dos principais mecanismos de sustentação ideológica do discurso da agricultura familiar operante no espaço agrário brasileiro.

No Assentamento Cangussu – BA, o discurso da agricultura familiar assume materialidade no acesso que os assentados obtiveram ao Pronaf. Conforme discussão já realizada, o Pronaf objetiva

> [...] converter o pequeno produtor em pequeno empresário, empreendimento que [...] seria suficiente para resolver os problemas de uma desigual estrutura fundiária, de uma injusta distribuição da renda e da riqueza, de uma organização do trabalho que penaliza fortemente os trabalhadores, enfim, para solucionar a questão agrária brasileira pelas vias do mercado (GÓMEZ, 2006, p. 69).

Assim, uma das estratégias do Pronaf para “converter” o camponês em um “pequeno empresário do campo” é direcionar a produção agrícola desse sujeito. O crédito para financiar a produção é concedido somente para produtos agrícolas que tenham mais saída para o mercado. Assim, quanto mais o camponês homogeiniza a sua produção, mais financiamento ele obtém do Pronaf.

Tais questões apontadas acerca do Pronaf também se materializam no assentamento em estudo. De acordo com as entrevistas levantadas durante a pesquisa de campo, constatamos que os assentados beneficiados com a linha de crédito do programa investiram o recurso na produção de café, produto comercializado pela maioria dos camponeses do assentamento:

> Nós tivemos acesso ao PRONAF. O primeiro PRONAF foi para plantar café [...]. O segundo foi para a recuperação do café. Veio um técnico que fez a avaliação e aí a gente investiu na produção do café porque o retorno dela é mais rápido. Se você pega um crédito assim [...] tem que usar ele para vender o que vende mais (José, 54 anos)[40].

[40] Entrevista concedida em 17/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

A narrativa de José reforça o entendimento de que o Pronaf direciona a produção, de acordo com os ditames do mercado. Como sinalizamos, a região Sudoeste da Bahia passou por um processo de ampliação da produção do café para atender às necessidades de valorização do capital. A produção de café (Figura 11) realizada pelos camponeses do Assentamento Cangussu tem como principal objetivo a comercialização. Nesse sentido, é igualmente estratégico para o capital criar mecanismos de subordinação dessa produção camponesa para garantir a manutenção da acumulação.

Figura 11 - Produção de café direcionada para a comercialização no Assentamento Cangussu, Barra do Choça - BA, 2017

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

A tentativa de valorizar a produção nos parâmetros da monocultura em detrimento da produção diversificada, também direcionada para o autoconsumo, não só promove a vinculação da produção camponesa de forma mais intensa às

intempéries do mercado, como, também, favorece um processo de perda da própria condição de camponês. Segundo Gazolla e Schneider (2005):

> Esta é outra contradição fundamental do Pronaf que, inclusive, age no sentido da vulnerabilização da produção para autoconsumo. No momento em que o agricultor familiar pega um financiamento do Pronaf junto às instituições bancárias, a primeira coisa que lhe ocorre é como vai realizar o seu pagamento. Isso o faz chegar à conclusão que não se pode investir na produção para autoconsumo, pois se gastar os recursos do Pronaf nesta atividade, que não vai lhe gerar um excedente monetário em termos líquidos, como ele vai pagar o financiamento? A saída encontrada, então, é utilizar a força de trabalho familiar e a sua área de terra com os cultivos comerciais e de maior inserção mercantil, o que acaba vulnerabilizando a produção para autoconsumo espacial e temporalmente (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005, p. 8).

Nesse sentido, na sua própria essência, o discurso da agricultura familiar, aparelhado pelo Pronaf, rechaça a "reprodução de formas de produção [...] praticadas pelos camponeses" estruturada na tríade terra, trabalho e família (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 137). A lógica da reprodução camponesa, no contexto "dos rearranjos da ordem metabólica do capital" assume um papel mais proeminente para a acumulação do capital, na medida em que consegue subordinar totalmente o seu processo de "geração de renda da terra" (THOMAZ JÚNIOR, 2006, p. 136-137).

Enfatizamos que o fato de os camponeses destinarem parte de sua produção diretamente para o mercado, como é o caso da produção de café no Assentamento Cangussu, não os desqualifica como camponeses. Conforme analisamos no capítulo 1 desta dissertação, o "modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista" (MARQUES, 2008, p. 59). Nesse sentido, "se, por um lado, o mercado" estabelece vinculação com o campesinato, uma vez que este precisa comercializar a produção para garantir a sobrevivência, "por outro, ele não o organiza", ou seja, estes sujeitos demostram que resistem ao produzirem cultivos determinados pela própria necessidade da família, e não pela dinâmica do mercado (MARQUES, 2008, p. 59).

Ao contrário, o discurso ideológico da agricultura familiar opera a fim de legitimar os mecanismos de captura da reprodução social camponesa, ao tentar controlar totalmente a sua produção, ou, ainda, ao difundir o discurso da necessária transformação desses sujeitos em pequenos "empreendedores" do campo, como

forma de superar as dificuldades que estes vivenciam no trabalho na terra, realidade presente no Cangussu por meio do Pronaf.

As políticas de desenvolvimento rural que o Estado tem realizado para o campo brasileiro, sobretudo a partir da década de 1990, estão diretamente vinculadas a “um projeto ideopolítico de corte neoliberal” e ao processo de reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 2005b, p. 133). Essa dinâmica se expressa no próprio processo de elaboração do Pronaf que, de acordo com os debates realizados, segue a “cartilha” criada pelo Banco Mundial (BM), valorizando, assim, a financeirização das políticas para o espaço agrário. Dessa maneira, segundo Pereira (2005), o Banco Mundial, a partir da década de 1990, financia as políticas governamentais estatais para o espaço agrário:

> Está em curso uma ofensiva política do Banco Mundial (BM) no setor agrário, especialmente latino-americano. Entre 1990 e 2004 o BM fechou com 32 países 45 operações de empréstimo para projetos relacionados à sua política agrária. Somando-se projetos encerrados e em curso, observa-se que a região da América Latina e Caribe responde por 33,3% do total, o Leste Europeu e a Ásia Central, 26,6%, o leste da Ásia e região do Pacífico, 24,4%, a África e Oriente Médio, 13,4% e sul da Ásia, 2,2%. Nota-se, também, que o BM vem acelerando significativamente a aprovação de tais projetos: entre 1990 e 1994, 3; de 1995 a 1999, 19, totalizando US$ 700 milhões; de 2000 a 2004, 25, totalizando US$ 1000 milhões em empréstimos. Paralelamente, o BM vem articulando em diversos países cursos e oficinas para a burocracia estatal diretamente responsável pela implementação de políticas no meio rural, a fim de exercer uma efetiva direção intelectual e moral sobre a definição da política agrária dos Estados nacionais (PEREIRA, 2005, p. 1).

Entendemos, de acordo com os dados apesentados por Pereira (2005), que está em curso um processo de financeirização das políticas voltadas para o campo, visando atender aos interesses do capital no contexto da reestruturação produtiva e do avanço do neoliberalismo. O discurso da agricultura familiar visa legitimar este processo e tem no Pronaf um dos seus principais facilitadores.

O processo de financiamento da produção agrícola realizado pelo Pronaf é intermediado por bancos diversos. Segundo informações adquiridas durante a pesquisa de campo, os camponeses contemplados pelo Pronaf no Cangussu negociaram de forma individual com banco os critérios para a concessão do recurso:

> Hoje nós estamos numa situação, que eu vou te falar [...] O Banco que negociou com a gente tudo, cada um negociou com o Banco. [...] O Banco cobra da gente um seguro. Na hora que a gente pegou o projeto, a gente paga um seguro lá. Na época que eu peguei o projeto, eu paguei mil reais de seguro. Se perder com chuva, o seguro cobria. Se perder com sol, o seguro cobria. Nós já estamos com quatro anos de perda. Fui no Banco para acionar o seguro, e nada. Então, esses acordos com o Banco é só no papel. Na prática, não funciona nada. Eles dão uma papelada para a gente assinar, pagar o seguro que é obrigatório. Mas para nós, não funciona. Você pega um projetinho pequeno, já, logo de cara, o Banco te cobra 1.500 reais (José, 54 anos)[41].

O fato de o Pronaf incentivar a negociação do financiamento em caráter individual, conforme evidencia a narrativa de José, exprime bem o caráter ideológico dessa política. A negociação individual, como explicitamos, é fundamentada na possibilidade de alcançar o "desenvolvimento" segundo a atuação particular do agricultor. Além disso, a negociação estabelecida em caráter individualizado cria dificuldades para que os camponeses obtenham condições mais apropriadas para o pagamento do financiamento, favorecendo, assim, o endividamento:

> Já fui contemplado com o PRONAF A. Recebi 20 mil. As condições de pagamento foi a gente pagar 1.600,00 por ano. Só que a gente não pagou ainda não. Teve uma reunião, eu fui lá, conversei com um rapaz lá. Não tem nem como conseguir. Teve negociação, e a gente não teve nem como negociar (João, 49 anos)[42].

Conforme evidencia a narrativa de João, o Pronaf é subdividido em seis grupos de concessão de crédito: grupo A; grupo A/C; grupo B; grupo C; grupo D; e grupo E (BRASIL, 2006). Cada grupo prevê a concessão de financiamento de acordo com a renda bruta anual da produção agrícola familiar. Constituem parte do grupo A:

> agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de

[41] Entrevista concedida em 17/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

[42] Entrevista concedida em 10/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

> investimento sob à égide do PROCERA ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF; e beneficiados por programas de crédito fundiário do Governo Federal (BRASIL, 2006, p. 1).

Conforme evidenciado na pesquisa de campo, o Pronaf não é uma política elaborada para atender às necessidades dos camponeses, não importando o grupo que tal política tente encaixá-los. Conforme apontado por Rodrigues (2012), quando esses sujeitos são incorporados ao universo do agricultor familiar, espera-se que eles operem de forma articulada à lógica do agronegócio, priorizando a produtividade em crescente escala, a expansão da monocultura e todas as outras relações que subsidiam a extração da renda da terra pelo capital (RODRIGUES, 2012).

Ao direcionar a concessão do financiamento à produção de café, os camponeses do Cangussu, que não dispõem das mesmas condições técnicas de infraestrutura dos grandes produtores de café, passam por perdas recorrentes:

> O ano passado foi perda total de café. Perdeu tudo. O ano retrasado, perdeu mais de 80%. E no outro, perdeu mais de 60%. Para você ver, são três, quatro anos de perda seguida. Como você vai conseguir pagar um projeto assim? Não consegue. Aí, como a gente é insistente, a gente vai lá, conversa com o Banco e vai dialogando. Eu negociei a parcela no ano passado, mas depois o Banco recuou um pouco, aí eles disseram que a gente tem que pagar no final do ano. Mas a gente está aí, flutuando, sem saber como é que vai pagar. Porque a roça não produziu mais. Eu fiz um questionamento com o Banco, mais aí disseram que não pode fazer nada. Aí está aí neste embaraço e vamos ver o que vai dar (José, 54 anos)[43].

Nesta fala de José, observamos que o Pronaf, contraditoriamente, intensifica as dificuldades de sobrevivência dos camponeses, uma vez que tem como princípio a exclusão dos sujeitos que dispõem de poucas condições concretas para investir nas unidades produtivas. Para Conceição (2007):

> [...] a linha de crédito do PRONAF tem mantido os mais pobres, os desprovidos da terra, excluídos da possibilidade de permanência nela, já que as exigências bancárias só têm permitido acesso aos

[43] Entrevista concedida em 10/06/2017 por um camponês residente no Assentamento Cangussu – BA.

> recursos do programa de crédito para quem detém a propriedade ou que pode penhorar bens (CONCEIÇÃO, 2007, p. 83).

No Cangussu, tal contradição se materializa na impossibilidade que os assentados apresentam de cumprir as exigências bancárias de pagamento do financiamento, em razão das constantes dificuldades para garantir a produção do café de forma ininterrupta. Assim, esta política, fundamentada no discurso da agricultura familiar, nega as especificidades concernentes à reprodução camponesa, ao mesmo tempo em que promove a subordinação desses sujeitos às estratégias de espoliação do capital.

Concluímos que o Pronaf faz "coro às políticas internacionais sob o comando das instituições financeiras internacionais que determinam a ampliação das monoculturas" e do modelo do agronegócio no campo (CONCEIÇÃO, 2013, p. 5). No Assentamento Cangussu – BA, o Pronaf orienta a produção dos camponeses aos ditames do Estado, estabelecendo quais produtos agrícolas devem ser cultivados como condição para a concessão de crédito.

No Assentamento Cangussu, o discurso da agricultura familiar é instrumentalizado pelo Pronaf. Ao se apropriarem desse programa, os sujeitos endossam aspectos da ideologia dominante, que visam negar as contradições de classe presentes no espaço agrário através da utilização da figura do agricultor familiar. De acordo com Mészáros (2008), esta questão pode ser entendida à luz do próprio poder de mistificação da ideologia dominante:

> Deve-se enfatizar que o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas também porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à preponderância da mistificação, por meio da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, "consensualmente", valores e diretrizes que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 2008, p. 8).

Mesmo endossando aspectos ideológicos que são antagônicos aos seus interesses de classe, contraditoriamente, esses sujeitos também estabelecem oposição a tal ideologia ao resistirem à lógica da monocultura, realizando a produção diversificada.

A retórica de que é possível superar as desigualdades sociais que marcam o espaço agrário com políticas de desenvolvimento apresenta como legitimador ideológico o discurso da agricultura familiar. No que concerne às unidades de reprodução camponesa, esta ideologia propõe que a saída para as dificuldades vivenciadas pela classe camponesa é se submeter, cada vez mais, aos ditames do capital. Nesse sentido, o discurso da agricultura familiar se constitui em ideologia dominante difundida pelo Estado, na medida em que visa expandir as possibilidades de acumulação do capital e ocultar o fato de que as desigualdades sociais são provenientes da própria contradição existente entre capital e trabalho e, portanto, só podem ser superadas com uma mudança estrutural do sistema capitalista.

No entanto, a difusão do discurso da agricultura familiar como forma de ideologia dominante não opera somente no plano da constituição de políticas públicas que visam negar a contemporaneidade da luta de classes no campo brasileiro. Esse discurso também é reproduzido no plano da memória, onde o Estado e a classe dominante constroem uma memória institucionalizada acerca da questão agrária brasileira afinada com os seus interesses.

4.3. MEMÓRIA INSTITUCIONALIZADA E DISCURSO IDEOLÓGICO DA AGRICULTURA FAMILIAR: A TENTATIVA DA NEGAÇÃO DO CONFLITO DE CLASSES NO CAMPO BRASILEIRO

No ano de 2017, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou o Caderno "*Conflitos no Campo – Brasil 2016"*, que apresenta os dados dos conflitos ocorridos no campo brasileiro durante o ano de 2016. De acordo com esse relatório, as lutas realizadas por camponeses, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas e indígenas contra o "avanço do capital sobre pequenos nichos que ainda resistem a se incorporar e se submeter totalmente às leis do mercado 'todo poderoso'" (CPT, 2016, p. 10) em curso no campo brasileiro atingem novo recorde em 2016:

> 61 assassinatos, mais de 5 por mês (entre as vítimas, 16 jovens de 15 a 29 anos, 01 adolescente e 06 mulheres). No quadro dos últimos 25 anos, número superior a esse só em 2003, com o registro de 73 assassinatos;
> 1.079 ocorrências de conflitos por terra, (ações em que há algum tipo de violência - expulsão, despejo, assassinatos, tentativas de

> assassinato, ameaças de morte, prisões etc.). É o número mais elevado nos 32 anos de registros da CPT;
> 1.295 no total do conjunto dos conflitos por terra - soma de ocorrências, ocupações/retomadas, acampamentos - média de 3,8 conflitos por dia. Número mais elevado desde 2006;
> 172 conflitos pela água, número mais elevado desde quando a CPT iniciou o registro em separado destes conflitos em 2002;
> 1.536 conflitos no campo – soma de conflitos por terra, pela água e trabalhistas média de 4,2 conflitos por dia. Número mais elevado desde 2008 (CPT, 2016, p. 11).

Os dados alarmantes apresentados pela CPT – 61 assassinatos no campo, que incluem, entre as vítimas, jovens, adolescentes e mulheres; 1.079 ocorrências de conflitos por terra que envolvem algum tipo de violência; eclosão elevada de conflitos por água e a ocorrência de conflitos que envolvem questões trabalhistas –, em essência, não só demonstram que a violência e a repressão ainda são aparatos fundamentais da classe dominante para “conter” as lutas no campo, como deixam evidente que, apesar da existência da intensa difusão dos discursos ideológicos de superação ou negação dos antagonismos de classes no espaço agrário brasileiro, estas lutas continuam sendo bem reais.

É nesse contexto de lutas que entendemos a funcionalidade da difusão de discursos ideológicos no campo brasileiro ajustados aos interesses da classe dominante, que têm papéis bem definidos: ocultar a existência de uma questão agrária, que só pode ser resolvida a partir da mudança radical da própria sociedade; difundir o discurso de que as desigualdades estruturais do campo podem ser resolvidas por meio das políticas de desenvolvimento rurais; e negar a atualidade do conflito de classes no campo brasileiro, como elemento explicativo das lutas por terra realizadas pelos camponeses.

Na multiplicidade dessas ideologias, temos o discurso da agricultura familiar. Esse discurso é gerado da necessidade concreta que o capital tem de expandir os processos de reestruturação produtiva do capital nas unidades de produção camponesas, promovendo a intensificação da mobilidade do trabalho e da financeirização das políticas públicas, realidade também apresentada no Assentamento Cangussu – BA.

Compreendemos, entretanto, que, para dar sustentação à dinâmica da acumulação flexível na era neoliberal, a classe dominante que atua no espaço

agrário brasileiro, por meio das ações do Estado, também utiliza este mesmo discurso ideológico para institucionalizar uma memória coletiva que se harmoniza com as pretensões de classe.

É a partir desse pressuposto, isto é, de que a memória coletiva é passível de ser utilizada como instrumento de poder e manipulação, que mencionamos as contribuições de Pollak (1989) acerca das memórias coletivas institucionalizadas (memórias nacionais), que assumem uma posição de hegemonia em dada estrutura social.

Pollak (1989), conforme vimos no capítulo 1 desta dissertação, considera que a memória coletiva é um campo de disputa, que pode ser explicado pela existência, na sociedade, de uma multiplicidade de memórias ligadas a diversos grupos, que, ora apresentam uma dinâmica de consenso, ora apresentam uma relação de oposição:

> Observou-se a existência numa sociedade de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade. Quando elas se integram bem na memória nacional dominante, sua coexistência não coloca problemas, ao contrário das memórias subterrâneas [...]. Fora dos momentos de crise, estas últimas são difíceis de localizar [...]. Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadradores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar (POLLAK, 1989, p. 10).

No entanto, no conjunto das memórias coletivas presentes na sociedade, Pollak (1989) afirma a existência de uma memória institucionalizada, que apresenta antagonismo às memórias subterrâneas. Trata-se de uma memória coletiva institucionalizada, que pode ser definida como a memória coletiva que irá representar o conjunto da sociedade no contexto nacional. Assim, a “memória coletiva organizada [...] resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 6).

Segundo Pollak (1989), para compreender a constituição dessa memória institucionalizada, é necessário considerar sua funcionalidade:

> Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das

> interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p. 7).

Nesse sentido, a funcionalidade da memória institucionalizada é percebida pela capacidade de dar coesão à interpretação que os grupos fazem do passado. Dessa forma, na medida em que o grupo impõe sua visão de passado sobre os demais, coloca sua memória em uma posição de domínio.

No entanto, para dar sua interpretação de passado e salvaguardá-la em uma memória institucionalizada, é necessário operar um enquadramento da memória, cujo processo deve ter como princípio uma justificativa:

> É, portanto, absolutamente adequado falar [...] em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz "enquadrada" diz "trabalho de enquadramento". Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência. [...], pode-se colocar a questão das condições de possibilidade e de duração de uma memória imposta sem a preocupação com esse imperativo de justificação (POLLAK, 1989, p. 7).

Esse aspecto da memória trabalhado por Pollak (1989) sugere que a memória coletiva fortemente constituída (memória institucionalizada) deve apresentar uma justificativa com base em fenômenos reais do passado, que são constantemente reinterpretados segundo os interesses presentes e futuros de determinado grupo:

> O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação

> discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade [...] (POLLAK, 1989, p. 8).

A reinterpretação do passado, tão necessária para o enquadramento da memória, deve ter algum nível de credibilidade, ou seja, não deve estar fundamentada numa falsificação absoluta do passado, pois a aceitação e o endossamento pelos demais grupos dessa memória enquadrada permitirão maior duração e perpetuarão a posição de domínio em relação às diversas memórias subterrâneas.

Na análise das características que constituem o processo de enquadramento da memória, é possível perceber que a efetivação exige um “trabalho especializado” (POLLAK, 1989, p. 9), que, segundo Pollak (1989), também se vale de outros instrumentos, tais como filmes e documentários difundidos pela televisão, por exemplo. Esses instrumentos podem se constituir em meios poderosos, “para os rearranjos sucessivos da memória coletiva”, imposta conforme os interesses de um grupo específico (POLLAK, 1989, p. 9).

É à luz das contribuições de Pollak (1989) acerca da constituição da memória institucionalizada e seu processo de enquadramento que podemos entender como a classe dominante, com o uso da legislação e documentos, cujo cerne é o discurso ideológico da agricultura familiar, promove a construção de uma memória institucionalizada acerca do campo brasileiro, segundo seus interesses. Além de haver um processo de disputas em torno da memória, tais disputas têm um caráter ideológico.

Conforme estudos de Ricoeur (2007), a memória é passível de manipulações por fenômenos ideológicos. A ideologia “opera como discurso justificador do poder, da dominação” mediante a mobilização de recursos de manipulação narrativa (RICOEUR, 2007, p. 98). Dessa forma, utilizando-se de uma narrativa imposta que justifica formas de dominação, evidenciam-se “os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia” (RICOEUR, 2007, p. 98).

As memórias, portanto, encontram-se inseridas numa sociedade dividida em classes, cujos interesses antagônicos concretizam-se, também, na sua construção.

Embora Ricoeur (2007) não apresente uma definição de ideologia com base, fundamentalmente, nos conflitos gerados pela contradição existente entre capital e trabalho, esse autor avança nas discussões referentes à memória ao abordar a questão da manipulação para fins de dominação.

Consideramos, então, que as memórias estão sujeitas a diferentes interesses de classe, especialmente aos da classe dominante. Assim, concordamos com Le Goff (1994), ao afirmar:

> [...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1994, p.410).

Conforme analisa o autor, na memória coletiva as relações de poder constituem-se importante elemento na constante luta entre classes sociais. Dessa forma, “a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1994, p. 410).

Uma memória institucionalizada de cunho ideológico acerca das dinâmicas concernentes ao espaço agrário brasileiro é construída com a atuação do Estado. Quando esta instituição elabora construções legislativas, a exemplo do Decreto Presidencial Nº 1.946 de 1996, que criou o Pronaf, e da Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, ela está, também, construindo uma memória nacional vinculada aos interesses da classe dominante.

A Lei n° 11.326 foi elaborada com o objetivo de estabelecer “as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006). Para tanto, prevê uma série de princípios que determinam o que é um agricultor familiar, conforme podemos observar no art. 3º:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
>
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
>
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
>
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
>
> § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais (BRASIL, 2006).

Não é nossa intenção analisar a definição jurídica de agricultor familiar apresentada no *caput* do artigo transcrito. Pretendemos chamar a atenção para o fato de que esta lei oculta toda uma trajetória de conflitos no campo, historicamente vivenciada pelos camponeses, com o discurso implícito no art. 2º de que, no espaço agrário brasileiro, existem apenas agricultores familiares, inclusive nos assentamentos rurais conquistados na luta pela terra:

> Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária (BRASIL, 2006).

Esta legislação, por conseguinte, constrói uma memória institucionalizada, que exalta o modelo da agricultura familiar, uma vez que, nela, o Estado, deliberada e ideologicamente, não concebe a continuidade do campesinato, a despeito dos intensos conflitos que seus sujeitos têm realizado para garantir a reprodução social no campo brasileiro.

Este mesmo aspecto pode ser percebido na promulgação do Decreto Presidencial Nº 1.946 de 1996, que criou o Pronaf. Conforme mencionamos, os critérios que demarcam os sujeitos que podem ter acesso ao financiamento do Pronaf foram estabelecidos na Lei 11.326 de 2006. De acordo com esta legislação, de maneira padronizada, todas as unidades de produção que se organizam a partir do trabalho familiar são consideradas como formas de agricultura familiar. Com o discurso de desenvolvimento rural, de empreendedorismo e a necessidade de total subordinação ao mercado, o Decreto Presidencial Nº 1.946/1996 endossa o ocultamento das contradições geradas pelo antagonismo existente entre capital e

trabalho, manifestadas nos conflitos existentes entre campesinato e classe dominante:

> Art. 1º Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. [...] § 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:
> *a)* melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda,
> *b)* proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
> *c)* fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
> *d)* adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
> *e)* atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
> *f)* agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
> *g)* buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
> *h)* promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
> *i)* estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a questão da luta pela terra e pela permanência na terra, historicamente vinculada à classe camponesa, é conteúdo ideologicamente mistificado. O decreto em questão visa, também, consolidar a memória de que “o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso”, elementos superados no campo

brasileiro, “enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso”, um sujeito capaz de promover o “desenvolvimento” (FERNANDES, 2002, p. 7).

A memória institucionalizada da agricultura familiar também apresenta um processo de enquadramento. A análise de Pollak (1989) de que a dinâmica de enquadramento da memória não deve ser realizada com base numa falsificação total do passado é contornada, no caso da constituição de uma memória institucionalizada da agricultura familiar, pela existência do Decreto Presidencial Nº 1.946 de 1996 e da Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, citadas anteriormente. Estas elaborações legislativas referendam o enquadramento da memória nacional acerca da questão agrária brasileira na medida em que são elementos históricos, fatos que aconteceram e que passaram a ser salvaguardados na memória institucionalizada, evitando, assim, de forma ideológica, a “falsificação” total do passado.

O processo de enquadramento da memória institucionalizada da agricultura familiar também pode ser percebido pela maneira como o discurso da agricultura familiar, expressado em políticas públicas de desenvolvimento rural, em especial, o Pronaf, substituiu programas de crédito e de assistência técnica (como o Procera e o Lumiar), diretamente conquistados pelos movimentos sociais de luta pela terra. Acerca desse aspecto, analisa Gómez (2006):

> Após ter conquistado alguns programas que atendiam especificamente seus interesses, como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou o programa de assistência técnica LUMIAR, os movimentos sociais assistem a sua eliminação, no caso deste último, ou a sua substituição por programas que, alegando direcionar-se ao conjunto da agricultura familiar e não só aos assentados da Reforma Agrária, na verdade, dificultam o acesso a recursos e os encarecem, como no caso da substituição do PROCERA pelo PRONAF (GÓMEZ, 2006, p. 71).

Conforme Pollak (1989), o processo de enquadramento da memória é realizado por meio de reinterpretações do passado, de forma que esta memória não evidencie somente os interesses de um grupo específico, mas também seja aceita pelos demais grupos. Nesse sentido, com o processo de destruição do Lumiar e do Procera e a substituição deste último pelo Pronaf, o Estado tenta induzir

ideologicamente a ideia de que os camponeses, “historicamente”, têm tido acesso a políticas e programas destinados ao conjunto da agricultura familiar e que, portanto, também estão contemplados pela memória da agricultura familiar.

Ainda no que se refere ao processo de enquadramento da memória, segundo Pollak (1989), ele é realizado por um trabalho especializado de utilização de mecanismos midiáticos que reforçam a memória institucionalizada. Este aspecto também está presente na questão da conformação da agricultura familiar como memória institucionalizada pela classe dominante. Os sites do Ministério de Desenvolvimento Agrário (http://www.mda.gov.br/) e do Governo do Brasil (http://www.brasil.gov.br) são sites estatais que ajudam a corroborar a elaboração de uma memória institucionalizada da agricultura familiar.

Entendemos que o discurso ideológico da agricultura familiar também é utilizado na construção de uma memória institucionalizada acerca da questão agrária brasileira. Embora Pollak (1989) não evidencie o papel da classe dominante no processo de constituição da memória institucionalizada (o autor trabalha com a categoria grupo, e não com classe social), compreendemos, com base em alguns princípios interpretativos do autor, sobretudo os que consideram que a constituição da memória institucionalizada é vinculada aos interesses de um grupo específico e à existência de processos de enquadramento da memória, que a classe dominante institucionaliza uma memória acerca das relações que constituem o espaço agrário brasileiro de acordo com interesses ideológicos.

É evidente que memórias coletivas impostas podem ser utilizadas para perpetuar a ordem estabelecida, embora não seja o único elemento social com esta funcionalidade. Dessa forma, no que se refere à “perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade”, as tensões existentes entre as memórias coletivas, tanto as que cumprem um papel hegemônico, quanto as subterrâneas, “intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural” (POLLAK, 1989, p. 9).

A memória institucionalizada da agricultura familiar está, portanto, diretamente relacionada aos conflitos existentes entre as classes sociais presentes no campo brasileiro. Existe, por parte da classe dominante, uma manipulação no plano da memória com a finalidade de manter as desigualdades estruturais no espaço agrário

(notadamente percebidas pelos conflitos) e negar a existência das formas de luta pela terra realizadas historicamente pelos camponeses.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo apresentado nesta dissertação, procuramos analisar como o discurso da agricultura familiar opera em forma de ideologia dominante no Assentamento Cangussu – BA e estabelece relações com a questão das memórias que, tanto se opõem, como endossam tal discurso ideológico, de forma dialética. Entendemos as relações sociais que caracterizam o assentamento como parte de uma totalidade e as questões referentes à ideologia, à agricultura familiar, à memória e à reprodução camponesa apresentadas no Cangussu como materialização das incongruências do sistema vigente.

O processo de luta de classes, que marca o desenvolvimento histórico da sociedade, sobretudo com o surgimento da propriedade privada (ENGELS, 2000), é um elemento importante para compreender as relações que constituem o assentamento. Isso porque entendemos a luta pela terra realizada pelos assentados do Cangussu como uma das manifestações do conflito entre classe dominante *versus* campesinato, realidade presente de maneira marcante em todo o campo brasileiro.

Os assentados do Cangussu apresentam um modo de vida com particularidades, produção organizada de maneira específica e uma dimensão histórica de luta que os caracteriza. As famílias entrevistadas utilizam predominantemente a força de trabalho familiar, cultivam uma produção extremamente diversificada, voltada também para o autoconsumo, e a forma como esses sujeitos se apropriam da terra, em conjunto com as relações citadas, expressa características da reprodução social camponesa.

No entanto, tais características não devem ser compreendidas de maneira dissociada da realidade, uma vez que a reprodução camponesa no capitalismo é fundamentada na contradição entre resistência e sujeição ao sistema vigente (SOUZA, 2008). No caso dos camponeses do Cangussu, essa dinâmica de sujeição e resistência pode ser apreendida pelo cultivo do café. A comercialização desse produto, ao mesmo tempo em que garante a permanência dos sujeitos na terra, é um mecanismo de extração da renda da terra para o capital, ao viabilizar o acesso ao Pronaf.

O processo de ocupação do assentamento, conforme as narrativas das entrevistas realizadas, demonstra a existência de uma memória de luta que se opõe ao discurso ideológico da agricultura familiar e de uma memória institucionalizada, baseada nessa ideologia. Dessa maneira, a memória constituída em decorrência da ocupação da terra pelos camponeses do Cangussu pode se configurar como uma forma de memória subterrânea.

As memórias subterrâneas são constantemente impelidas ao silenciamento, por apresentarem elementos díspares em relação a uma memória institucionalizada (POLLAK, 1989). No entanto, esse silenciamento não conduz ao esquecimento, em razão das estratégias realizadas pelos grupos aos quais estas memórias subterrâneas estão vinculadas (POLLAK, 1989). No Assentamento Cangussu, de acordo com as narrativas e as imagens coletadas durante a pesquisa de campo, a principal estratégia contra o esquecimento é a intitulação de escolas e outras estruturas físicas com o nome de camponeses que morreram durante o processo de conquista da terra. Com tais mecanismos, esses sujeitos reforçam a memória da luta pela terra e estabelecem uma oposição à memória institucionalizada e à ideologia sobre a qual a memória coletiva se fundamenta.

Como forma de negação dos conflitos existentes no espaço agrário, promove-se o discurso ideológico da agricultura familiar. Baseado na retórica que defende a total subsunção da produção familiar ao mercado e incentiva o “empreendedorismo” e a pluriatividade nas unidades de produção familiar, este discurso visa expandir a acumulação do capital no contexto de crise estrutural e ampliar as formas de apropriação da renda camponesa com a intensificação da precarização do trabalho.

A realidade apresentada no Assentamento Cangussu manifesta a tentativa ideológica de mistificação da precarização do trabalho vivenciada pelos assentados. De acordo com as informações disponibilizadas pelos 20 camponeses entrevistados, mesmo com a melhoria da qualidade de vida, após a conquista da terra, todos eles já precisaram vender a força de trabalho.

As formas de mobilidade apresentadas por esses sujeitos foram: lavrador, catador de café, pedreiro e faxineiro, com vínculos empregatícios instáveis e informais, demostrando um processo de precarização da força de trabalho dos camponeses do Cangussu.

O discurso da agricultura familiar, materializado no Cangussu com o financiamento disponibilizado pelo Pronaf, tenta mistificar a mobilidade do trabalho praticada por esses sujeitos, no campo e na cidade, metamorfoseando em pluriatividade, considerada como fator “positivo” e índice de “desenvolvimento” das unidades produtivas camponesas.

Contraditoriamente, a mobilidade do trabalho realizada pelos camponeses do Assentamento Cangussu também é entendida como uma forma de resistência, ainda que precária, para que esses sujeitos permaneçam na terra. Além da mobilidade do trabalho, a memória do processo de precarização do trabalho, vivenciado pelos camponeses antes de conquistarem as terras do assentamento, também reforça a necessidade da luta pela condição de camponês. Isso porque, conforme evidenciado nas narrativas presentes nesta dissertação, a trajetória de reprodução da vida desses camponeses, antes da conquista da terra, era marcada pelo desemprego, subemprego e extensa jornada de trabalho, tanto no campo, quanto na cidade. Assim, ao manterem a memória de tais situações, esses assentados fortalecem o posicionamento político de continuar na terra, mesmo enfrentando dificuldades.

A atuação do Estado é um dos principais mecanismos de difusão do discurso da agricultura familiar nos espaços de reprodução camponesa. Esta instituição, entendida como um instrumento da classe dominante para mediar os conflitos de classe, ao mesmo tempo em que garante seus interesses, vincula o discurso ideológico do desenvolvimento ao discurso da agricultura familiar e propaga tais ideologias com políticas públicas de desenvolvimento, como é o caso do Pronaf.

No Cangussu, o Pronaf tenta promover a captura da produção dos assentados com o cultivo do café e dificulta as condições de sobrevivência desses sujeitos. Conforme dados levantados na pesquisa empírica, os 20 assentados entrevistados obtiveram acesso ao Pronaf e estão com dificuldades para viabilizar o pagamento do financiamento, uma vez que o programa não foi pensado para a realidade da produção diversificada, característica do modo de vida camponês.

Dessa forma, ao se apropriarem do financiamento, os assentados do Cangussu, contraditoriamente, endossam aspectos da ideologia dominante, que visa negar as contradições de classe presentes no espaço agrário com a utilização da figura do agricultor familiar.

O discurso da agricultura familiar institucionaliza uma memória afinada com os interesses da classe dominante, aspecto que pode ser percebido na atuação do Estado com a promulgação do Decreto Presidencial Nº 1.946 de 1996, que criou o Pronaf, e da Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar. Com estas elaborações legislativas, o Estado constrói uma memória institucionalizada da agricultura familiar, que, ideologicamente, nega a existência do campesinato e dos conflitos que têm sido realizados para garantir o modo de reprodução social. Consideramos que essa memória é instrumento de poder, justamente por ser endossada pelo Estado e por representar os interesses da classe dominante.

No entanto, para que a memória institucionalizada “represente” também os sujeitos que são contrários a ela, é necessário que passe por um processo de enquadramento (POLLAK, 1989). No que se refere a esse aspecto, a memória institucional, fundamentada no discurso da agricultura familiar, é enquadrada pelo Decreto Presidencial Nº 1.946 de 1996 e da Lei n° 11.326 de 24 de julho de 2006, pela destruição do Lumiar e da substituição do Procera pelo Pronaf e pela utilização de mecanismos midiáticos que reforçam a memória institucionalizada, a exemplo dos sites do Ministério de Desenvolvimento Agrário (http://www.mda.gov.br/) e do Governo do Brasil (http://www.brasil.gov.br).

Todos esses mecanismos promovem enquadramento da memória nacional acerca da questão agrária brasileira, na medida em que não causam “falsificação” total do passado; induzem ideologicamente os próprios camponeses a acharem que, “historicamente”, têm tido acesso a políticas e programas destinados ao conjunto da agricultura familiar e que, portanto, também estão contemplados pela memória da agricultura familiar; e legitimam o discurso da agricultura familiar por meio das informações presentes em sites governamentais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1991.

ALVES, Eliseu. A agricultura familiar. In: **Revista de Política Agrícola**, [S.l], v. 4, n. 3, Ago, 1997. Disponível em <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/109460/1/AAgriculturafamiliar.pdf >. Acesso em: 02 de junho de 2017.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

_____. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: Precarização do trabalho e redundância salarial. In: **Revista Katálysis**, [S.I.], v. 12, n. 2, p. 188-197 Jul/Dez, 2009. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/08.pdf>. Acesso em: 07 de junho de 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **O caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005b.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 15-25.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n 14, p. 107-117, 2003. Disponível em < http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Bombardi.htm>. Acesso em 06 de maio de 2016.

BRASIL. **Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/ Lei/L11326.htm>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2016** (Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade) Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2016.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista OKARA**: geografia em debate, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 77-100, Jul., 2007. Disponível em <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/1247/926>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

_____. Estado, Capital e a farsa da expansão do agronegócio. In: **Revista de Geografia Meridiano**, Buenos Aires, n. 2, 2013. Disponível em < http://www.revistameridiano.org/n2/05>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Escala, 2000.

FELÍCIO, Munir Jorge. Questão agrária e processos históricos de construção de paradigmas. In: **Revista Geografia em Questão**, v. 3, n. 1, p. 61-108, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:** formação e territorialização em São Paulo. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Espaços agrários de inclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: **XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Petrolina, 2002.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** 1. ed. Lisboa: Estampa, 1977.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER)**, XLIII, Ribeirão Preto-SP, 2005. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/As%20duas%20caras%20do%20PRONAF,%20produtivismo%20ou%20fortalecimento%20da%20producao%20para%20o%20autoconsumo%20-%20Marcio%20Gazolla,%20Sergio%20Schneider.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. In: **Revista GeoTextos**, Salvador, vol. 2, n. 2, p. 115-147, 2006. Disponível em < http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3040/2145>. Acesso em: 30 de maio de 2017

GOMES, Fábio Guedes**.** Mobilidade do trabalho e controle social: Trabalho e organizações na era neoliberal. In: **Revista Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, Fev. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n32/v17n32a03.pdf>. Acesso em: 24 de junho de 2017.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, Agosto, 2002. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/798/821>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

_____. **Desenvolvimento em (des) construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

GÓMEZ, Jorge Montenegro; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Novo sentido da luta de classes e do controle social no meio rural uma contribuição à geografia do conflito capital x trabalho. **I**n: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, 2005.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho. In: **Revista Pegada**, [S.I.], v. 2, n. 1, p. 1-9, 2001. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/783/805>. Acesso em 06 de junho de 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Lucas Gama; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O Estado e o desenvolvimento territorial como suportes para a dominação do capital. In: **Revista Scientia Plena**, n. 12, v. 5, 2009.

MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Orgs.). **História, Memória e Educação**. Campinas: Alínea, 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO , R. e CARLOS, A. F. (orgs.), **Procesos territoriales em Argentina y Brasil**. Buenos Aires, 2003.

_____. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social.** 1. ed. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. In: **Revista NERA, Presidente Prudente**, n. 12, p. 57-67, Jan./Jun., 2008. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1399/1381>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão Política no campo.** 2. ed. São Paulo: Hucitec , 1982.

_____. **Os Camponeses e a política no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **O Cativeiro da Terra.** 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III, volume III, tomo 2. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. Contribuição à crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A ideologia alemã.** Tradução de Álvaro Pina. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Editora FASE, 1989.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. A Greve dos Trabalhadores na Cultura do Café. In: **Blog Ruy Medeiros,** 2002. Disponível em <http://ruymedeiros.blogspot.com.br/2012/05/greve-dos-trabalhadores-na-cultura-do.html>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

_____. Vitória da Conquista nos anos 1960-1978. In: **Blog Ruy Medeiros**, 2003. Disponível em <http://ruymedeiros.blogspot.com.br/2012/05/vitoriada-conquista-nos-anos-1960-1978.html>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De "Supérfluos" a Sujeitos Históricos na Contramão do Capital**. 2007. 282f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, RICARDO (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 27 – 44.

_____. Filosofia, ideologia e ciência social. Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. **Encontro de São Lázaro**, 2, 2011, Salvador.

_____. O poder da ideologia. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília.** 2003. Disponível em:< http://www.incra.gov.br/_down/Caderno%>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

NAVARRO, Zander. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). **A agricultura brasileira. Desempenho, desafios e perspectivas.** Brasília, IPEA, 2010, p.185-209.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Revista Estudos Avançados,** [S.I.], v.15, n.43, 2001.

_____. Prefácio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – o Ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital.** 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A política agrária do Banco Mundial no início do século XXI**: ofensiva neoliberal em marcha acelerada, 2005. Disponível em: < https://resistir.info/brasil/politica_agraria_bm.html>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel**: um estudo a partir de Três Lagoas

(MS). 2012. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências Humanas, UFGD, Dourados, 2012.

_____. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. In: **Revista Pegada**, v. 14, n.1. Jul., 2013. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2138/2137>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos Memória**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, FÁBIO. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. In: **Revista Intratextos**, 2013, vol 5, no1, p. 1-22.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a lógica dissimulativa das Políticas de Crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no Campo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

ROSS, Djoni; FABRINI, João Edmilson. Assentamento Celso Furtado: da conquista da terra às formas de resistência do território camponês. In: **Revista Pegada,** v. 13, n. 1 Jun., 2012. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1153/1894 >. Acesso em: 30 de maio de 2017.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **A territorialização dos conflitos e das contradições**: o capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos. 2009. 313f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia Humana/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. **Violência no Sertão da Ressaca – a negação dos direitos da população infanto-juvenil em Vitória da Conquista, Bahia (1997 – 2005)**. 2007. 262f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. In: **Revista USP Psicologia**, São Paulo, vol. 4, n. 1-2, 1993.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ

VALLE, Luciano (org.). **La pluriactividade nel campo latinoamericano**. Quito/Equador: Editora Flacso , 2009.

SHANIN, Teodor. A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. In: **Cadernos Cebrap**, São Paulo, 1980.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, Jul./Dez., 2005. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1456/1432>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 25-26.

SILVA, Nelmires Ferreira da. **Adeus, cascalho**: jovens sergipanos na odisséia do trabalho temporário. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2003.

SOUZA, Dayse Maria. **Do chão da terra ao chão da fábrica as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário**. 2002. 270f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da Negação ao discurso "hegemônico" do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia.** 2008. 718f. Tese (Doutorado em Geografia), NPGEO/Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2008.

_____. Luta de classes no campo e a construção do território camponês. In**: Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agraria - SINGA**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2009.

_____. **Apontamentos de aula da disciplina Geografia e Trabalho**, 2013.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As "novas" estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, Junho, 2008. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1651/1582>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. Conflitos no Campo e Grilagem de terras no Centro Sul da Bahia. In: **Anais do I Simpósio Baiano de Geografia Agrária e Semana de Geografia da UESB**, v. 1, n. 1 Novembro/2013. Disponível em <http://www.uesb.br/eventos/sbga/anais/arquivo/arquivo%206.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2017. ISSN: 2318-7832.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. In: **Revista Pegada**, v. 5, n. 1-2, p. 9-30, Nov., 2004. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1276/1272>. Acesso em: 24 de junho de 2017.

_____. **Geografia e trabalho no Século XXI.** vol. 2. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

_____. Povoando o território da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil contemporâneo. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, p. 1-35, Dez., 2010. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1303/1299>. Acesso em: 26 de maio de 2017

_____. Degradação e centralidade do trabalho (As contradições da relação capital x trabalho e o movimento territorial de classe). In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 13, n. 2, p. 4-19, Dez., 2012. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/2021>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

VALENCIANO, Renata Cristiane; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O papel da mulher na luta pela terra. uma questão de gênero e/ou classe?. In: **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, Agosto, 2002. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/792/815>. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006, p. 45 – 57.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 25-26.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (org.). **O campo no século XXI. Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se neguceia.** Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

WEBSITES

Governo do Brasil – Disponível em <http://www.brasil.gov.br> Acesso em: 30 de maio de 2017.

Ministério de Desenvolvimento Agrário – Disponível em <http://www.mda.gov.br/>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA, LINGUAGEM E SOCIEDADE – (PPGMLS)
Pesquisa:
Memória e ideologia da agricultura familiar no Assentamento Cangussu – BA
Mestranda: Aline Farias Fialho
Orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos

Roteiro de entrevista com os camponeses do Assentamento Cangussu – BA

I. Dados da entrevista:

N° da entrevista _____ Local da entrevista _____ Data ___/___/___

II. Dados pessoais do entrevistado:

a) Nome do entrevistado_____ b) Idade: _____

c) Sexo: M ( ) F ( ) d) Estado civil: _____

e) N° de membros na família _____ f) Ocupação:_____

III. Luta pela terra

1) Há quanto tempo mora na propriedade?

2) Qual o tamanho da propriedade?

3) Participou do processo de ocupação?

4) Qual o motivo de você participar da ocupação?

5) Quais foram as principais dificuldades durante este período?

6) De onde você veio antes de residir no assentamento?

7) O que mudou na sua vida após a conquista do assentamento?

IV. Luta na terra

1) O Sr.(a) trabalha na propriedade?

2) Toda a família trabalha na propriedade?

3) Utiliza ou já utilizou o trabalho de pessoas que não são da família na terra?

4) No período em que reside no assentamento, o Sr.(a) já trabalhou fora da propriedade?
5) Algum membro da família trabalha fora da terra?
6) O que o Sr.(a) produz na propriedade?
7) Tem criação de animais? Quais?
8) Como é comercializada a produção?
9) O Sr.(a) consome tudo aquilo que produz?
10) O Sr.(a) produz alguma coisa somente para o consumo?
11) O Sr.(a) produz alguma coisa direcionada somente para o mercado?
12) O dinheiro que ganha com a venda da produção é suficiente para a manutenção de sua família?
13) Quais são as principais dificuldades de sua produção?
14) O que a terra significa para o Sr.(a)?
15) Como o Sr.(a) acha que seria a sua vida se o Sr.(a) não fosse dono da sua terra?
16) Mesmo com os problemas que o Sr.(a) enfrenta na produção, o que o mantem na terra?

V. Sobre a agricultura familiar

1) Quais instrumentos de trabalho são utilizados na produção?
2) Utiliza quais insumos na produção?
3) Recebe assistência técnica?
4) Participa de alguma associação ou cooperativa?
5) Você recebe alguma assistência do Estado?
6) Você já foi contemplado com alguma política pública ou programa de incentivo a produção? Quais? Quando? Qual valor? Quais foram as condições de pagamento?
7) Quais foram as exigências para a concessão da política/programa?
8) Você teve que orientar a produção de alguma forma para ser contemplado pelo política ou programa?
9) Em qual tipo de produção você investiu o recurso?
10) O Sr.(a) já cultivou algum produto para receber algum tipo de incentivo?
11) Já solicitou crédito ao banco para produção? Para qual cultivo? Qual banco?
12) Quanto ao pagamento da dívida, quais as dificuldades enfrentadas?

13) O que você acha que deveria mudar nas políticas públicas para atender melhor as suas necessidades e as da sua comunidade?

14) Na sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas no assentamento?

APÊNDICE B
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA, LINGUAGEM E SOCIEDADE – (PPGMLS)
Pesquisa:
Memória e ideologia da agricultura familiar no Assentamento Cangussu – BA
Mestranda: Aline Farias Fialho
Orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos

Roteiro de entrevista com a direção de brigada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de Vitória da Conquista – BA

1. Dados da entrevista:

N° da entrevista _____ Local da entrevista _____ Data ___/___/___

2. Dados pessoais do entrevistado:

a) Nome do entrevistado_____ b) Idade: _____

c) Sexo: M ( ) F ( ) d) Estado civil: _____

e) N° de membros na família _____ f) Ocupação:_____

3. Sobre o assentamento e os programas de financiamento da produção

1) Quantas famílias atualmente existem no assentamento?

3) Como ocorreu o processo de ocupação?

4) Quais foram as principais dificuldades durante este período?

5) Em termos de infraestrutura, o que o assentamento possui?

6) E sobre a escola? Como ela surgiu? E a escolha do nome?

7) Quais são os principais cultivos produzidos no assentamento?

8) No assentamento, existe algum cultivo produzido somente para o mercado?

9) Quais são as principais dificuldades vivenciada pelos assentados com relação a produção?

10) Como os assentados comercializam a produção? Existe alguma cooperativa ou associação?

11) O assentamento trabalha com a produção agroecológica? Desde quanto tempo?

12) O assentamento já foi contemplado com alguma política pública ou programa de incentivo a produção? SIM ( ) NÃO ( ) Quais?_____ Em quais anos?_____ Quantas famílias foram contempladas? _____Qual valor? _____ Quais foram as condições de pagamento?_____

13) Quais foram as exigências para a concessão do programa?

14) Os assentados tiveram que orientar a produção de alguma forma para ser contemplado pelo programa ou projeto?

15) Em qual tipo de produção os assentados investiram o recurso?

16) O assentamento já cultivou algum produto para receber algum tipo de incentivo?

17) Você considera que as políticas públicas disponibilizadas pelo Estado para o assentamento são adequadas a realidade dos sujeitos que ali residem?

18) O que você acha que deveria mudar nas políticas públicas para atender melhor as suas necessidades e as da sua comunidade?

19) Existe algum projeto de acompanhamento/assistência técnica/ agronômica para os assentados?

20) Na sua opinião, quais as principais dificuldades enfrentadas no assentamento?